

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

- 1 - ATAS
 - 1.1 - 4ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
 - 1.2 - Reunião de Comissões
- 2 - ORDENS DO DIA
 - 2.1 - Plenário
 - 2.2 - Comissões
- 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 3.1 - Plenário
 - 3.2 - Comissões
- 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
- 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 7 - ERRATA



ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/3/2011

Presidência dos Deputados José Henrique, Inácio Franco e Rômulo Viegas

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.333; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discurso do Deputado Bonifácio Mourão; questão de ordem; discursos dos Deputados Bonifácio Mourão e Deputado André Quintão; encerramento da discussão; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para votação; votação secreta; manutenção - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Mauri Torres - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Romeu Queiroz - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeuzinho Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.



1ª Parte

Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Veto Total à Proposição de Lei nº 20.324, apreciado na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.333, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer, a Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Romel Anízio. Com a palavra, o Deputado Romel Anízio, para emitir seu parecer.

O Deputado Romel Anízio - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 20.333

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição Estadual, opôs veto total à Proposição de Lei nº 20.333, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 592/2011.

De acordo com o disposto no § 3º do citado art. 222, esgotado o prazo regimental da Comissão, a proposição foi incluída na ordem do dia, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, ressalvado projeto de iniciativa do Governador do Estado com solicitação de urgência e com prazo de apreciação esgotado.

Cabe-nos, portanto, emitir parecer sobre a matéria.

Fundamentação

A Proposição de Lei nº 20.333 autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – a doar ao Município de Congonhal imóvel com área de 98.688m², situado nesse Município, para a instalação de apoio operacional dessa Prefeitura Municipal, à realização de atividades de interesse social da comunidade e à construção de casas populares.

Como razões do veto, o Governador alega inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, por conter a proposição incoerência relacionada à área total do imóvel, informada pelo DER-MG como 35.425m², incluída a faixa de domínio, e não 98.688m², conforme consta no projeto de lei.

Diante da controvérsia, o Chefe do Executivo argumenta que os requisitos formais para a alienação de bens da administração pública não foram devidamente preenchidos, o que impede a adequada avaliação do objeto. Alega ainda que a inexata dimensão econômica da transmissão patrimonial prejudica a avaliação do atendimento ao interesse público, pois impede o Estado de identificar outros possíveis fins para o imóvel.

Em decorrência disso, conclui que a proposição não observa os Princípios da Razoabilidade e da Indisponibilidade do Interesse Público.

Essa divergência com relação à área do imóvel foi observada pela Comissão de Constituição e Justiça, que, em seu parecer, ressaltou que “o registro informa 98.688m²; o DER-MG declara que são 35.425m², incluída a faixa de domínio da BR-459; e o Prefeito de Congonhal indica que são 48.438m², com a rodovia e sua faixa de domínio”. Considerando não ser incomum a discordância sobre áreas de imóveis, uma vez que os instrumentos de medição têm-se tornado mais confiáveis ao longo do tempo e que a apuração e retificação de áreas e divisas somente se tornam oficiais após serem averbadas na matrícula do imóvel, a Comissão julgou mais acertiva a utilização da área presente no registro do bem.

Cabe ressaltar, por fim, que a doação de imóveis, embora necessite da autorização deste Poder, é ato reservado ao Governador, uma vez que o art. 90, inciso XIV, da Carta mineira, a ele atribui a competência privativa de dispor sobre a organização e a atividade do Poder Executivo. A proposição de lei, nesse sentido, tem caráter meramente autorizativo, pois o negócio jurídico somente será aperfeiçoado com a conjugação da vontade dos dois Poderes.

Diante da manifestação contrária do Poder Executivo, a transformação da citada proposição em lei, por meio da rejeição do veto em análise, em nada contribuirá para a adoção da medida nela consubstanciada, tornando-se inócua.

Assim sendo, torna-se razoável o acolhimento da diretriz emanada do Executivo.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do veto total oposto à Proposição de Lei nº 20.333.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Bonifácio Mourão.



O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui para discutir o Veto Total à Proposição de Lei nº 20.333. Conforme disse muito bem o Deputado Romel Anizio, relator do parecer sobre o veto, a manutenção do veto se justifica porque as medidas constantes da doação não coincidem com os registros constantes do cartório. Evidente erro formal nos impede de rejeitar o veto do governo. Estamos aqui para cumprir a lei. Vejam as senhoras e os senhores que, se não mantivermos esse veto, como o beneficiário desse imóvel vai registrá-lo? Não terá condições para isso, porque, quando chegar com a escritura de doação do governo, os dados não coincidirão com os dados do registro do imóvel. Então não há possibilidade alguma de registro. Estaremos rejeitando um veto e aprovando uma doação inócua, o que não terá nenhum significado.

Questão de Ordem

O Deputado Bonifácio Mourão - Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de recordar uma situação que presenciamos na noite de ontem. Vi aqui acontecimentos que me deixaram impressionados. Conforme V. Exa. sabe, Deputado José Henrique - fomos colegas nesta Casa há anos -, fiquei oito anos afastado da Assembleia, Prefeito que fui da cidade de Governador Valadares, e, ao voltar, encontrei muita coisa diferente. Por exemplo, quanto à questão de ordem, a grande maioria não está respeitando o Regimento Interno da Casa.

Ontem à noite, levantaram-se inúmeras questões de ordem, muitas até procedentes. Vimos Deputados, como a Maria Tereza Lara e o Ivair Nogueira, seguirem criticando o governo federal, porque ele não está atendendo às reivindicações justas do Estado de Minas Gerais. A Presidente Dilma está deslocando questões importantes de Minas Gerais para outros Estados, como as que se referem ao polo da cidade de Ibirité e à Fiat. E isso foi tratado como questão de ordem. Os questionamentos são inteiramente procedentes, mas não são questões de ordem. Quantos outros assuntos foram tratados aqui em questão de ordem? O Regimento Interno é de uma clareza solar: se o Deputado não citar o artigo no qual se baseia para falar em questão de ordem, não tem alternativa, porque o Regimento é incisivo, e o Presidente suspenderá a palavra do Deputado. O Regimento...

O Sr. Presidente - Deputado, entendemos essa questão do Regimento Interno. Na verdade, houve uma liberalidade do nosso Presidente ontem. Mas, no momento, o senhor também está descumprindo o Regimento Interno, porque estamos discutindo o Veto Total à Proposição de Lei nº 20.333. A partir de agora, vamos cumprir o Regimento Interno. Todos os Deputados terão que se ater à matéria em discussão. A partir deste momento, vamos respeitar o Regimento Interno e discutir o Veto Total à Proposição de Lei nº 20.333 até esgotarmos o assunto.

O Deputado Bonifácio Mourão - Vou conceder aparte a V. Exa, Deputado Dalmo Ribeiro, mas não posso deixar de tecer considerações às palavras do ilustre Presidente José Henrique.

Deputado José Henrique, V. Exa. tem agido com muita imparcialidade. Sou testemunha disso. Mas V. Exa. foi tolerante também ontem. Estou admirado porque não está sendo tolerante comigo hoje. Ontem, foi aberto um espaço imenso para que a Oposição falasse tudo sobre o governo e não discutisse o projeto. Foi aberto esse espaço aqui ontem, aliás, com V. Exa. na Presidência. Sustento que tenho observado imparcialidade em V. Exa., mas ontem houve isso. Agora, V. Exa. diz isso imediatamente antes que eu conclua o meu raciocínio sobre uma questão extremamente importante nesta Casa. Também ia abordar a questão da discussão de projetos. Quando o Deputado João Leite foi espezinhado aqui, chamado de rei da censura e tudo o mais, só porque chamou a atenção para que fosse discutido somente o projeto, V. Exa. não chamou atenção sobre isso. Não posso concordar calado. V. Exa. usou dois pesos e duas medidas, não podemos aceitar isso.

O Sr. Presidente - Estou justamente cumprindo o que o senhor está dizendo. Não vamos usar dois pesos e duas medidas, vamos cumprir o Regimento Interno.

O Deputado Bonifácio Mourão - Então, não vamos abrir exceção, não vamos abrir precedentes, porque, se houver precedentes, todos teremos de entrar pela mesma porta e o tratamento tem de ser igual. Não podemos admitir isso. O que está acontecendo aqui é um abuso, que não podemos aceitar. Ontem, saímos daqui às 23 horas. Se estivéssemos presos à discussão do projeto, teríamos saído daqui aproximadamente às 21 horas. Se ouvíssemos apenas as palavras do Deputado Antônio Júlio, que estava na tribuna discutindo o projeto, tudo bem. Mas, antes disso, houve mais de 15 questões de ordem e nenhuma delas era questão de ordem. É isso que estou querendo dizer. Estou chamando ao ordenamento do procedimento aqui dentro desta Casa. É o que precisamos fazer. Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. Sem dúvida alguma, todas as observações de V. Exa. são pertinentes. Vou começar tratando, efetivamente, da discussão do veto em tela. Aliás, V. Exa. anunciou muito bem as razões do veto do Governador. Realmente, assiste razão ao Governador. Há erro formal, aliás, no momento da propositura do projeto. Via de regra, sabemos disso. V. Exa., que é admirado por todos nós e por este parlamentar, tem conhecimento jurídico e sabe perfeitamente que o erro essencial à propositura, leva, sem dúvida alguma, à impossibilidade jurídica do atendimento da proposição.

Neste momento, quero prestar homenagem ao Deputado Ruy Muniz, que foi procurado à época pelo Município para propor essa doação de imóvel no meu Sul de Minas, na cidade de Congonhal, onde sou votado. O projeto tramitou regularmente; porém, a própria Advocacia-Geral do Estado, após sanção e aprovação em segundo turno, detectou erro formal de metros e particularmente de escritura da área definida.

Deputado Bonifácio Mourão, o Sul de Minas, nunca, absolutamente, esteve tão bem servido pelas ações do nosso Governador Anastasia, em todos os Municípios indistintamente. Aliás, Pouso Alegre, que não é governado pela Situação, mas pela Oposição, tem destacado as ações importantíssimas do governo, como liberações na Avenida Dique e liberações de recursos incontestáveis na área social. Tenho acompanhado isso não somente em Pouso Alegre, mas em Congonhal, em Santa Rita de Caldas e em todo o Sul de Minas. Jamais o nosso Governador poderia opor um veto à doação de um imóvel que ele mesmo tem interesse em entregar ao Município para a construção de um centro esportivo voltado à educação, à saúde e em favor da comunidade. Sem dúvida alguma, assiste razão ao Governador. Como disse muito bem V. Exa., foi um erro formal e cabe efetivamente, por meio do veto, a sua



aprovação neste Plenário. Para corrigir tudo isso, está em curso projeto de minha autoria, já com a medida correta e com todos os dados oportunos. Brevemente, o Plenário irá apreciar esse projeto de doação de imóvel do Estado ao Município.

Para o segundo veto, razão assiste a V. Exa. quando manifesta sua preocupação, que é minha também, com o cumprimento do Regimento da Casa. Considero muito importante a reflexão que V. Exa. fez nessa tribuna. Muito embora não seja o momento correto, entendo esse chamamento à reflexão sobre o Regimento da Casa. Entendo que toda a fala do Deputado é própria, é oportuna, e devemos refletir sobre o cumprimento dos artigos do Regimento Interno. De qualquer maneira, saúdo V. Exa. por esse questionamento tão importante.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradecemos ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por quem temos apreço e alta consideração e com quem, ao longo de tantos anos, mantemos amizade, que haveremos de conservar por muitos outros anos, com a vontade de Deus.

V. Exa. observou bem: o governo não entrou no mérito da questão. Se o tivesse feito, com certeza faria a doação, mas o governo não conseguiu ultrapassar as barreiras preliminares exatamente porque havia erro formal; então não havia condição de satisfazer a sua própria vontade. Agora V. Exa. vai criar essas condições, que são fundamentais, e servir muito bem ao Sul de Minas.

Deputado José Henrique, V. Exa. sabe que não temos o costume de nos desviarmos do Regimento nem de contrariá-lo. Sugiro marcarmos uma reunião para discuti-lo. Houve discussões acirradas, e V. Exa. teve de intervir, porque o Deputado João Leite, por exemplo, insistiu em que se cumprisse o Regimento Interno, já que a discussão estava desobedecendo-o. O mesmo, ocorre com a questão de ordem, e o Presidente não tem alternativa. O Regimento é incisivo. O Presidente é obrigado a interrompê-la. É isso o que o Regimento Interno dispõe. Os Deputados sabem que é obrigação do Presidente, mas não está sendo cumprida. Peço a V. Exa. que dê essa oportunidade.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao ilustre Deputado Gustavo Valadares, Líder da Maioria.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Bonifácio Mourão, primeiramente, parabeno-o pela coerência. V. Exa. argumenta em relação às questões regimentais da Casa. Sempre foi defensor e o principal zelador das regras regimentais deste Parlamento.

Estamos agora discutindo o Veto Total à Proposição de Lei nº 20.333, fruto de um projeto de lei de um ex-colega de partido, o ex-Deputado Estadual Ruy Muniz. Como V. Exa. bem disse, foi oposto veto porque o governo não conseguiu ultrapassar os pré-requisitos formais para a doação de imóvel pertencente ao DER-MG ao Município de Congonhal. O veto total “autoriza o Departamento de Estradas de Rodagens de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica”.

O DER-MG, por inúmeras vezes, através do Governador do Estado, seu representante maior, foi a Brasília reivindicar, junto ao governo federal, que transferisse as estradas federais para o Estado, que estadualizasse as estradas federais, entre elas o Anel Rodoviário. Infelizmente, no final da última semana, um grupo de Vereadores de Belo Horizonte fez uma visita, “in loco”, ao Anel Rodoviário, preparando o anúncio de sua reconstrução, e receberam de um representante do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre - DNIT - a infeliz notícia de que, só a partir de 2012, as obras serão iniciadas.

O Sr. Presidente - Deputado, acabamos de discutir o cumprimento do Regimento Interno. Não fuja do assunto. Estamos discutindo o Veto à Proposição de Lei nº 20.333, mas o que o senhor está dizendo não diz respeito à questão em pauta. Por favor, atenha-se ao veto ou cortarei a palavra de V. Exa.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado, quero que o senhor dispense o mesmo tratamento a um membro da Oposição que subirá à tribuna daqui a 44 minutos.

O Sr. Presidente - Deputado, ele receberá o mesmo tratamento.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - É o que espero, diferentemente do que ocorreu ontem. Ficamos aqui até às 11 horas da noite...

O Sr. Presidente - Deputado, explicarei ao senhor e ao Deputado Bonifácio Mourão o que ocorreu ontem na Casa. O Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, que estava presidindo a reunião, foi liberal, concedendo a palavra a mais de 10 Deputados para questão de ordem.

Os Deputados estão conscientes do teor do Regimento Interno. Esta Casa, por meio da Escola do Legislativo, ofereceu cursos sobre o Regimento a todos os parlamentares. Então, não devemos questioná-lo aqui ou discuti-lo. Todos os Deputados devem conhecer o Regimento Interno. Isso é obrigação de todos os Deputados.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Sr. Presidente, não quero colocá-lo em contradição, até porque tenho por V. Exa. um carinho e um respeito muito grande.

O Sr. Presidente - Se algum Deputado quer apresentar proposta de modificação do Regimento Interno pode fazê-lo.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Sr. Presidente, não é interesse nem objetivo deste parlamentar que V. Exa. perca a cabeça ainda no início da manhã, mas quero fazer uma ponderação: ontem, quando o Deputado Antônio Júlio subiu à tribuna e ficou por 1 hora discutindo, em tese, o veto a uma proposição, que, aliás, foi mantido, V. Exa. já estava presidindo a sessão. O Presidente da Casa, Deputado Dinis Pinheiro, já havia saído do Plenário. Por 1 hora, o Deputado Antônio Júlio, se não me engano, e também os Deputados Paulo Guedes, Sávio Souza Cruz, colega de partido de V. Exa., e Rogério Correia desviaram-se por completo do assunto em discussão.

O Sr. Presidente - Deputado, volte ao assunto em discussão. Não vamos mais discutir o que aconteceu na reunião passada.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - A partir de hoje, Deputado Bonifácio Mourão - porque ontem não valeu -, dia 23/3/2011, às 9h43min da manhã, receberemos tratamento igualitário, nós do Bloco da Situação e os do Bloco da Oposição. Até ontem, dia 22 de março, não era esse o tratamento concedido. Que isso fique claro, pois aqui estão inúmeros Deputados e Deputadas: a partir de hoje, mais uma vez, às 9h43min do dia 23 de março, todos receberemos tratamento igualitário, coisa que não aconteceu na noite de ontem. Cheguei em casa depois das 11 horas da noite por conta de 1 hora de discussão do Deputado Antônio Júlio sobre um veto. A todo momento ele se desviava do assunto, mas, quando era questionado, dizia a palavra “consumidor”.

O Sr. Presidente - Deputado, o senhor vai voltar ao assunto?



O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Agora, Presidente, estou muito satisfeito.

Sobre o DER-MG, o governo do Estado, por questões legais, não pôde fazer a doação do imóvel ao Município de Congonhal. Tenho certeza de que esse erro será desfeito por outros Deputados que estão aqui representando o Município de Congonhal. Esse projeto será novamente encaminhado a esta Casa e, com certeza, o imóvel em questão, objeto do veto que estamos discutindo, será doado finalmente ao Município que ora citamos.

Parabenizo V. Exa. e digo que estarei aqui durante toda a manhã, assim como V. Exa., vigilante, bem como durante os próximos anos, principalmente sob a condução do Presidente José Henrique, para saber se o tratamento será realmente o mesmo, pois até a noite de ontem não foi. A Oposição recebeu tratamento diferenciado e privilegiado por parte desse Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Deputado Gustavo Valadares, agradeço-lhe as consistentes palavras. Em verdade, Deputado Gustavo Valadares, gostaria de lembrar não só a V. Exa., como também a todos os Deputados, um pensamento bíblico de Jeremias, que diz que, por falta de um profeta, não perecerá a palavra de Cristo; por falta de um sábio, não perecerá a ciência; e nem por falta de um Juiz, perecerá a lei. O Regimento é superior à Presidência, e a lei é superior ao Juiz, mas isso não está acontecendo aqui. Quando o Regimento estabelece que é obrigatório, é porque é obrigatório, e o Presidente tem de ser o primeiro a cumprir. Digo isso com calma e tranquilidade. Ninguém precisa se enervar.

O Sr. Presidente - V. Exa. está com a palavra para discutir o veto. Eu pedi que se cumprisse o Regimento Interno, e V. Exa. não o está cumprindo. Vamos discutir a proposição que está na pauta.

O Deputado Bonifácio Mourão - Estamos aqui para protestar, com razão, porque a porta foi escancarada ontem.

O Sr. Presidente - Deputado, V. Exa. poderá discutir o Regimento Interno no momento oportuno.

O Deputado Bonifácio Mourão - V. Exa. não precisa ficar nervoso, porque eu estou calmo. Sei que V. Exa. também é um Deputado calmo.

O Sr. Presidente - V. Exa. está com a palavra para discutir o veto.

O Deputado Bonifácio Mourão - Quem fica nervoso é quem perde a razão. Vamos com calma.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Deputado Bonifácio Mourão, quero cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento e manifestar a minha preocupação quando há, como houve ontem a noite, o descumprimento do Regimento. Na medida em que a lei não é aplicada, ocorre a discórdia e até a desordem. Essa preocupação eu também tenho. V. Exa. não está, por hora desviando-se do assunto, porque estamos em fase de preliminares. Mas, a partir do momento em que se aprofundar na discussão do veto, deverá nela permanecer. Por enquanto, o Deputado Bonifácio Mourão está abrindo mão de parte de seu precioso tempo, merecendo elogio e não advertência.

O Sr. Presidente - E V. Exa. está tomando o tempo dele, porque ele deveria estar discutindo o veto. Nós não estamos discutindo o Regimento Interno, Deputado Sebastião Costa. Vou cortar a palavra de V. Exa., já que temos de cumprir o Regimento Interno.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Primeiro, quero esclarecer a V. Exa. que quem me concedeu a palavra foi o orador que está na tribuna. Foi ele quem me concedeu a intervenção.

O Sr. Presidente - V. Exa. tem a palavra para discutir o veto à Proposição de Lei nº 20.333.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Compreendo a preocupação de V. Exa., Deputado, porque sei que é difícil dirigir uma reunião, principalmente quando há pontos divergentes. É compreensível e natural essa reação. Aliás, isso é inerente ao ser humano. Estou absolutamente calmo. Gostaria de esclarecer que, quando o Deputado Gustavo Valadares mencionou o DNIT, ele não estava se desviando do assunto, apenas fazendo uma comparação entre dois órgãos de poderes diferentes, com atividades semelhantes. O DNIT constrói e repara rodovias, ou pelo menos assim deveria fazer, e o DER faz a mesma coisa em outra esfera de poder. Na verdade, o que está acontecendo é essa psicose de saber o que está fora ou dentro do Regimento.

Deputado Bonifácio Mourão, sei que o que V. Exa. está procurando fazer é pavimentar o caminho para discutir o veto à proposição. É exatamente esse o seu objetivo. No mais, quero cumprimentá-lo por sua fala e por suas preocupações. Quanto ao descumprimento do Regimento, isso também me preocupa, porque o Regimento é o ponto de referência que temos neste Plenário. Do contrário, o que prevaleceria seria a opinião pessoal, e opinião pessoal cada um tem a sua e ninguém concorda com a de ninguém.

O Deputado Bonifácio Mourão - Muito obrigado, Deputado Sebastião Costa, nosso grande companheiro e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa., mais do que ninguém, estaria credenciado pela Comissão que preside, responsável principal que é pelo zelo no cumprimento das leis de modo geral e pelo aparte de V. Exa.

Deputado José Henrique, não vou sair do assunto, como procurei não sair. A minha intenção é apenas ajudar a própria Presidência na condução dos trabalhos. Quando procuramos zelar pelo cumprimento do Regimento, não tenha a menor dúvida de que isso facilita o trabalho da Presidência. Além disso, Deputado José Henrique, temos o maior amor pelo debate, porque é o debate que enriquece esta Casa. Neste ano, com os debates, está havendo uma presença maior dos Deputados em Plenário. Estamos presenciando um interesse maior pela TV Assembleia. Estamos vendo as pessoas comentarem os debates desta Casa. Isso fortalece o nosso parlamento. Estou me lembrando agora da época da Revolução Francesa, deve ser a época de alguns companheiros, quando Voltaire falava o seguinte sobre o debate: não concordo um minuto sequer com o que você diz, mas defendo, até o último momento, o seu direito de dizê-lo. Precisamos de sacramentar, cada vez mais, um debate de alto nível. Não podemos partir para radicalismos, para ofensas. Por isso, Sr. Presidente, abordamos esse assunto regimental. Quando uma parte não concorda, as pessoas partem para a radicalização, prejudicando o nível do nosso debate. É fundamental que isso não aconteça aqui. Para que V. Exa., Sr. Presidente, não venha a dizer que o nosso propósito é esse, vamos ficar vigilantes ao Regimento Interno, àquele orador que vier discutir uma matéria e à condução da Presidência. Muito obrigado aos senhores.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Bom dia, Deputadas e Deputados, telespectadores da TV Assembleia, em nome do Bloco Minas sem Censura, composto pelo PT, PMDB, PCdoB e PRB, venho aqui discutir o Veto Total à Proposição de Lei nº 20.333, que autoriza o



DER a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica. Para que os Deputados e telespectadores vejam a importância não só desse projeto que foi vetado, mas também dessa temática, vou historiar um pouco o que fundamentou o projeto e o veto.

O projeto foi apresentado pelo ex-Deputado Ruy Muniz. O Município de Congonhal, no Sul de Minas, localizado entre as cidades de Pouso Alegre e Poços de Caldas, foi emancipado na década de 50, Deputado Rômulo Viegas, e pertencia a Pouso Alegre, Município do Sul de Minas, que tem belíssimas cachoeiras, importante fonte de turismo. Ele já tem hoje um nível de urbanização que ultrapassa os 70%. O projeto destinava ao Município de Congonhal uma área de 98.688m². Esse era o projeto original. Qual era o objetivo desse imóvel do DER, de faixa de domínio, inclusive? Ele se destinava à instalação operacional da Prefeitura Municipal de Congonhal, a atividades de interesse social, políticas sociais, como construir um Cras, e à habitação popular. Esses seriam os três objetivos do projeto que foi aprovado nesta Casa e remetido ao Governador.

Tenho certeza de que o veto do Governador não tem o fim de prejudicar o Município de Congonhal. O que ocorre é que foi verificado, nos registros cartoriais para o Estado, que o imóvel tinha uma área de 35.425 m². Então, houve uma divergência. Havia uma lei que autorizava o Estado a doar ao Município de Congonhal um terreno de 98.000m², e o cartório falava que o DER só tinha um terreno de 35.425m². Então, foi por isso que o projeto foi vetado. Discutindo essa matéria, quero fazer um alerta aos Deputados e Deputadas: a questão do inventário do patrimônio público do Estado de Minas Gerais e também da União. Desde as Capitâneas Hereditárias e, depois, a Corte Portuguesa, não temos registros adequados do que pertence ao Estado ou do que foi apropriado do próprio Estado por terceiros. Levanto aqui para uma discussão posterior - sou regimentalista e não quero fugir do debate sobre Congonhal - a questão das terras devolutas, patrimônio do Estado, que não quis inventariá-las ou fechou os olhos ou, de fato, teve dificuldades, e que foram apropriadas indevidamente ao longo dos anos.

Então, vejam bem, Srs. Deputados: há uma divergência sobre o que é área do Estado, qual área é do Estado, e essa divergência não ocorre só em Congonhal, só com o DER. Depois, gostaria que o governo, por meio das suas lideranças, se pronunciasse sobre a ação efetiva do Estado para inventariar as suas terras públicas, até para que nós, Deputados, pudéssemos dar esse efetivo apoio aos Prefeitos. Hoje temos um programa habitacional, o Minha Casa, Minha Vida, e um de seus grandes entraves é a disponibilidade de terreno. Então, se o Município sabe que, na sua extensão de limites, há um terreno do governo do Estado não aproveitado, nós, Deputados, poderíamos... Imagine se tivéssemos conhecimento disso. Cada Deputado desta Casa trabalha com dezenas de cidades. Se ele, por exemplo, souber que a cidade onde tem base política possui terreno do Estado, poderá chamar o Prefeito para passar a ele esse terreno a fim de se fazer uma parceria com o governo federal ou construir uma escola de ensino infantil, que agora é de responsabilidade dos Prefeitos. Isso é um desafio. Minas Gerais talvez tenha um dos gerentes do governo federal mais competente, o Rogério Aranha, que coordena o serviço de patrimônio da União. Hoje isso está andando mais rápido. Antes, havia uma burocracia muito grande. Muitas vezes, o próprio poder público - e não estou falando só de Minas Gerais, essa é uma questão da história brasileira - não se apropria do patrimônio público. Muitas vezes, o próprio poder público não sabe aquilo que é dele.

Então, esse exemplo de Congonhal incita a Assembleia a tomar uma providência. Qual? Cobrar do governo do Estado um inventário do patrimônio público de terra disponível por Município.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Aquilo que V. Exa. está falando tem muita importância. Conheço o Aranha, o grande responsável por essa área patrimonial, e a minha cidade foi exemplo disso. Em São João del Rei, descobrimos uma área muito grande do governo federal e, por meio do Aranha, conseguimos celebrar convênios importantes, Deputado André Quintão. A Secretaria de Defesa Social mantém lá a sede da Polícia Civil, e foi cedida uma área para a construção do consórcio de saúde e outra para a construção da microrregional do Campo das Vertentes. Então, seu pronunciamento merece muita atenção, pois devemos, cada vez mais, buscar a legalização dessas terras tanto do Estado quanto do Município e da federação, a fim de realmente facilitar as boas aquisições. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado André Quintão* - Então, deixo aqui esta proposta: quais providências o Estado poderia tomar para que todos os Deputados e Deputadas tivessem em mãos todo o terreno público disponível, para que, ao fazer o projeto... Tenho certeza de que o Deputado Ruy Muniz agiu da melhor maneira possível. Ouviu do Prefeito a reivindicação, apresentou o projeto e depois, quando chegou ao governo, este disse "não é desse tamanho".

Há outro aspecto importante. A faixa de domínio, seja do DER, seja do DNIT, se não bem aproveitada, é sujeita a invasões, ocupações, colocando em risco inclusive as próprias pessoas. O Município de Congonhal já tem mais de 70% de urbanização. Sabemos que, nesse movimento do campo para a cidade, muitas vezes a pessoa chega à cidade sem a adequada condição de sobrevivência. Congonhal, em 2000, tinha aproximadamente 27% de incidência de pobreza, Deputado Romel, um nível alto. Imagino que o Prefeito procurou o Deputado Ruy Muniz para desenvolver programas de suporte social nessa área de domínio. Na região metropolitana há ocupações na saída para Ipatinga, na BR-381, de gravíssima situação de risco ou mesmo no próprio Anel Rodoviário, com ocupações desordenadas. Se o poder público estadual ou federal desenvolvesse programas inteligentes de ocupação racional das áreas de faixa de domínio, seria um problema a menos no futuro.

A questão do patrimônio é tão importante que ele pode ser até destinado sazonalmente. Vejam, por exemplo, a situação da beira dos grandes rios, dos vazanteiros. O governo federal está desenvolvendo programas em que, quando o nível do rio abaixa, faz-se uma cessão para as pessoas aproveitarem aquela faixa para determinadas culturas; do arroz, por exemplo. Há as ilhas, o Deputado Mourão conhece bem a Bacia do Rio Doce. Pode haver aproveitamento quando não há o período de cheia para a produção agrofamiliar. Esse problema de Congonhal revela o desconhecimento que o poder público, em todos os níveis, tem, muitas vezes, do seu próprio patrimônio.

Obviamente teremos que votar pela manutenção do veto, por esse motivo jurídico e técnico. Mas pergunto: como fica o Município de Congonhal? E isso vale para outras cidades. Como o Município vai fazer o convênio Minha Casa, Minha Vida? Como o Município eventualmente vai construir um Cras, uma escola de ensino infantil? Como vai ampliar as instalações da Prefeitura? Às vezes, os próprios imóveis ocupados pela estrutura burocrática são sujeitos a aluguéis, há condições precárias em Câmaras, etc. Assim, o Município deverá ter uma contrapartida.



Queria discutir também qual contrapartida ele pode ter. Eu trabalharia em três linhas. Primeiro, a Prefeitura estava querendo esse terreno para ter apoio operacional para ampliar suas instalações. Não sei exatamente - talvez o Deputado Dalmo possa dizer - como anda a situação do convênio de compensação do ICMS para Congonhal. Mas vários Municípios assinaram o convênio no ano passado e os recursos ainda não foram liberados. A primeira providência, principalmente para os Deputados votados em Congonhal, seria buscar agilizar a liberação dos convênios assinados no período pré-eleitoral. Essa medida, aliás, deve ser extensiva a todos os Municípios, inclusive Governador Valadares, da nossa querida Prefeita Elisa, que ainda não recebeu esses recursos. Essa é a primeira medida compensatória. Vamos analisar a situação de Congonhal, para ver se o convênio do Município já foi liberado. Em segundo lugar, as emendas parlamentares. Às vezes, Congonhal não vai ter o terreno agora, porque o próprio Deputado Dalmo disse que o terreno, com um novo projeto, será disponibilizado. Mas quem sabe exista emenda parlamentar para Congonhal que não tenha sido liberada. Há muitos Municípios - e conheço vários onde atuo - aos quais destinamos emendas parlamentares e, por vários motivos, elas não foram liberadas. Deixo uma sugestão: um acordo com o governo. Vamos votar, não vamos obstruir. Vamos votar pela manutenção do veto, mas iremos fazer um movimento de liberação de todos os convênios e emendas que, porventura, não estejam liberados para a cidade de Congonhal e outros Municípios da região. Não adianta, por exemplo, liberar para Congonhal e não liberar para Pouso Alegre, que também é governada pelo PT. Se Pouso Alegre também não tiver condição social adequada, as pessoas acabam saindo da região. Essa é a segunda providência que solicito à base do governo, pois é preciso haver empenho para se liberarem convênios e emendas a fim de melhorar a condição financeira da Prefeitura, para que possa implantar atividades de infraestrutura, de instalação nesse terreno, em função do que ocorreu por uma grave questão estrutural de ausência de controle do Estado.

Assim que terminar meu raciocínio, concedo aparte, com maior prazer, ao Deputado Gustavo Valadares. É preciso, ainda, realizar atividades de interesse social, ou seja, a Prefeitura de Congonhal quer ampliar as suas ações na área social, da mesma forma que todas as Prefeituras de Minas também o querem. Estou fazendo uma discussão aprofundada porque a situação de Congonhal também ocorre em outros Municípios. E vejam que se trata do Sul de Minas, região com grande potencial turístico, ao pé da Serra da Mantiqueira.

Aliás, vale abrir um parêntese para lembrar uma questão muito séria denunciada hoje pelos jornais: o Estado está assumindo uma postura mais firme em relação a orientações para uso de lareiras nos hotéis e pousadas por causa do monóxido de carbono, que pode ter causado a morte de um casal.

Retomando, lembro que todos os Municípios do Sul têm seu nicho de pobreza. Congonhal no ano de 2000 registrava 27% de população pobre. Então, como apoiar os Municípios na questão social? Ai...

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Vou mandar fazer um Regimento Interno de ouro e V. Exa. irá recebê-lo, pois conseguiu com singular habilidade driblar o Presidente. Está lá o zagueiro, e o atleta, precisa chutar a bola para cima, para driblá-lo e fazer um golão. Há 17 minutos V. Exa. não fala do veto, mas, de forma brilhante, conseguiu descobrir a palavra mágica. Cada veto nesta Casa tem uma palavra mágica. Ontem, quando o Deputado Antônio Júlio falou, ele descobriu a palavra mágica: consumidor. Quando o Presidente ia chamar a atenção, ele falava "consumidor". O Presidente ficava tranquilo e ele podia falar mais meia hora fora do assunto do veto. Hoje, achei que a palavra mágica seria DER. Usei DER e comecei a falar do anel rodoviário, explicando que a obra ficará apenas para o ano que vem e que o governo federal não teve competência para preparar a licitação este ano, ou seja, só a partir de 2012 poderá haver o início das obras. Entretanto, errei, porque falei DER e a palavra mágica era Congonhal. V. Exa. é brilhante porque a descobriu. Não sei por que a Oposição tem descoberto as palavras mágicas dos vetos. Ontem, o Deputado Antônio Júlio brilhantemente descobriu que era consumidor. Toda hora que ele fugia do tema, ele falava consumidor e tranquilizava o Presidente. Eu achei que era DER e não era, é Congonhal. Fica a dica.

Deputado Tiago Ulisses, V. Exa., como grande estudioso, descubra a palavra mágica para os próximos vetos. Hoje quem descobriu foi o Deputado André Quintão. Parabéns V. Exa. e mandarei fazer um Regimento Interno de ouro. Toda vez que alguém adivinhar a palavra mágica, darei esse Regimento Interno de ouro. V. Exa. driblou o zagueiro, deixou-o sentado e fez um golão. Continue seu pronunciamento. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Obrigado. Também com o Deputado Marques Abreu, apesar do pouco convívio, já aprendemos a driblar e cruzar e, com o Deputado João Leite, aprendemos a defender, não é?

Nobre Deputado Gustavo Valadares, com todo o respeito, o veto trata da doação de terreno a Congonhal. Se essa cidade tivesse anel rodoviário, estaríamos discutindo isso, mas a palavra mágica não é essa, mas um terreno que foi doado. Lá há uma estrada que vai até Poços de Caldas e há a faixa de domínio, que, caso não tenha a destinação adequada, cria situações como a gerada na saída de Belo Horizonte para João Monlevade, que é a ocupação desordenada. O que a Prefeitura pretende ao ter esse terreno? Tenho quase certeza de que pretende estabelecer uma parceria com o governo federal para construir um conjunto habitacional urbanizado e aprovado por lei para pessoas pobres. Já falei sobre o índice de pobreza. É lógico que, depois das ações dos últimos 10 anos, esse índice deve ter diminuído muito, mas, em 2000, o índice de pobreza de Congonhal era de 27%.

Então, estou absolutamente no tema, já que estou discutindo Congonhal, e o terreno é para essa cidade. Caso o terreno fosse para Pouso Alegre, estaria falando sobre Pouso Alegre.

O Deputado Tiago Ulisses desenvolve um grande trabalho no Sul de Minas e pode até trazer notícias. Talvez o Deputado queira apresentar emendas parlamentares para que façamos um mutirão pela liberação das emendas para Congonhal e outras cidades da região.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte) - Como Deputado votado em Congonhal, gostaria de dizer que essa ideia de que a cidade não precisa de anel rodoviário é relativa. O pessoal de lá está muito preocupado com as lombadas eletrônicas que o DNIT não instalou em locais em que existem dois quebra-molas. Pedimos a V. Exa. que encaminhe ao DNIT regional uma proposta de construção de um anel rodoviário na chegada, vindo de Pouso Alegre, e na saída, depois do Posto São Domingos, cujo dono, Mourão, é nosso companheiro político. Assim ficará mais fácil, pois o trânsito está muito ruim naquela região, que é cheia de quebra-molas e onde



ocorrem muitos acidentes. Já fizemos pedido de lombadas eletrônicas ao Diretor do DNIT há mais de um ano, mas elas ainda não foram instaladas. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Deputado Tiago Ulisses, poderemos apresentar outro requerimento ao Deputado Carlos Pimenta, para que, caso essa proposta vingue, seja criado um espaço adequado para a comercialização das batatas. Há vários tipos de batatas que podem ser utilizadas em tira-gostos excelentes, e lá elas ficam dispersas ao longo da rodovia. Pode ser criado um posto de comercialização de economia solidária para quem transita no local. Se desviarmos demais, as pessoas que vivem dessa comercialização ficarão prejudicadas. A cidade é conhecida, quase internacionalmente, como produtora de batatas de todo o tipo. Haveria uma alternativa de geração de renda. Farei isso com o maior prazer.

Peço aos Deputados do nosso partido que desenvolvam um trabalho mais forte no Sul de Minas com os Deputados Ulysses Gomes e Pompílio Canavez e o Deputado Federal Odair Cunha, que é majoritário na região, a fim de se encaminhar esse pedido ao DNIT, pois, como disse, a estrada que liga Pouso Alegre a Poços de Caldas está na faixa de domínio do DER.

O Deputado André Quintão* - Deputado Alencar da Silveira Jr., disse aqui que há mais de 70% de urbanização. E esse percentual já deve ter aumentado para quase 80%. Isso significa que as pessoas estão morando lá. Por isso, imagino que a Prefeitura queira esse conjunto habitacional. Para recapitular, falei sobre como apoiar a Prefeitura financeiramente para a ampliação das suas instalações. Depois, abordarei a questão social e sobre como compensar Congonhal e região na questão social. Em terceiro lugar, falarei sobre uma alternativa de habitação popular.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Gostaria apenas de fazer um alerta sobre batatas. Antigamente, as batatas produzidas ali tinham de ser lavadas. Se não fosse o governo Aécio Neves, para o qual temos de tirar o chapéu, haveria dificuldade na comercialização de batatas, pois o caminhão trafegava, até chegar ao asfalto, por um poeirão. As batatas tinham de ser lavadas, mas hoje elas já saem lavadinhas da fonte até o comércio.

Estou aqui para parabenizar V. Exa. O Deputado Gustavo Valadares e o Deputado Bonifácio Mourão ficam falando, mas temos de tirar o chapéu para a Oposição nesta Casa. Quantos companheiros da Situação sobem à tribuna e não conseguem levar um pronunciamento por 20 minutos ou 30 minutos? Eles não conseguem fazer seu pronunciamento em 50 minutos ou no tempo necessário.

Estou aqui para parabenizar V. Exa., parabenizar a Oposição, porque hoje há algo que não havia no governo passado, que é oposição. Há uma oposição sincronizada sob o comando do Carlão.

O Sr. Presidente - Deputado Alencar da Silveira Jr., a discussão é sobre o veto à Proposição de Lei nº 20.333, e V. Exa. está se desviando do assunto. Então, estou advertindo-o com muita calma: se V. Exa. não voltar ao assunto, terá a palavra cortada.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Voltarei ao assunto, para encerrar e para não ter a palavra cortada. Sei que daqui para frente isso sempre acontecerá porque o Deputado Bonifácio Mourão irá pedir.

Quero parabenizar o Deputado André Quintão por conseguir fazer toda essa oposição sob o comando do Carlão. Parabéns, porque vocês estão fazendo o que a população quer: o debate.

O Deputado André Quintão* - Agradeço ao Deputado Alencar da Silveira Jr.

Poderíamos ter mais tempo porque as questões que estamos discutindo são relevantes. Não estamos aqui simplesmente para obstruir ou criticar. Nenhum Deputado ouviu qualquer tipo de crítica ao governo. Pelo contrário, eu disse que o Governador vetou por uma questão legal. Há uma divergência no tamanho do terreno, o que revela um passivo histórico, um descaso histórico com o patrimônio público em todos os níveis. Resgatou-se Minas Gerais, nos últimos anos, pelo Rogério Aranha, que tem, inclusive, uma atuação absolutamente republicana. Agora os Deputados podem saber de uma outra grande possibilidade, que são os imóveis da Rede Ferroviária Federal. O Deputado João Leite tem trabalhado muito essa questão. Os imóveis serão incorporados pelo patrimônio da União.

Esse veto nos faz discutir uma coisa muito séria, e quem está nos acompanhando deve saber isso: temos que solicitar ao Estado que faça um inventário do seu patrimônio público, do DER e de outras autarquias, para que os Deputados possam ajudar os Prefeitos de cada Município. Menciono o Deputado João Leite porque ele foi Subsecretário na área da assistência. O Prefeito quer implantar um Cras, mas terá que fazer uma opção: se gastar os recursos para comprar o terreno e construir o prédio, como irá pagar o pessoal? Aí, o Estado ou o governo federal passa recursos para uma parte do custeio. Mas e o terreno? Podem dizer que o Prefeito terá que alugar. E se ele alugar ou não existir o terreno? Então, nós, Deputados, teremos que apresentar uma emenda para ele fazer uma reforma do Cras e, quando chegar a hora de fazer o convênio, não poderá acontecer porque o terreno não está legalizado. Não sei se essa é a situação de Congonhal, porque tenho relações com o partido na região, mas não sou Deputado majoritário lá. Mas imagino o Prefeito querendo construir e não tendo o terreno. Fica a primeira proposta, que é inventariar inclusive terras devolutas do nosso Estado para fins da questão da terra em Minas.

O segundo ponto é compensar financeiramente o Município de Congonhal, mas também os outros, com agilidade na liberação das emendas parlamentares, porque nós, Deputados, apresentamos as emendas, viabilizamos a parceria e os convênios, mas, muitas vezes, esse recurso só é liberado no final do ano. Aí, principalmente os Deputados que estão assumindo agora, irão conhecer uma verdadeira corrida de obstáculos para liberar uma emenda parlamentar e os convênios. O Deputado Tiago Ulisses, que é votado na região, já se colocou à disposição e eu também me disponho a lutar por isso. Temos que trabalhar por toda a Minas Gerais, e não apenas onde somos votados. Eu me disponibilizo, com o Deputado Pompílio Canavez e o Deputado Federal Odair Cunha a procurar, em Brasília, toda forma de apoio possível para a microrregião.

A outra questão é social. Podem falar que a Oposição está usando o Plenário para bater no governo, mas isso não acontece de forma nenhuma. Apresentarei uma proposta importante não só para Congonhal, mas também para todas as Prefeitas e Prefeitos do Estado. A Presidente Dilma, assim que tomou posse, lançou um desafio estratégico: superar a pobreza extrema. Em cada Município de Minas Gerais - acredito que até no Sul de Minas -, existem casos de situação de pobreza extrema. Como Minas tem várias desigualdades regionais, a situação é mais drástica, por exemplo, no semiárido.



Qual é o problema da pobreza extrema? Não basta o Bolsa Família, por mais que ajude, não basta que as crianças estejam nas escolas, por mais que ajude. Existem situações extremas...

O Sr. Presidente - Deputado André Quintão, não estamos discutindo questões sociais, mas o veto à proposta de doação do terreno do DER ao Município de Congonhal. V. Exa. está fugindo do assunto. Solicito que volte a discutir o veto.

O Deputado André Quintão* - Com o maior prazer. Deputado José Henrique, parabeno-o pela condução dos nossos trabalhos, que está colocando um patamar de entendimento da questão regimental. Uma coisa é discutir aqui não o veto à doação do terreno para Congonhal, mas os problemas relativos ao anel rodoviário ou ao Aeroporto de Confins, que, como noticiado, enfrenta problemas ambientais. Discordo do Presidente porque o objetivo da proposição de lei era apoiar atividades de interesse social do Município de Congonhal. Apresentei ao Governador uma proposta de apoio aos Municípios. Creio que possa ser uma forma de compensação, mas não vou polemizar com o Presidente, pela sua autoridade, porque ele, em última instância, interpreta o Regimento Interno desta Casa. Eu apenas quis fundamentar a proposta.

Vamos votar pela manutenção do veto - esse é o meu encaminhamento -, porque de nada adiantará fazer a doação do terreno, se a Prefeitura não puder registrá-lo. Aí, o Deputado Tiago Ulisses não conseguirá apresentar uma emenda, porque o terreno não estará legalizado. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva vai querer marcar uma audiência com o gestor do Minha Casa Minha Vida, da Caixa Econômica Federal, do Ministério das Cidades, mas não conseguirá, porque o Município de Congonhal não terá o terreno legalizado. É preciso compensação, para que o Município realize suas atividades de interesse social.

Isso não se aplica somente a Congonhal. Não estou utilizando uma estratégia para ficar mais ou menos tempo nesta tribuna. Estou fazendo uma discussão séria. Minas Gerais tem de ser protagonista na articulação entre os seus órgãos de governo para, em parceria com o governo federal, apresentar uma proposta efetiva de superação da pobreza extrema e de apoio aos Municípios nas atividades de interesse social, que foi o objetivo maior do projeto do Deputado Ruy Muniz.

Consegui ontem, do Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, após uma audiência com o Governador Anastasia, autorização para, a partir da próxima semana, organizarmos um fórum técnico sobre superação da pobreza extrema em Minas Gerais. Assim, teremos diretrizes claras para que, no PPAG, possamos apontar alternativas que beneficiem todos os Municípios, Congonhal inclusive.

O Deputado Paulo Lamac (em aparte) - Obrigado, Deputado André Quintão. Deixo bem claro que não atuo no Sul de Minas, mas o projeto foi vetado, a argumentação foi bastante clara, existe um erro material no que diz respeito ao tamanho da área. Assim, o Governador não sancionou o projeto aprovado por esta Casa em virtude de divergências. O mais importante nessa discussão que V. Exa. está fazendo com muita qualidade é o seguinte: um terreno que será doado a determinado Município terá uma destinação. É preciso que esta Casa se debruce sobre a destinação, dê prosseguimento a discussões mais amplas, mais profundas, e não somente realize um debate raso sobre o que está friamente escrito, porque discutiremos somente números.

Houve uma divergência numérica. A cada vez que debatemos um assunto, é importante e altamente louvável aprofundarmos a discussão. V. Exa. faz isso com muito brilhantismo, apesar de aparentemente causar um certo incômodo. Sou novato nesta Casa e a impressão que nos dá é que causa incômodo aos companheiros da base de governo qualquer tipo de discussão que extrapole o meramente superficial ou discussões que não sejam a ladainha do argumento único do governo federal ou do resultado das eleições.

Parece-me que a questão de Congonhal, a doação dessa área para o Município, é um ótimo exemplo para aprofundarmos o debate das questões que realmente interessam. Se essa área será destinada às questões sociais, para a lavagem das batatas, que não é mais necessária, ou para a comercialização de um produto importante para aquela região, é essencial para a discussão e para o debate.

V. Exa. já demonstrou conhecimento sobre o assunto, capacidade para aprofundá-lo e para fazer a análise que o tema merece e justifica. A nossa missão nesta Casa é analisar com profundidade, discutir o Estado que queremos e de que precisamos. Talvez isso cause algum constrangimento para alguns que não estão habituados ao debate e à discussão, mas o debate é saudável para nós e para o Estado. Certamente é isso que os mineiros esperam dos Deputados. A fala de V. Exa. é muito adequada. Não estou de acordo especialmente quando a Liderança do governo fala com escárnio que doará a V. Exa. um regimento de ouro. Isso é inadequado, especialmente vindo do grande Líder do governo, assumindo uma postura de completa inconsistência, uma vez que o debate tem toda a relevância e toda a pertinência em relação ao objetivo do projeto. Temos que superar essa dificuldade de aprofundarmos os assuntos. É isso que os mineiros esperam dos Deputados. Vamos aprofundar as discussões. V. Exa. não fez nenhuma crítica ao governo do Estado até então. Portanto, o problema não é com a postura de Oposição, mas com a discussão em si. Essa é a grande riqueza do Parlamento. V. Exa. desempenha com brilhantismo esse debate que não é rasteiro, é um debate em profundidade, como se espera dos Deputados de Minas Gerais. Parabéns, Deputado!

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Paulo Lamac.

Srs. Deputados, lerei a carta do Prefeito Rubens Vilela dos Santos Júnior, respondendo a diligência feita quando o projeto estava em tramitação. Chamo a atenção dos Deputados para o que diz o Prefeito, que é a realidade de praticamente todos os Municípios de Minas Gerais. Por isso é importante que esse veto seja mais discutido, caso não tenhamos que votá-lo nesta manhã.

Carta do Prefeito dirigida ao Secretário Dinis Pinheiro (- Lê:)

“Cumprimentando-o, cordialmente, venho, em resposta ao Ofício nº 2.624/2009, em que pede esclarecimentos para embasar essa nobre “Casa de Leis” para aprovação do projeto suprarrelacionado. Tenho a informar-lhe que o projeto de lei para a doação de terreno, ora analisado por V. Exa., em seu parágrafo único, relata sobre a utilização do mesmo”.

A utilização anterior era para apoio operacional à Prefeitura e atividades de interesse social.

Na diligência, o Prefeito diz: “Mas, como a demanda habitacional deste Município é grande, proponho que seja a área remanescente destinada para a construção de “casas populares”, talvez em parceria com órgãos estaduais e federais, como o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, no qual já estamos cadastrados”.

Exatamente o que disse aqui. (- Lê:)

“Esse Município é deficitário em relação a pedir verbas vinculadas a obras de construção de interesse social por não ter condições financeiras para aquisição de terreno, passando dificuldades até com a folha de pagamento dos funcionários”.



Depois, ele relata várias questões, e, no último parágrafo, temos: “Informamos também que áreas ociosas são sujeitas a invasão, ao uso indiscriminado; existe no local quatro alojamentos que estão sendo usados por moradores incertos, além do zelo que se faz necessário por ser local dentro de polo urbano”. Pergunto aos Deputados se essa não é a realidade da maioria dos Municípios de Minas Gerais. Há os que querem construir habitação popular, querem implementar o Cras, querem fazer escola de ensino infantil, mas não têm o terreno.

Temos de sair daqui com audiência marcada com a Seplag. Deixo a proposta de inventariarmos, em cada Município, todos os terrenos disponíveis do Estado. Vamos abrir isso de maneira republicana, como hoje ocorre no governo federal. Se cada Deputado procurar o patrimônio da União em Minas, saberá. O Deputado Rômulo deu exemplo de sua cidade. O mesmo acontece com Inconfidentes, no Sul de Minas, onde o Deputado Dalmo Ribeiro Silva é majoritário. A área de toda a cidade é patrimônio da União, e isso está sendo resolvido, pois, se a situação não for regularizada, quem mora lá não terá a certidão de seu imóvel. E isso está sendo feito agora, décadas depois. Essa é uma cidade histórica muito bonita, como tantas em Minas Gerais.

Sr. Presidente, esse veto revela para nós, Deputados e Deputadas, uma questão grave: a ausência de controle do terreno público no Estado. Deixo aqui essas sugestões.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Deputado, gostaria apenas de sugerir que a mesma solicitação fosse enviada ao governo federal para não acompanharmos mais invasões de terra nas linhas de trem, como acompanhamos em minha cidade, Caeté, onde está sendo formada a primeira região com habitação irregular, em grande volume, nas antigas linhas férreas, espaço do governo federal. Às vezes, é melhor haver um controle mais rígido que o desmando total, um total descontrole do governo federal.

O Deputado André Quintão* - Concordo com o Deputado João Vítor Xavier. O Deputado João Leite tem acompanhado a questão da destinação dos imóveis da Rede Ferroviária Federal, que estão sendo incorporados ao patrimônio da União. Infelizmente, por uma decisão estratégica errada, o nosso transporte ferroviário enfraqueceu-se ao longo de décadas, mas os imóveis da Rede podem ter uma utilização importantíssima, social e cultural, além das faixas de domínio. E V. Exa. pode ter certeza de que o Delegado do Patrimônio da União em Minas está rigorosamente sob inspeção. Vou levar-lhe isso pessoalmente. Sugiro que V. Exa. marque um encontro com ele.

Queria dizer que, além do terreno, a Prefeitura precisa do recurso. Não entrarei em discussão política menor. Deixo uma proposta para o Líder do Governo, Deputado Luiz Humberto Carneiro, que está começando com muito gás. Ele é aniversariante desta semana, e o cumprimento antecipadamente, desejando-lhe toda a energia, saúde e paz e também para toda a sua família. V. Exa. completa anos muito perto do nosso glorioso Clube Atlético Mineiro.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado André Quintão, Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes, Sr. Presidente, o Veto à Proposição de Lei nº 20.333 diz respeito ao Município de Congonhal. Essa área também corresponde à nossa atuação, o Sul de Minas. É muito clara a posição, porém, quando se buscam caminhos alternativos para fugir ao debate, cria-se especulação. Por quê? Meu caro André Quintão, o Município de Congonhal ganhou em tese, através do projeto de lei do Deputado Ruy Muniz, uma área de 98.688m². O governo vetou esse projeto, porque, ao medir o terreno, ao confrontar o que foi doado com a escritura, só existem 35.425m². Na escritura consta quase um terço do que foi doado. O governo diz o seguinte quando justifica o veto: “Quanto ao interesse público, apesar de devidamente justificado pela destinação do imóvel objeto da doação, não se pode aferir se o bem seria ou não melhor destinado quando não se tem sua exata mensuração”. Como analisar se o bem seria bem ou mal usado, se não se tem a sua perfeita mensuração? Não há como. Mais adiante: “Ou seja, a ausência de quantificação topográfica frustra a possibilidade de o Estado identificar outros possíveis fins para o bem em comento, porque indica a fragilidade da afetação pretendida”. Como dar uma coisa sem saber o seu real tamanho? Seria irresponsabilidade do governo a aprovação e a sanção dessa lei. O Deputado Antônio Carlos Arantes, profundo conhecedor da nossa agricultura e pecuária, sabe muito bem o que acontece quando se discute tamanho de terra. Como pode, nobre companheiro, uma terra medir 98m² e a escritura só rezar 35m²? Não restava outra opção ao Governador, senão vetar esse projeto.

Estamos discutindo o resultado de dois mais dois. Alguns insistem em dizer que são cinco, mas não há como. Se o governo não veta, Deputado André Quintão, digo, ba V. Exa.: vem um projeto para o Município dizendo que ele ganhou uma área de 98.000m² e com ele uma escritura de 35.000m². Onde estariam os outros 65.000m² a serem cercados e utilizados pelo Município? Perdemos tempo nesta Casa com discussões vãs, enquanto poderíamos utilizar esse tempo com discussões sobre assuntos que realmente podem somar-se ao desenvolvimento de Minas Gerais e às condições de vida da nossa gente.

Para finalizar, Deputado André Quintão, diz assim a mensagem: “Não se sabe ao certo o que será objeto da doação, razão pela qual falta ao ato jurídico um dos seus elementos essenciais, limitando a própria capacidade de apreciação do Estado sobre a conveniência e oportunidade de sua efetivação. Assim, enquanto não se soluciona a questão, entende-se que não poderá ser efetivado o ato, pois, além de descumprir os princípios constitucionais da razoabilidade e da indisponibilidade do interesse público, não há segurança jurídica na doação de imóvel sobre o qual restam dúvidas a respeito de sua configuração”. Assim sendo, neste momento, como participante e morador do Sul de Minas interessado nessa questão, comprometo-me perante V. Exa. e os demais pares desta Casa a fazer uma reanálise neste ano, para apresentar o projeto correto, de acordo com os limites da lei, para que o Município de Congonhal não perca os investimentos para os quais já está preparado.

Sr. Presidente, quero dizer ao nobre companheiro André Quintão que me proponho, neste momento, a ser um dos autores da nova matéria de acordo com o que estabelece os limites sintonizados com o governo. Proponho que a matéria tenha o seu segmento, e Congonhal não perca. Não sou majoritário no Município, mas não poderia deixar de opinar devido à responsabilidade e à importância da questão para o nosso Estado. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado André Quintão* - Obrigado, Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Queria apenas fazer um esclarecimento em relação ao debate, à discussão do Deputado Duarte Bechir. O que está posto na escritura? Deputado Duarte Bechir, a área é de 90.000m² ou de 35.000m²?



O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Foi doada pelo governo do Estado, por meio de lei estadual, uma área de 98.000m², quase 100.000m². Mas, ao se confrontar com a área existente, ela possui 35.000m².

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - A escritura...

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Na escritura, constam 98.000m², mas a área do terreno é de 35.000m².

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - É exatamente essa a questão a que se refere e que preocupa o Deputado André Quintão. Em face desse veto e da realidade, não podemos nos contentar com a finalização do veto, dizer "sim" ao veto, em função do que está constatado. A expressão "mais grave que a realidade do Estado", o Estado brasileiro, de modo geral... Todos os estudos que fizemos até hoje têm demonstrado que as áreas públicas têm sido sistemática e continuamente apropriadas sem nenhuma ação do Estado. Não basta o Estado constatar que a medida é de 35.000m² se a escritura for de 98.000m². De imediato, o Estado tem de prestar contas dos 60.000m² remanescentes. Eles estão com quem? Quem se apropriou dessa área? A partir dessa informação, desse dado, que não é apenas de Congonhal, mas de diversas regiões do Estado, temos de insistir na obrigatoriedade de qualquer governo - deste governo, neste momento - cadastrar as suas terras, dizer com quem está o patrimônio, a serviço de quem ele está. Observamos que sempre, no Estado, há uma reação exagerada quando há ocupação ou destinação para os pobres, por interesse social. Mas não há reação efetiva em função de ocupação normalmente maior que a remanescente, a serviço de interesses privados, de interesses escusos e, inclusive, de interesses não identificados.

Deputado André Quintão, diante do que foi apresentado, é muito importante e relevante a sua preocupação e a proposição. Queremos isso com o acolhimento, como disse a nossa Presidenta Dilma, do nosso Governador Anastasia. Este é um tempo de parceria e, neste tempo, temos de nos preocupar com o interesse público, o bem comum, o desenvolvimento social, o combate permanente e contínuo à pobreza. Como disse o Deputado André Quintão, temos de estimular o Governador, dizer que apoiamos o governo de Minas para que ele tome todas as providências necessárias, com o apoio do governo federal, para conhecermos o patrimônio do povo mineiro, que deve ser guardado, defendido e protegido por qualquer governo. Faço essa defesa com a maior veemência e com o maior interesse de sermos parceiros do governo na defesa do interesse público.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Adelmo.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - De acordo com a fala a que fui chamado, V. Exa. diz que tem de ver onde está essa diferença. Talvez tenha sido objeto de uma ocupação, seja privada, seja por manifestantes de movimentos dos sem-terra. Onde está? Essa é uma pergunta. E a segunda pergunta é: não seria essa diferença erro material ao se registrar a quantidade de terra anterior? São várias as indagações.

O Deputado André Quintão* - Nobre Deputado, vou esclarecê-lo, mas estou preocupado com o tempo, pois há mais questões a serem apreciadas.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado, proponho que, quando for feita a doação - e não sei se já é um encaminhamento normal da Casa -, se solicite ao governo ou à Secretaria a respectiva escritura para confirmação daquele tamanho de terra disponível, a fim de se efetivar a doação e para que, ao aprovarmos um projeto nesta Casa doando-se 98, não haja a possibilidade de se encontrarem 35. É só isso. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Nobre Deputado, a Comissão de Constituição e Justiça é muito competente. Aliás, a nossa Casa, além dos Deputados, tem uma excelente assessoria.

Diz o parecer que é relevante observar que há divergência na área do imóvel: o registro informa 98.688m²; o DER-MG declara que são 35.000m², incluída a faixa de domínio da BR-459; e o Prefeito de Congonhal indica que são 48.438m², com a rodovia e a faixa de domínio. Embora não seja incomum a discordância sobre áreas de imóveis, já que os instrumentos de medição têm-se tornado mais confiáveis ao longo do tempo - mas não uma divergência tão grande -, a apuração e a retificação de áreas e divisas somente se tornam oficiais após a averbação das áreas na matrícula do imóvel. Como isso não foi efetivado, há de se utilizar a área presente no registro.

Discordando um pouco de V. Exa., esta não é uma discussão vã. Aliás, dos 77 Deputados e Deputadas da Casa, não mencionaria nenhum que se disponha a fazer discussões vãs, depois de tanta batalha eleitoral, de tanto acúmulo político. Mas V. Exa., que tem um trabalho brilhante e nos ajudou muito na Comissão de Participação Popular, sabe que essa divergência de registro de terreno começou lá atrás, com capitánias hereditárias e sesmarias. A corte de D. João chegou aqui e o capitão do próprio barco, do navio ganhou terreno. O pessoal, para ganhar um título de nobre, de conde, ganhava terreno. Durante a época dos escravos, o foco da discussão não era terreno nem se os escravos o teriam para construir a sua vida, e sim se o dono de escravo tinha direito adquirido ou não. Mas não me aprofundarei nesse assunto para seguir a orientação do Deputado José Henrique.

Para finalizar, peço uma informação importante e que me preocupa - não sei como está a situação hoje -: numa parte dessa área, moram servidores do DER-MG, o que não constava nas informações da diligência. Havia uma ação da Procuradoria do Estado pela desocupação daquela área. Não entrarei nessa discussão, mas é uma questão a ser observada porque, se lá estão morando servidores do DER-MG - e peço essa informação aos Deputados Tiago e Dalmo -, é preciso fazer uma negociação, se é que ainda não foi feita, pois não se pode vestir um santo e desvestir outro. Um ex-funcionário do DER-MG, infelizmente, não tem renda suficiente para arcar com a sua autonomia. Nesse processo de tramitação, havia também uma ação da Procuradoria do Estado para desocupar parte do imóvel. Essa é, portanto, uma questão social também, porque o local era uma rodovia do Estado e o DER-MG lá se encontrava, com seus acampamentos onde ficava o pessoal. Depois, a rodovia passou para o controle do DNIT e, hoje, é a BR-459, que liga Pouso Alegre a Poços de Caldas no trecho Ipuiuna-Congonhal. Portanto, a área foi para o DNIT, mas a estrutura do DER-MG ficou, e as pessoas também ficaram lá.

Para aqueles, Deputado Duarte Bechir, que querem ser signatários do novo projeto de lei, queria dizer que estou discutindo aqui sem nenhum tipo de interesse político-eleitoral lá. Esse projeto é suprapartidário. Solicito que o Ulisses, nosso Deputado da região, e o Deputado Pompílio assinem e tomem esse cuidado de previamente analisar se esses servidores do DER-MG serão, por exemplo, atendidos no programa habitacional que o Município desenvolver naquele terreno, caso a Assembleia aprove o projeto. Solicito ao Carão, nosso coordenador técnico, como foi mencionado aqui, que faça uma súmula dessas propostas, o requerimento das lombadas



eletrônicas, a solicitação de uma audiência com a Seplog, para sabermos como estão inventariados os terrenos de Minas Gerais, e também iniciativas para potencializar a comercialização e o escoamento da produção de batata de Congonhal.

Vou terminar, até para não ficar uma discussão muito árida, recomendando aos Deputados e Deputadas que não conhecem Congonhal que visitem a cidade. Além do povo hospitaleiro, trabalhador, temos belezas naturais naquela cidade, como as cachoeiras, pousadas e hotéis e também uma batata de dar água na boca, principalmente, Deputado Adelmo, vinagrete, para quem gosta. Lá a batata é importante fonte econômica. Como cada cidade de Minas tem a sua vocação e a sua marca, Congonhal também tem. Agradeço a atenção. Tenho mais questões a discutir, mas não há previsão regimental de extensão do tempo de discussão. Então deixo aqui meu encaminhamento. Vamos manter o veto pela questão jurídica, mas vamos compensar Congonhal, refletindo sobre o fato de que a situação daquela cidade é a situação de todos os Municípios mineiros. Alguns até estão em pior situação. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, é uma questão de ordem mesmo. Hoje pela manhã, tivemos uma discussão sobre o Regimento Interno e ficou parecendo que V. Exa. deu à Oposição a oportunidade de rasgar o Regimento, o que não foi verdade. Primeiro, gostaria de esclarecer ao Deputado Bonifácio Mourão que quem estava presidindo a 1ª Fase da reunião era o Presidente da Casa, Deputado Dinis Pinheiro, que até ficou incomodado por conceder a palavra a tantas pessoas. Tive oportunidade de ler a ata e vi que, dos 10 Deputados que fizeram manifestação por questão de ordem e não podiam, 5 eram da Oposição e 5 eram da base do governo. Houve coerência. O Presidente ficou incomodado e me perguntou várias vezes por que eu seria o primeiro orador a discutir o veto. Eu disse a ele que o Presidente tem autonomia para saber até onde pode ir. Não vi nenhuma contrariedade ao nosso Regimento. Cada um discutiu o que quis: falaram do governo, defenderam o governo, falaram da Dilma, falaram da Petrobras. Não houve, por parte desta Presidência - faço a defesa do Presidente José Henrique -, favorecimento. Para quem ouviu, parece que o Deputado José Henrique, da Oposição, do PMDB, deu guarida ao PMDB. Depois tivemos uma discussão acalorada do veto. Infelizmente tivemos um momento equivocadamente de discussão acalorada. Antes de eu falar, o Deputado João Leite já estava questionando o que eu iria dizer, pedindo ao Presidente que me fizesse ater-me ao veto. E assim o fiz. O veto era bem subjetivo, dava para fazermos muitas análises. Estávamos falando da relação de consumo e consumidor. Então era tranquilo. Ficou parecendo que o Presidente, Deputado José Henrique, não estava presidindo naquela 1ª Parte, mas o Deputado Dinis Pinheiro, e que, pela sua liberalidade, concedeu a palavra a 10 Deputados: cinco do Governo e cinco da Oposição. Não vi nenhuma desobediência ao Regimento. O Parlamento tem essa característica: em certos momentos, a discussão extrapola um pouco, às vezes, melhora. Acho que a discussão de hoje com a base do governo será importante para a Assembleia Legislativa desde que nos atenhamos ao mérito, à discussão daquilo que está na pauta. É importante discutirmos essas questões. Sr. Presidente, apenas para esclarecer ao Deputado Bonifácio Mourão. Ontem, o Deputado Ivair Nogueira estava criticando a Presidenta Dilma Rousseff. Essa questão da Petrobras é muito mais séria do que imaginamos. Teremos de ajudar o governo de Minas a enfrentar essa situação, porque o Presidente da Petrobras não pode pegar um investimento que estava definido pelo governo para Minas Gerais e levar para a sua terra natal, que é a Bahia. Temos de fazer tudo para impedir essa manobra do Presidente. Também falaram os Deputados Paulo Guedes, Célio Moreira, Carlin Moura, Alencar da Silveira Jr., João Leite, Rômulo Viegas, André Quintão, Rogério Correia e, por último, Fred Costa. Gostaria apenas de fazer esse esclarecimento porque não vi nenhum atropelo, nenhum desrespeito na noite de ontem.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de veto e solicita ao Sr. Secretário que proceda, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Jayro Lessa) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 44 Deputados. Portanto, há quórum para votação. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão “sim” e os que desejarem rejeitá-lo registrarão “não”. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Romel Anízio - Romeu Queiroz - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Tadeuzinho Leite - Tiago Ulisses - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 43 Deputados. Votaram “não” 2 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 20.333. Oficie-se ao Governador do Estado.

A Presidência informa ao Plenário que faleceu nesta data o ex-Deputado Dalton Canabrava, ex-Presidente desta Casa, no período de 1985 a 1987, e também Secretário da Mesa no período de 1970 a 1971. Ele exerceu o mandato de Deputado Estadual por seis legislaturas. O corpo será velado na Câmara Municipal de Curvelo e o sepultamento será às 17 horas nesse Município.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/3/2011

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 75, 126, 130 e 132/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater os efeitos, na economia mineira, do terremoto ocorrido no Japão; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião com a presença do Sr. Matheus Cotta de Carvalho, Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG -, com o objetivo de ouvi-lo a respeito das ações dessa instituição para o ano de 2011, especialmente sobre a anunciada prioridade para a liberação de crédito para as pequenas emicroempresas; Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para discutir a situação do projeto "Monumento Natural da Serra da Moeda" e da construção da "Estrada Parque"; e Ulysses Gomes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Cambuí para discutir, juntamente com os representantes de todos os circuitos turísticos do Sul de Minas e com a Secretaria de Estado de Turismo, a pauta de prioridades para o desenvolvimento do turismo na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rômulo Viegas - Ulysses Gomes.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/3/2011

Às 11h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Carlos Henrique e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Júlio, Rogério Correia e Hélio Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Vereadora Maria Elizabeth Gouvêa Silva, Presidente da Câmara Municipal de Bicas, encaminhando cópia de moção de repúdio, enviada à Cemig e a vários órgãos federais e estaduais, retratando o descontentamento dos Municípios diante da precariedade do serviço e da falta de respeito ao consumidor. A Presidência solicita à assessoria que encaminhe cópia da correspondência à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para conhecimento e para que possa tomar as providências cabíveis. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos: do Deputado Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada reunião com o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, com o Presidente da Cemig, com o Presidente da Gasmig, e com o Presidente da Codemig para que sejam apresentados os planos e programas dessas instituições para os setores energético e minerário no Estado; do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir o atual processo de licenciamento ambiental da Mina Capão Xavier, de responsabilidade da Minerações Brasileiras Reunidas - MBR -, cujo procedimento administrativo anterior foi anulado por decisão da Justiça Federal; do Deputado Carlos Henrique em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a dívida de R\$4.000.000.000,00 da Vale para com o Estado e os Municípios; e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (4) em que solicita seja realizada audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir: no Município de Itamonte, os impactos causados pelas enchentes nesse Município e em Aiuruoca, Alagoa, Carvalhos, Conceição do Rio Verde, Itanhandu, Passa Quatro, Pouso Alto, São Lourenço, Seritinga, Serranos, Três Corações e Varginha; no Município de Santa Rita do Sapucaí, os impactos causados pelas enchentes nesse Município e em Careaçú, Itajubá, Pouso Alegre, e São Sebastião da Bela Vista; e no Município de Caldas, o lixo nuclear no Sul de Minas; e seja realizada visita conjunta desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Município de Caldas para verificar a situação do lixo nuclear produzido nesse Município e suas consequências para a comunidade e toda a região. Os Deputados Tiago Ulisses e Duarte Bechir se ausentam da reunião, e, não havendo quorum para continuar os trabalhos, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de março de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Tiago Ulisses - Carlos Henrique.



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/3/2011

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Defesa Social, publicada no “Diário do Legislativo” em 17/3/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão (2) em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente do Banco do Nordeste do Brasil pedido de providências para que sejam nomeados, antes da expiração da vigência, os 1.164 candidatos aprovados no concurso para Especialista Técnico 1 - Advogado; seja realizada reunião de audiência pública para debater a implementação de políticas públicas voltadas para os povos indígenas de Minas Gerais e realizar balanço das ações governamentais no ano de 2010; Fred Costa (2) em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos, para debater, em audiência pública, a situação do Projeto Memorial da Anistia Política do Brasil; seja realizada reunião conjunta desta Comissão e das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, a situação do projeto Monumento Natural da Serra da Moeda e a construção da estrada-parque. Registra-se a presença da Deputada Liza Prado e dos Deputados Duarte Bechir, Sávio Souza Cruz, Rogério Correia e Ulysses Gomes. A Presidência acusa o recebimento de ofícios do Deputado Carlin Moura encaminhando respostas a requerimentos de visitas realizadas por esta Comissão ao Parque Fernão Dias e à Penitenciária Nelson Hungria, ambos localizados no Município de Contagem, em 7/12/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de março de 2011.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Fred Costa.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/3/2011

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros, Carlos Henrique e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Luzia Ferreira e o Deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a Lei nº 9.529, de 2008, do Município de Belo Horizonte, que dispõe sobre a substituição de sacolas e sacos de lixo plásticos por sacolas e sacos de lixo ecológicos e dá outras providências. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Antônio Júlio. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Itamar Peixoto de Melo, Diretor de Gestão Tributária da Superintendência de Tributação da Secretaria de Fazenda, representando o Sr. Leonardo Maurício Colombini, Secretário de Fazenda; Benerval Alves Laranjeira Filho, Assessor da Presidência da Fundação Estadual do Meio Ambiente, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia; as Sras. Margareth Maria Cintra, responsável pelo Programa Educação para o Consumo, do Procon Assembleia; Maria Laura Santos, Coordenadora do Procon Municipal; os Srs. Gilberto Mourão Moreira, membro do Conselho da Associação Comercial de Minas - AC Minas -, representando o Sr. Roberto Luciano Fortes Fagundes, Presidente dessa entidade; Conrado di Mambro, Consultor Jurídico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais - Fecomércio -, representando o Sr. Lázaro Luiz Gonzaga, Presidente dessa entidade; Edilson José Cruz, Assessor da Presidência da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL -, representando o Sr. Bruno Selmi Dei Falci, Presidente dessa entidade; a Sra. Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem, Presidente do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; os Srs. José Nogueira Soares Nunes, Presidente do Conselho Diretor da Associação Mineira de Supermercados, e Antônio de Pádua Moreira, Presidente da Associação Mineira da Indústria de Panificação, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir ilegalidade que teria sido praticada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas na comercialização de normas por ela elaboradas e que são adotadas pelo poder público como normas regulatórias; da Deputada Liza Prado e do Deputado Délio Malheiros, em que pedem seja solicitada a disponibilização de um ônibus e um veículo ao Procon Assembleia para a implementação do projeto Procon Itinerante, bem como a criação de novos postos de atendimento nas Unidades de Atendimento Integrado - UAIs - do Barreiro e de Venda Nova, assim como no Aeroporto de Confins. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de março de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Liza Prado - Carlos Henrique - Duílio de Castro.



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/3/2011

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Tenente Lúcio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício dos servidores da 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Diamantina encaminhando manifesto pela permanência do Dr. Ailton Aparecido de Lacerda no seu posto de Delegado Regional de Diamantina; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Edson José Pereira, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais - Sindepominas -, (17/3/2011); Edson José Pereira, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais (18/3/2011); Emilio Carlos Walter, Promotor de Justiça (18/3/2011) e da diretoria do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais (18/3/2011). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 40/2011, em turno único, cuja relatoria foi designada à Deputada Maria Tereza Lara. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 196, 220, 223 e 229/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Ipatinga, para discutir a implementação de ações e diretrizes na área de defesa social, bem como debater a implantação do Programa de Controle de Homicídios "Fica Vivo", nos Bairros Esperança e Bom Jardim, nesse Município; do Deputado Tenente Lúcio em que solicita seja realizada visita desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos à 16ª Delegacia de Polícia Civil de Uberlândia para averiguar possíveis condições precárias de funcionamento; do Deputado Sargento Rodrigues (9) em que solicita seja encaminhada aos policiais civis lotados no Departamento de Investigação Antidrogas - Divisão de Tóxicos e Entorpecentes, manifestação de aplauso pelo trabalho desenvolvido e atuação da equipe na operação “Viajante”, em que foram desarticuladas duas quadrilhas responsáveis pela manutenção do tráfico de cocaína e “crack” em Minas Gerais; seja encaminhada aos policiais militares, lotados no 36º BPM, de Vespasiano, à Diretoria de Inteligência 3, de Belo Horizonte e 25º BPM, de Sete Lagoas, manifestação de aplauso pelo trabalho desenvolvido e atuação da equipe na prisão de integrantes de uma das quadrilhas responsáveis pela manutenção do tráfico de cocaína e maconha em Minas Gerais; seja encaminhada aos policiais militares lotados na 35ª Cia./21º BPM, de Ubá, manifestação de aplauso pelo trabalho desenvolvido pela equipe na prisão de integrantes de uma das quadrilhas responsáveis pela manutenção do tráfico de maconha em Minas Gerais; seja encaminhada ao 1º Sgt. BM Sérgio Pereira da Silva, lotado no 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, manifestação de aplauso pela atuação no resgate de um cidadão que tentava o suicídio em uma das vigas do Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte; seja encaminhada aos policiais militares lotados na 126ª Cia. PM ESP/5ºBPM, em Belo Horizonte, manifestação de aplauso pela eficaz atuação da equipe na descoberta de laboratório de refino de “crack”, na região do Barreiro; seja encaminhada aos policiais militares lotados na 15ª Cia. PM/IND /MAT, em Teófilo Otôni, manifestação de aplauso pela atuação da equipe na apreensão de 104kg de maconha; seja encaminhada aos policiais militares rodoviários lotados no 3º PEL PM/3ª Cia. PM Ind e na 5ª Cia. PM IND MAT/5RPM, no Município de Uberaba, manifestação de aplauso pela eficaz atuação da equipe na apreensão de cerca de 300kg de maconha próximo a Campina Verde; seja realizada visita ao Presídio Sebastião Satiro, no Município de Patos de Minas, para apurar denúncia de superlotação, veiculada no jornal “Hoje em Dia” no dia 30/1/2011; sejam encaminhados ao Secretário de Defesa Social o abaixo-assinado da Associação dos Agentes de Segurança do Sistema Prisional e Socioeducativo do Norte de Minas - AASPESEN - e pedido de providências para viabilizar a etapa de prova de títulos para o próximo concurso para os cargos de Agente Penitenciários e Socioeducativos; dos Deputados Almir Paraca e Sargento Rodrigues em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, no Município de Natalândia, para conhecer e discutir as questões de segurança pública no meio rural na Região Noroeste de Minas; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Tenente Lúcio em que solicitam seja realizada visita à 3ª Delegacia Regional de Diamantina para conhecer o trabalho desenvolvido pelo Delegado. Logo após, são aprovados os relatórios das visitas realizadas ao Aglomerado da Serra e ao Secretário de Defesa Social, nos dias 1º/3/2011 e 2/3/2011, respectivamente, os quais vão publicados após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2011.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE GERSON BARROS DE CARVALHO PARA O DEOP, EM 24/3/2011

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Sebastião Costa e Bonifácio Mourão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder a arguição pública de Gerson Barros de Carvalho, indicado para Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais -



Deop-MG, a apreciar o parecer e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente passa a palavra ao indicado para sua explanação e a seguir aos membros da Comissão, cada um por sua vez, para que façam os questionamentos. Os Deputados presentes declaram-se satisfeitos com a explanação do indicado e consideram desnecessários demais esclarecimentos, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O relator, Deputado Bonifácio Mourão, distribui em avulso o parecer pela aprovação da Indicação nº 17/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, logo mais, às 17 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de março de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente - Bonifácio Mourão - Sebastião Costa - Duarte Bechir.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 29/3/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 53/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Fundação Educacional Caio Martins pedido de informações detalhadas sobre as ações implementadas para a revitalização e a modernização, bem como para a atualização metodológica e pedagógica da Fundação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 123/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e ao IEF-MG pedido de informações sobre os aportes, a destinação e a efetiva utilização dos recursos do Bolsa Verde, desde a sua constituição pela Lei nº 17.727 e sua regulamentação pelo Decreto nº 45.113, de 5/6/2009. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 139/2011, do Deputado Paulo Lamac, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os fatos ocorridos durante a operação realizada pela Polícia Militar na madrugada do dia 19/2/2011, na Vila Marçola, no Aglomerado da Serra, que culminaram com a morte de dois moradores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae - MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER - MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Instituto de Gestão e Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unaí, o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Neider Moreira solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/3/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia: Requerimentos nºs 250/2011, do Deputado Duarte Bechir, e 251/2011, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/3/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 227/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO
DIA 29/3/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 243 e 247/2011, do Deputado Elismar Prado; 265/2011, do Deputado Fred Costa; 266/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; e 275/2011, do Deputado Paulo Guedes.

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 279/2011, do Deputado Paulo Guedes; Projetos de Lei nºs 109, 194, 10, 105, 106, 114 e 235/2011, do Deputado Elismar Prado; 399/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 444/2011, do Deputado Célio Moreira; 448, 451, 484, 501 e 503/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 583/2011, do Deputado Elismar Prado; e 601/2011, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 205, 246 e 288/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO
CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/3/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a possível paralisação dos médicos que atendem pelo sistema privado de saúde complementar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 29/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 40/2011, do Deputado Elismar Prado.

Requerimentos nºs 264/2011, do Deputado Duarte Bechir; 271 e 272/2011, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 191/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 217/2011, do Deputado Romeu Queiroz; 230/2011, das Deputadas Ana Maria Resende, Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis; 232/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 260/2011, dos Deputados Doutor Viana e Sávio Souza Cruz; 261 e 263/2011, do Deputado Duarte Bechir; e 276 a 278/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 30/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 29/3/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: das indicações, feitas pelo Governador do Estado, do nome de Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae - MG -; do nome de José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -; e do nome de Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG; dos Requerimentos nºs 53/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Fundação Educacional Caio Martins pedido de informações detalhadas sobre as ações implementadas para a revitalização e a modernização, bem como para a atualização metodológica e pedagógica da Fundação; 123/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e ao IEF - MG pedido de informações sobre os aportes, a destinação e a efetiva utilização dos recursos do Bolsa Verde, desde a sua constituição pela Lei nº 17.727 e sua regulamentação pelo Decreto nº 45.113, de 5/6/2009; e 139/2011, do Deputado Paulo Lamac, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os fatos ocorridos durante a operação realizada pela Polícia Militar na madrugada do dia 19/2/2011, na Vila Marçola, no Aglomerado da Serra, que culminaram com a morte de dois moradores; e na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Instituto de Gestão e Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unai, o imóvel que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57; e 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de março de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Altino Rodrigues Neto para Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Gilberto Abramo, Gustavo Corrêa e Gustavo Perrella, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/3/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 28 de março de 2011.

João Leite, Presidente "ad hoc"

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2011

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Perrella, Rogério Correia e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/3/2011, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 28 de março de 2011.

Doutor Viana, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/3/2011, às 9h30min, no Município de Ipatinga, com a presença de convidados, com a finalidade de debater os motivos pelos quais o Cb. PM Robert Martins de Barros foi transferido de Coronel Fabriciano para Santana do Paraíso e obter esclarecimentos sobre possíveis violações de direitos humanos na 12ª Região da PMMG, em Ipatinga e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de março de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 47/2011****Comissão de Saúde****Relatório**

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a entidade Projeto Social Centro de Saúde Popular – Cesp –, com sede no Município de Juiz de Fora.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem agora a matéria a este órgão colegiado, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 47/2011 tem como finalidade declarar de utilidade pública a entidade Projeto Social Centro de Saúde Popular – Cesp –, com sede no Município de Juiz de Fora, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo garantir atendimento gratuito aos menos favorecidos nas diversas especialidades da saúde.

Para a consecução de seu objetivo, a instituição realiza suas atividades por meio da doação de recursos humanos e financeiros ou da prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Esclarecemos que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Assim sendo, consideramos meritória e oportuna a aprovação da proposição em tela.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 47/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 28 de março de 2011.

Hely Tarquínio, relator.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 22/3/2011**

O Deputado Luiz Henrique* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, caros colegas Deputadas e Deputados, imprensa presente, servidores da Assembleia, ocupo esta tribuna primeiramente para agradecer a Deus e ao povo mineiro, em especial àqueles que vivem no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas, pela oportunidade que me deram de representá-los nesta Casa. Agradeço ainda aos meus familiares e aos companheiros políticos que acreditaram e acreditam em minhas propostas.

Chego a esta Casa acreditando que poderemos transformar sonhos em realidade com humildade, trabalho e determinação. Já podemos destacar algumas conquistas: a criação da Diretoria de Saúde Bucal no âmbito da Secretaria de Saúde, antiga reivindicação de minha classe profissional - incluo nela o Conselho Regional de Odontologia, o Sindicato dos Odontologistas do Estado de Minas Gerais e a Associação Brasileira de Odontologia. Neste momento, quero agradecer ao nosso Governador Antonio Anastasia e ao Secretário de Saúde Antônio Jorge por terem atendido a esse nosso pedido. Isso mostra que o Estado está preocupado com a saúde bucal dos mineiros.

Outra importante conquista foi a criação da Subsecretaria de Agricultura Familiar. Há anos tenho trabalhado com esse importante segmento produtivo de Minas Gerais, que é responsável por 80% do alimento que vai à mesa do brasileiro.

Quero atenção especial dos meus nobres pares para alguns projetos que protocolei nesta Casa. Um deles é o que institui e cria a Região Metropolitana de Montes Claros, importante projeto não só para essa cidade, mas para os Municípios vizinhos e para o colar metropolitano da região.

Também está em tramitação nesta Casa um projeto que diz respeito às filiais de massas falidas no Estado. Sabemos que a legislação vigente não desmembra o centro da massa falida de suas filiais. Assim sendo, estamos tendo dificuldades de reabrir um frigorífico em Janaúba, em consequência do fato de não existir uma lei que permita o desmembramento de filiais de massas falidas.

Outro projeto de lei que está tramitando cria o Fundo de Desenvolvimento Regional. Tenho certeza, Deputado Mourão, que esse projeto, aprovado nesta Casa, será sancionado pelo nosso Governador Antonio Anastasia, que trabalha para a redução de desigualdades regionais.

Apresentei também alguns requerimentos. Um deles solicita que a Mesa peça a inclusão do Vale do Jequitinhonha na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf. Isso já aconteceu no Maranhão. Se o Sarney pode levar a Codevasf para o Maranhão, acredito que nós, desta Casa, pleiteando junto ao governo federal, poderemos também conseguir que o Vale do Jequitinhonha seja assistido pela Codevasf.



Juntamente com o Deputado Arlen Santiago, Deputado Dalmo, apresentamos um pedido de audiência à Comissão de Minas e Energia para discutirmos o gás natural na bacia do São Francisco. Amanhã receberemos em Minas o Presidente da Petrobras, e esta Casa discutirá a questão do gás na Bacia do São Francisco em breve espaço de tempo. Hoje o Brasil não é autossuficiente em gás, mas o que o solo da Bacia do São Francisco contém nos poderá dar a autossuficiência. Para isso, devemos cobrar da Petrobras, bem como da Codemig, que sejam agilizadas pesquisas nesse sentido.

Apresentei ainda requerimento à Comissão de Transporte, pedindo que se discuta o transporte ferroviário em nosso Estado. Estamos diante de um impasse. Hoje as estradas são verdadeiros corredores da morte, com muitos caminhões transitando com cargas, e a rede ferroviária poderá diminuir esses acidentes e promover um transporte mais barato.

Além de tudo, sabemos que existe uma nova fronteira mineral na região do Jequitinhonha e do Norte de Minas, e o escoamento da produção deverá ser feito por rede ferroviária, para agregar valor não só à produção de minérios, mas a outras produções.

Também apresentamos à Comissão de Saúde um pedido de audiência pública para discutir a questão do atendimento na região da Serra Geral. Há dois hospitais em Janaúba, que estão funcionando precariamente e que precisamos socorrer.

Concedo aparte ao querido amigo Tadeuzinho Leite.

O Deputado Tadeuzinho Leite (em aparte)* - Obrigado. Cumprimento V. Exa., Deputado novato como eu na bancada no Norte. Hoje, tivemos uma reunião com os cinco Deputados do Norte de Minas - na verdade somos sete, mas dois são Secretários de Estado -, para discutir os assuntos importantes dessa região. As ideias e os projetos de V. Exa. são muito relevantes para melhorar a condição do nosso Norte de Minas e de Montes Claros, que não deixa de ser a região metropolitana, o pólo de todo Norte de Minas e Jequitinhonha. Parabens-o pelos projetos e coloco-me à disposição. A bancada do Norte está trabalhando cada vez mais unida, e os projetos de grande importância para essa região serão apoiados. Obrigado.

O Deputado Luiz Henrique* - Obrigado. Fico orgulhoso por participar dessa bancada, que agora se estende para o Jequitinhonha e Mucuri, com a chegada de novos Deputados. Sei de sua parceria e boa vontade e do enriquecimento que sua chegada trouxe a este parlamento.

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Gostaria de me referir ao requerimento que V. Exa. faz, trazendo o debate sobre o nosso sistema ferroviário. O que fizeram com a rede ferroviária no Brasil foi um crime. Tivemos um sistema de privatização por arrendamento, em que a rede ferroviária federal foi dividida em partes, arrendada por 30 anos, renováveis por mais 30. Na verdade, entregaram o patrimônio dos brasileiros às empresas, sem critério e fazendo com que todo o sistema de cargas ficasse nas mãos de uma única empresa. Qualquer indústria que deseje fazer um contrato no exterior ou vender seus produtos lá fora deve pedir benção à Companhia Vale do Rio Doce. Hoje, o minério e o transporte ferroviário estão nas mãos de uma mesma empresa. O controle está nas mãos dela, que transporta do jeito que quer.

Devemos debater esse tema. Vemos inúmeros acidentes provocados por caminhões e carretas porque não estão preparados para fazer o transporte de cargas pesadas. Isso se faz por meio de ferrovias. O tamanho de nosso território é semelhante ao dos Estados Unidos, mas, enquanto este tem 550 mil quilômetros de ferrovia, nós temos em torno de 25 mil quilômetros. Isso deve ser discutido nesta Casa, e estarei com V. Exa. nesse debate e na busca de soluções para que o transporte brasileiro melhore e pare de matar em nossas rodovias. Obrigado.

O Deputado Luiz Henrique* - Muito obrigado, Deputado Duílio, pelo aparte. Gostaria de conceder também aparte ao Líder do novo Bloco, professor de política e de conduta ética, Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Luiz Henrique, é uma honra apartear-lo e um prazer muito grande vê-lo na tribuna desta Assembleia. Tivemos a sorte e a oportunidade de contarmos ontem, na grande convenção do nosso partido, o PSDB, com as presenças do Governador Anastasia e do ex-Governador Aécio Neves, momento em que tivemos também a oportunidade de eleger o Deputado Federal Marcus Pestana para a Presidência do nosso partido. Isso engrandecerá, cada vez mais, o PSDB em Minas Gerais, o que é fundamental para todos nós e, evidentemente, para o nosso Estado.

Em relação a sua exposição sobre os seus requerimentos, quero aproveitar a oportunidade para apoiá-lo e assinar com V. Exa. particularmente o requerimento que diz respeito à igualdade regional. Particpei hoje de uma reunião com o Presidente Dinis Pinheiro e com alguns Prefeitos de cidades que se declararam prejudicadas com o ICMS Solidário. Na verdade, essas cidades foram prejudicadas, como Betim, Contagem, Belo Oriente e outras. Entretanto, colega Deputado Luiz Henrique, 745 Municípios mineiros foram beneficiados, entre eles grande parte dos Municípios do Norte, dos Vales do Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha, enfim, das regiões mais pobres de Minas Gerais, pelas quais, a nosso ver, precisamos trabalhar cada vez mais a fim de buscar a igualdade do Estado de Minas Gerais. Precisamos barrar a distância que aumenta e o fosso que se abre cada vez mais entre as regiões desenvolvidas e as subdesenvolvidas. Assim, Deputado, o seu discurso e os seus requerimentos são para esse fim. V. Exa., com certeza, poderá contar com o nosso apoio.

Ouvi de um dos Prefeitos presentes que esses Municípios são beneficiados por grandes indústrias porque oferecem boa educação, saúde e segurança. Entretanto, não é bem assim. Nossos Municípios também oferecem isso, mas Valadares, por exemplo, não tem a BR-381 duplicada nem gasoduto até lá. Assim é difícil. Temos de buscar, cada vez mais, apoio, principalmente do governo federal, para que essas desigualdades diminuam em nosso Estado e em nosso país.

O Deputado Luiz Henrique* - Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. V. Exa., que provém também de uma região com baixo IDH, os Vales do Rio Doce e Jequitinhonha, sabe muito bem o que estou falando. Concedo aparte ao Deputado Bosco, com quem tive a honra de trabalhar durante muito tempo no Sistema Sedvan-Idene.

O Deputado Bosco (em aparte)* - Deputado Luiz Henrique, em breves palavras, quero também manifestar a nossa alegria e satisfação de ouvirmos o seu primeiro pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado. Como V. Exa. disse, tive a grata satisfação e honra, por meio de convite do ex-Governador Aécio Neves e do Governador Anastasia, de participar no Idene da Diretoria de Capacitação e Qualificação. Lá tive a oportunidade de lhe conhecer e de implementar vários projetos, sobretudo em prol dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Foi, sem dúvida alguma, Deputado Luiz Henrique, uma satisfação muito grande que tive ao



dividir ações com o governo do Estado, sobretudo nos anos de 2009 e 2010, e V. Exa. Agora o destino quis, e é claro, pelos desígnios de Deus, que chegássemos também aqui juntos para iniciarmos o nosso primeiro mandato como Deputados Estaduais de Minas Gerais. Tenho certeza de que a experiência será também extremamente feliz e de que teremos sucesso. Gostaria que V. Exa. contasse conosco em todas as suas ações. A questão do fortalecimento regional vai ao encontro do desejo de todos os Prefeitos de Minas Gerais e do Brasil, o avanço do Pacto Federativo. Precisamos realmente rever a questão das desigualdades, em relação ao fator econômico, entre determinados Municípios, sobretudo de Minas. Parabéns pelo pronunciamento e, acima de tudo, pelas matérias apresentadas aqui.

O Deputado Luiz Henrique* - Muito obrigado, Deputado Bosco. Sou testemunha viva de sua dedicação, compenheirismo, lealdade e trabalho. V. Exa. possibilitou muitas iniciativas na Diretoria de Captação - recursos, emendas - e desenvolveu grande trabalho em prol de Minas Gerais. Também agradeço a V. Exa.

Então, para minhas considerações finais, gostaria de fazer um voto de pesar pelo falecimento ontem do artista plástico Konstantin Christoff. Temos aqui, no Salão Vermelho, uma imagem de Jesus Cristo pintada por esse grande artista montes-clarensense. A cultura de Montes Claros continuará na pintura com seu filho Igor.

Sr. Presidente, agradeço pela oportunidade. Quando cheguei aqui, dois meses atrás, tinha notícias de que a Assembleia de Minas era uma das melhores do Brasil. Hoje tenho certeza disso. Terminei meu pronunciamento cumprimentando os servidores desta Casa, que tão bem nos assistem a nós, Deputados, e ao povo de Minas Gerais. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; amigos das galerias; TV Assembleia; senhoras e senhores; o motivo que me traz a esta tribuna é o grande resultado divulgado na semana passada, por toda imprensa mineira e também nacional e pelo Governador Antonio Anastasia, referente ao desempenho da economia de Minas Gerais. Deixei para hoje esta reflexão, para trazer os excelentes resultados de Minas e apresentá-los aos que ainda não tiveram a oportunidade de vê-los e de acompanhá-los. Impulsionado pela operosa cadeia industrial mineira, que vem sofrendo com a concorrência desleal chinesa em alguns segmentos e, mesmo assim, registrou expansão de 15,6%, O PIB de Minas Gerais no ano passado apresentou crescimento de 10,9%. Esse percentual, caríssimos Deputados, supera o desempenho de nosso país, de 7,0%, e também das principais economias mundiais, como a da China, que teve crescimento de 10,3%, e das potências emergentes como a Índia, que cresceu 8,6% em 2010.

Mais uma vez, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a força de Minas se revela por meio da pujança da nossa indústria extrativa mineral - veja, Deputado Sávio Souza Cruz, Presidente da Comissão de Minas e Energia, presente neste Plenário -, que retomou forte ritmo de expansão, apresentando crescimento de 31,8% em 2010, resultado que ajudou não apenas nosso Estado, mas também contribuiu fortemente para o excelente resultado do PIB brasileiro, anunciado recentemente. É de destacar, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, também a relevante contribuição do setor agropecuário, que, mesmo com todos os percalços enfrentados para desenvolver a atividade, conseguiu superar as dificuldades e expandir a produção em 6,4% em 2010. Nesse setor, cabe ressaltar o importante papel desempenhado pela cafeicultura, tão penalizada em passado recente pelo alto custo de produção, que praticamente inviabilizava o plantio e que agora celebra novamente a recuperação de preços do produto no mercado nacional e internacional.

Neste momento, que é de celebração para Minas e para o Brasil, é bom lembrarmos que os resultados colhidos agora são fruto dos trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos, que passaram pelas transformações vividas por Minas Gerais desde o início do primeiro governo Aécio Neves, em 2003. Esse governo conseguiu sanear as contas públicas por meio do choque de gestão, recuperando a capacidade de investimento do Estado ao implantar projetos de infraestrutura muito importantes, como o Processo, entre outros que se mostraram decisivos, impulsionando a nossa economia para tornar Minas Gerais mais atraente nos investimentos. Sim, investimentos que chegaram em grande proporção, os quais nos acostumamos a anunciar, até mesmo desta tribuna. Há poucos dias, pudemos anunciar para o nosso Sul de Minas a instalação da Panasonic no Município de Extrema, como também os novos investimentos da Helibrás em Itajubá. Também anunciamos, para o canteiro de obras do Sul de Minas, tantas e tantas indústrias, que migraram de outros Estados para buscar em Minas maior competitividade, maiores recursos e maior parceria do Estado. É o que tem acontecido. O governo Aécio Neves fez, com a máxima responsabilidade, o dever de casa, às vezes por meio de proposições de medidas que, sem dúvida alguma, sempre garantiram o desenvolvimento socioeconômico de nosso Estado em todos os setores. O comando do Governador Anastasia, dotado de grande capacidade administrativa, dispensa apresentações. Seguiremos fortes e, com certeza, garantindo, assim, o desenvolvimento para toda a região.

Senhores parlamentares, ilustre Deputado Rômulo Viegas, é muito importante que façamos nesta tarde uma reflexão da nossa autoestima. Todos os jornais do Estado e da imprensa nacional noticiaram o exemplo de Minas, o seu PIB e o seu desenvolvimento. Este Estado tornou-se extraordinariamente competitivo, gerador de emprego e renda, pela responsabilidade e seriedade de seus governantes e de nossos Secretários, catalisador de tantas e tantas indústrias. Por isso temos muito, sim, a comemorar, Deputada Rosângela Reis, com altivez e responsabilidade. Todos os setores, com certeza, têm a marca do governo, têm a atenção de todo o seu Secretariado nas gestões maiores, tudo garantido pelos resultados apresentados. O resultado não mente, traz informações precisas fazendo de Minas exemplo de desenvolvimento para todo o Brasil. Ouço, com muito prazer, o Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)*- Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento e também pela sua atuação parlamentar ao longo desses anos nesta Casa Legislativa. Aproveito para roubar-lhe um pouco de seu tempo. Ontem participamos de uma convenção em nível estadual, muito acentuada e muito positiva, que foi a convenção de nosso partido, o PSDB. Há alguns minutos, o Líder da Oposição fez alguns questionamentos sobre o melhor Secretário de Saúde de Minas Gerais desta geração, hoje Deputado Federal Marcus Pestana. Imediatamente entrei em contato com ele. Ele está participando de uma comissão na Câmara Federal, porém se prontificou a nos informar rapidamente tudo o que foi questionado, já deixando clara para todos os nobres pares desta Casa a atuação dele. Infelizmente, ele recebeu o processo já impetrado na Justiça. Não houve dolo administrativo. Dentro de alguns dias, o Secretário Marcus Pestana enviará a todos nós a resposta adequada. Como V. Exa.



bem disse, o nosso governo não tem como agradar a gregos e troianos, mas agrada a 80% da população mineira. Muito obrigado e parabéns.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço a V. Exa.

Certamente seria motivo da minha fala final a realização, ontem, da convenção do PSDB. Como tucano, também parabeno o novo Presidente do nosso partido, no Estado de Minas Gerais, Deputado Marcus Pestana. Experiente, político de escol, como disse o ilustre Deputado Rômulo Viegas, um dos melhores Secretários de Saúde de Minas Gerais, hoje empresta sua inteligência à Câmara Federal, assim o garante a sua voz, o seu empenho e a sua inteligência. Do alto desta tribuna, destaco também a dignidade maior de nosso partido, que tem agora o comando do Deputado Marcus Pestana.

Com muito prazer, ouço o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Ontem tive oportunidade de estar na belíssima festa de nosso partido, a convenção estadual do PSDB, com a presença do grande líder Aécio Neves, tão festejado por todos os companheiros do partido, e de companheiros de todo o Estado. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, acompanhei também a coletiva concedida pelo nosso novo Presidente, Deputado Federal Marcus Pestana, quando lhe foi perguntado e ele explicava a questão, na Justiça, da Secretaria de Saúde. Explicou o Deputado Marcus Pestana que o nosso governo assumiu o governo anterior a determinação de que fossem colocados à disposição de várias pessoas remédios, alguns, como sabemos, com preços altíssimos. O governo assume do outro governo essa obrigação. V. Exa. sabe que o nosso governo assumiu o Estado de Minas Gerais com um déficit de 12%, déficit histórico.

Foi com muita luta e trabalho que o PSDB e os partidos que apoiam o governo conseguiram zerar esse déficit que assumimos em Minas Gerais. Nesse déficit estava incluído o oferecimento de medicamentos, o que procuramos fazer com toda a celeridade possível, mas o Deputado Dalmo Ribeiro Silva sabe que nem todos os remédios foram possíveis, no tempo determinado pela Justiça para o governo anterior. É importante dizer que não foi no governo do PSDB, não foi na gestão do Secretário Marcus Pestana, foi na do Secretário anterior, cujo nome não me ocorre. A Justiça cobrava não do Deputado Marcus Pestana nem do Secretário anterior, mas do governo do Estado, que fossem disponibilizados aqueles medicamentos. É uma irresponsabilidade imputar isso ao homem público. Amamos a democracia e a liberdade de imprensa, mas é importante dizer todas as coisas. É importante dizer que aquela era uma determinação da Justiça para o governo de Minas Gerais, para o governo anterior, e o governo que tomou posse em 2003 ficou obrigado pela Justiça a cumprir os prazos, e era impossível que o governo cumprisse os prazos dos medicamentos determinados. Agora é jogado para a opinião pública que ele está sendo condenado. Ora, nesse caso não é a pessoa, é o Estado que deveria fornecer os medicamentos.

Já concluo, Deputado Inácio Franco, porque esse é um tema importante, está ligado ao nosso partido, o PSDB, que está sendo atacado. Poderia, aliás, solicitar o art. 164 do Regimento Interno porque não foi imputado ao PSDB, a um militante do PSDB, mas ao governo de Minas Gerais. Não importa o partido que estivesse à frente do governo de Minas Gerais. Quem lá estivesse deveria cumprir a determinação da Justiça de oferecimento dos medicamentos.

V. Exa. faz um pronunciamento reconhecendo o trabalho do Governador, como todos os mineiros, que deram a Aécio Neves oito anos e deram agora a Anastasia mais um mandato e fazem ao PSDB e aos seus aliados justiça, ao reconhecerem a maneira como o partido vem governando Minas Gerais.

Deveria dar essa explicação, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, assim como foi dada, ontem, à imprensa pelo Secretário, Deputado Federal e Presidente do PSDB, Marcus Pestana. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado a V. Exa. Realmente, a participação do Deputado Marcus Pestana à frente da Secretaria de Saúde é inegável.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Cumprimento V. Exa. e agradeço o privilégio de falar ao final. Embora tenha sido o primeiro a me postar ao microfone de apartes, V. Exa., seguindo a máxima de que os últimos serão os primeiros, deixou-me para o final.

Deputado, o seu pronunciamento traz à baila uma discussão que precisa ser aprofundada. O próprio discurso trazido por V. Exa. é preciso em mostrar que o crescimento de Minas acima da média nacional, mundial, dos tigres asiáticos, etc., se deve ao enorme crescimento do nosso PIB mineral. Foi por essa mesma razão que em 2009 o PIB mineiro recuou 3,4%. No momento da crise econômica, de redução da demanda por “commodities”, Minas Gerais sofreu mais e andou para trás 3,4%. Naquele momento não ocorreu a ninguém imputar ao governo do Estado a redução no PIB mineiro. Portanto, parece-me inadequado imaginar que o crescimento mineral pela demanda que explodiu das “commodities”, em especial na China, possa ser creditado ao choque de gestão. Por mais que os tucanos queiram, a geologia do Estado de Minas Gerais é anterior ao governo Aécio Neves. Os minérios aqui em Minas Gerais estão, geologicamente, em tempo bem pretérito à eleição do primeiro mandato do Senador Aécio Neves.

Então, para enfatizar essa consideração, para colocar um pouco de luz e racionalidade nessa discussão, não devemos imputar a Aécio Neves a redução do PIB mineiro de 2009 em 3,4% nem achar que o crescimento de 10% em 2010 foi mérito do Senador Aécio Neves.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço a participação do Deputado Sávio Souza Cruz. Talvez ele não tenha ouvido o meu pronunciamento. Tratamos perfeitamente da situação do PIB de Minas, do que produziu e produzirá. Deixamos bem claro que não é em decorrência do PIB, mas o todo tornou Minas um Estado competitivo, contribuindo, sim, para o crescimento, para a geração de emprego e de renda, dando exemplo para todos os Estados. Sem dúvida, a harmonia, a parceria de governos, tanto o de Aécio Neves, hoje Senador, quanto o de Anastasia, demonstram que Minas, por seu PIB, por sua condição extraordinária de transparência, é para o Brasil um modelo de competência, de administração e, particularmente, de geração de empregos. É por esse motivo que Minas causa inveja aos brasileiros.



Não podemos negar, Deputado João Leite, o momento extraordinário que estamos vivendo hoje. Temos muito, sim, a comemorar. Passa por esta Casa essa comemoração, pois somos responsáveis por ela e temos acompanhado todos os grandes projetos que temos discutido neste Parlamento. Minas tem dado, com trabalho, com geração de emprego, exemplo para o Brasil. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elismar Prado* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para esclarecer algumas repercussões da imprensa sobre a tramitação do processo legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Em virtude do tempo que terei, 6 minutos, infelizmente não conseguirei conceder apartes, mas tentarei.

Sr. Presidente, há poucos dias um jornal mineiro, de grande circulação, e uma revista de circulação nacional fizeram críticas acerca da atuação dos parlamentares desta Casa. Gostaria de esclarecer isso, pois foram críticas que afetam toda a Casa, causando grande equívoco. Disseram que os projetos que foram desarquivados por nós, conforme regra do Regimento Interno, eram plágios. Esse é um equívoco absurdo. Tenho aqui nota da Consultoria desta Casa que, aliás, trata a todos da mesma forma, é competente e não pratica nenhuma forma de discriminação política, partidária ou ideológica. Ela atende a todos os parlamentares desta Casa da mesma forma, com muita competência e presteza. Isso foi um desrespeito ao próprio Poder Legislativo.

Apenas para esclarecer - já que todos sabem, pois é óbvio -, ao final de cada legislatura, todas as proposições e projetos desta Casa são arquivados. Para que continuem tramitando, necessitam obrigatoriamente que parlamentares apresentem requerimentos de desarquivamento. Foi o que fiz, não apenas eu, mas todos os Deputados desta Casa. Agora mesmo, a Mesa apresentou várias solicitações de desarquivamento que foram feitas legitimamente pelos Deputados, pois, mesmo que o Deputado não tenha sido eleito ou que o tenha sido para outra esfera, como aconteceu com vários desta Casa, que foram eleitos para a Câmara Federal, as matérias não podem morrer no arquivo e cair no esquecimento, pois são cobranças da sociedade. Além disso, são frutos de congressos, de debates e de audiências públicas; são propostas e projetos oriundos da sociedade, de movimentos sociais e de agremiações partidárias.

Sr. Presidente, em grande medida, fui eleito para isso, além de dar continuidade às matérias defendidas pelo Deputado Weliton Prado. Meus eleitores elegeram-me para isso, para dar continuidade a essas proposições. Da mesma forma, desarquivei projetos de outros Deputados que foram eleitos Deputados Federais, confiaram em mim e pediram-me que fosse autor de propostas para fazermos um trabalho em parceria. Legitimamente, todos desta Casa o fazem.

Gostaria que a Mesa se manifestasse, apesar de a Consultoria da Casa já se ter manifestado à imprensa sobre esse equívoco, esse erro. A maneira como a imprensa tratou os termos é uma coisa absurda, ridícula. Fizemos desarquivamentos que são tradição na Assembleia de Minas. Além disso, esses projetos são cobranças da sociedade.

Tenho em mãos os projetos do Deputado Weliton Prado, apresentados na Câmara Federal, são 101 projetos inéditos de sua autoria. Qualquer pessoa que queira informações sobre eles deve acessar o portal da Câmara dos Deputados para conferir. Também pode fazê-lo relativamente aos projetos desta Casa, que é transparente e traz o registro da atuação parlamentar de cada Deputada e Deputado.

Sr. Presidente, gostaria de esclarecer isso e dizer que, mesmo que alguma matéria não tenha sido aprovada na legislatura passada ou nas anteriores, a própria dinâmica social nos cobra que, em outro momento ou numa nova conjuntura política, essas matérias podem ser aperfeiçoadas ou sofrer alterações, para que possamos debatê-las. Além disso, há possibilidade de serem adequadas e transformadas em lei. Isso é uma exigência da própria sociedade.

Por exemplo, o auxílio-periculosidade é a matéria de maior apelo nesta Casa. Essa matéria é de minha autoria, mas tramitou na legislatura anterior. É a matéria que mais recebe manifestações da sociedade. Recebemos milhares de "e-mails" exigindo que matérias não sejam arquivadas.

Sr. Presidente, só para concluir. Como a nossa atividade ou a política em si envolve relações de poder, na nossa atuação, terminamos contrariando alguns interesses e incomodando grandes grupos. Certamente isso justifica, com clareza, os ataques e as críticas desses grupos, que, de certa forma, interferem no processo político com o poder econômico, em virtude da nossa luta. O Deputado Weliton Prado, por exemplo, está criando a CPI do DPVAT para discutir as fraudes e a falta de transparência nas indenizações em todo o Brasil. Além disso, por meio da sua articulação, está discutindo a instalação de uma comissão para discutir, analisar e dar parecer ao projeto que prevê o fim da cobrança da assinatura básica da telefonia fixa. Na verdade, ele está tramitando há 10 anos. De uma vez por todas, precisamos promover um grande movimento nacional para terminar com essa tarifa da telefonia fixa, que é um abuso ao consumidor. Aliás, ela foi criada para fazer a expansão das redes em todo o Brasil. Isso já foi feito, ou seja, até 2006 isso já foi realizado em todo o País. Logo, milhões e milhões de linhas estão ociosas e nada justifica essa cobrança abusiva. Dentre outras matérias que defendemos, essa é de grande interesse público e popular.

Portanto, Sr. Presidente, quero que esta Casa também se manifeste, pois o que está em jogo é este Poder Legislativo, em razão da falta de responsabilidade de órgãos de imprensa, que, aliás, não fizeram consulta alguma a esta Casa. Na verdade, não ligaram nem para observar como funciona o processo legislativo da Assembleia que é transparente. Todos nós desarquivamos os projetos em respeito à sociedade, pois, se eles morrerem no arquivo, será prejudicada esta cidade, assim como os movimentos que tanto nos cobram para fazermos o debate dessas matérias - isso é legítimo. Todos os Deputados aqui fizeram. Agora está bem explicado por que pegaram tanto no meu pé quanto no do Weliton Prado. Realmente há essas perseguições. Queremos pôr fim a isso.

Sr. Presidente, sabemos que a verdade sempre prevalece e a mentira tem perna curta. Esperamos o apoio desta Casa, independentemente de qualquer posição política, ideológica ou partidária, em defesa da democracia, transparência e verdade. Esta Casa precisa zelar por isso. Portanto solicito à Presidência que se manifeste também nesse sentido. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, vou votar favoravelmente, mas temos de lembrar que já tivemos a maior indústria de radares aqui, em Minas Gerais. Todos conhecem a indústria de radares, e é notório, Sr. Presidente, o que acontece: dá um dinheirinho para o Prefeito, dá multa; dá um pouquinho de dinheiro para quem faz o contrato; outro pouquinho de dinheiro para quem administra esse negócio de radar; e o outro é o dono desse radar. A empresa é que ganha. O dinheiro corre nesse meio, Sr. Presidente, e vira uma indústria de multa. Quero lembrar um radar famoso que havia em Belo Horizonte, na Raja Gabaglia, na descida, um pouco



antes da TV Bandeirantes. Naquele local, a velocidade era de 60km/h e, já na subida, a velocidade permitida passava para 40km/h. Então, Sr. Presidente, o que acontece? Vira uma indústria. Agora, por causa desses acidentes, estão falando que é preciso colocar, em Belo Horizonte, radar aqui e ali. Colocarão os radares, e isso vai virar uma receita de caça-níquel, que vai encher o bolso de quem os administra. O “lobby” é forte, e todos conhecem e sabem disso. Quando esta Casa fala que vai fazer uma CPI, que vai averiguar, creio que é preciso fazer isso com seriedade sim. Mas o governo de Minas tem de olhar também, porque o contribuinte está aqui dentro, ele é aquele que está tomando multa. O que vai acontecer? Vão colocar um radar atrás do outro. Se a velocidade permitida é de 30km/h, após 2m, só para multar, passam a velocidade permitida para 40km/h; depois reduzem para 20km/h. Isso aconteceu em Belo Horizonte, e a população belo-horizontina não conseguia andar. Creio que deve haver seriedade. Tudo que se fala a respeito de radar, hoje, acontece. E a corrupção está nesse meio. É o Deputado Alencar da Silveira Jr. que está falando: o dinheiro corre nesse meio; temos o empresário que é o dono das máquinas de radar; temos a Prefeitura que autoriza; e temos o da licitação que faz a falcatura. E saibam que quem está pagando é a população, que tenta andar em Belo Horizonte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Célio Moreira - Queria pedir vistas do requerimento, uma vez que, na Comissão de Transporte, já aprovamos um requerimento para discutirmos não só a questão dos radares e das barreiras eletrônicas, mas também... Na verdade, Sr. Presidente, peço o adiamento da votação, porque já aprovamos, na Comissão de Transporte, requerimento para tratar desse assunto das lombadas, das BRs e das rodovias do Estado de Minas Gerais no que diz respeito ao pedágio.

O Deputado Célio Moreira - Deputado, o requerimento é de minha autoria.

No próximo dia 24 já teremos uma audiência pública marcada nesta Casa com a Comissão de Defesa do Consumidor para discutir o tema. A Comissão de Transporte também já aprovou requerimento para o discutirmos. Além de radar, acrescentamos no requerimento questões relativas às lombadas eletrônicas e às BRs e rodovias do Estado de Minas Gerais. Esse é o objetivo do nosso projeto.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Gostaria de encaminhar favoravelmente aos argumentos do autor do requerimento e também lembrar os Deputados de uma campanha que fizemos nesta Casa. Trata-se de um projeto, aprovado, de minha autoria, sobre a sinalização dos radares em Minas Gerais para acabarmos com a indústria das multas.

Repito o que falei, há anos, quando da aprovação do projeto sobre a sinalização dos radares em Minas Gerais. Radar é para educar, Sr. Presidente, não é para faturar. Do jeito que está sendo feito, só estão pensando em faturar. Já o investimento em educação é zero.

O Deputado Sargento Rodrigues - Muito obrigado, Sr. Presidente. Na mesma linha do Deputado Alencar da Silveira Jr., gostaria de encaminhar favoravelmente à aprovação do requerimento do Deputado Délio Malheiros e também à fala do Deputado Célio Moreira. Entendemos que as informações devem chegar ao Poder Legislativo porque, não só o Deputado Alencar da Silveira Jr., como também vários Deputados desta Casa, estão combatendo de forma firme essa questão da indústria das multas. Lamentavelmente, em Belo Horizonte, tivemos alguns avanços, mas também retrocessos. No que se refere aos avanços, a BHTRANS, uma empresa de economia mista, não pode colocar a sua certidão de nascimento feita no cartório. Ou seja, ela não é uma autarquia criada por lei, portanto o Ministério Público, de forma muito sensata e coerente, arguiu a sua incompetência para multar. O STJ manifestou-se favoravelmente a isso. Portanto, a BHTRANS foi proibida de multar por ter nascido de forma equivocada. Por outro lado, Sr. Presidente, uma vez proibida a BHTRANS de multar, a Prefeitura vem cada vez mais avançando na instalação dos radares com o único e exclusivo objetivo, não de educar, mas, sim, de arrecadar. Percebe-se que saímos da indústria da multa que era feita pela BHTRANS. Sr. Presidente, digo isso com muita tranquilidade e serenidade.

Numa audiência pública requerida por mim, tivemos a presença do Deputado Délio Malheiros e de outros Deputados, como também da Diretora da BHTRANS. Aliás, ela foi muito questionada e respondeu de forma clara que 70% de todo o custeio da BHTRANS era pago com multa. Ora, Sr. Presidente, isso é uma vergonha, um desrespeito ao cidadão belo-horizontino e às demais pessoas que trafegam aqui com seus veículos. Acima de tudo é um desrespeito. Qualquer iniciativa do poder público, seja do Município, seja do Estado, seja da União, que tenha um foco arrecadador, não deve prosperar. Portanto, combatemos veementemente a indústria da multa, que foi desencadeada pela BHTRANS.

Agora, por outro lado, temos a indústria do radar. Belo Horizonte está sendo cercada de radares por todos os lados aonde se vai, mas infelizmente o trânsito está cada vez pior e congestionado. As reclamações do contribuinte são constantes. As reclamações vêm de toda a cidade. Nem precisamos citar um trecho ou uma região, pois as reclamações são diversas quanto aos pontos de estrangulamentos e horários, mas a Prefeitura não avança nesse sentido. É necessário respeitar mais o contribuinte. É necessário respeitar o cidadão que paga seus impostos de forma correta, religiosamente em dia. As pessoas devem ser, no mínimo, respeitadas. Não podemos permitir que a indústria dos radares agora venha prosperar aqui em Belo Horizonte. Isso não pode acontecer nem nessa cidade, nem nas rodovias estaduais, nem nas federais.

Sr. Presidente, lembro que, durante o primeiro mandato da Comissão Especial das Multas, havia 33 radares nas rodovias federais com um único e exclusivo objetivo: arrecadar. Felizmente, Sr. Presidente, conseguimos o nosso objetivo, indo a Brasília e pressionando, pois esses radares não eram aferidos. Eles pertenciam a uma empresa cujo contrato com a União estabelecia um montante de R\$400.000.000,00 à época, independentemente de estarem montados ou não. Havia um contrato milionário com essas empresas. E há indícios muito fortes de que os proprietários das empresas que estão fazendo essa licitação com o Município e o Estado sejam pessoas que se envolveram em escândalos de corrupção em um passado não muito distante. Então essa é uma questão que esta Casa precisa investigar.

Assinei a CPI dos radares e espero que ela seja colocada em prática, porque, somente com uma CPI, teremos condições de romper o chamado segundo degrau do inquérito. É com a CPI, com a força política, que romperemos um punhado de obstáculos muitas vezes encontrados.

Infelizmente, Deputados Alencar da Silveira Jr. e Célio Moreira, há requerimentos ainda tímidos do ponto de vista da cobrança, da investigação, da seriedade e da resposta que precisamos dar ao contribuinte, ao cidadão. É preciso ter mais respeito com o belo-horizontino, com o cidadão mineiro.



Portanto, precisamos que esses requerimentos sejam aprovados, e digo mais: que a CPI seja instalada. Dessa forma, sim, teremos condições de quebrar sigilos bancários e telefônicos e conhecer esses contratos, muitas vezes, milionários, obscuros e inescrupulosos. Quem acaba pagando a conta é o contribuinte, então é necessário ter mais respeito. O nosso encaminhamento é pela aprovação dos requerimentos colocados, Sr. Presidente.

A Deputada Liza Prado*- Sr. Presidente, considero importante expor a intenção da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Ninguém aqui é contra o radar, que realmente salva vidas, que realmente é precedido por um estudo técnico que permita conhecer a viabilidade e a possibilidade de sua instalação, com estatísticas sobre o número de acidentes que acontecem em determinada localidade. Se tivessem colocado mais radares no Anel Rodoviário, talvez não tivessem acontecido tantos desastres e tantas mortes ali. Não podemos é ter radares, principalmente aqueles pardais, parecendo monstros espreitando o usuário, o consumidor, para “bater sua carteira”. Não podemos concordar com isso, nem com licitação dirigida. Percebemos que está havendo corrupção. Quando o motorista já sabe onde há um determinado radar, ele é mudado de local, como se fosse um radar móvel. Então seu caráter não é educativo, mas simplesmente punitivo, e isso não podemos permitir.

Acredito que a intenção e o espírito da matéria veiculada pela Rede Globo não seja discutir somente Belo Horizonte, mas todo o Estado de Minas Gerais. Pelo menos a minha intenção específica é essa. Foi feito um requerimento específico, então fica parecendo que o problema só acontece aqui, mas a intenção da Comissão, assim como a da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, é discutir todo o Estado de Minas Gerais, porque nossas estradas estaduais, municipais e federais apresentam muitas dificuldades. Pagamos altíssimos impostos para obtermos um serviço de péssima qualidade. Não podemos permitir que haja falcatrua, licitações dirigidas para “bater carteira” do povo.

Realmente devemos investigar, punir os culpados e confirmar o que está correto. Não deve ser constituída CPI apenas para perseguir determinado Prefeito e determinada cidade, e, de forma alguma, é esse o espírito da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Portanto, voto favoravelmente a tudo que for para defender a verdade, doa a quem doer. Espero que esta Casa faça o seu papel corretamente, para que possamos discutir, apresentar propostas e pedir o cancelamento de muitas multas aplicadas onde não há sinalização adequada. Ninguém aguenta mais pagar multas. O povo já não suporta isso. Não é razoável. Há ocasiões em que a velocidade permitida é 70km/h, e vão afunilando as vias, simplesmente para forçar a redução da velocidade para 60km/h com o objetivo de reivindicar um redutor. Outras vezes, não há radares em locais onde acontecem sérios acidentes.

Em outros locais, em uma curva, em que a tendência é acelerar, há um radar. Ou seja, estão em locais onde não deveriam estar, apenas para multar. Não podemos permitir isso. Isso não ocorre somente aqui, mas em qualquer cidade de Minas Gerais. Devemos ser solidários com o Brasil e na quinta-feira faremos uma audiência pública, para a qual convido os Deputados e as entidades interessadas, para discutirmos o tema com técnicos e tomarmos providências. Encaminho a votação favoravelmente, porque a discussão não pode ser específica, mas geral, para Minas Gerais inteiro. Devemos colocar na cadeia quem bate a carteira do consumidor.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado João Leite*- Encaminho o requerimento favoravelmente. É importante que a Assembleia Legislativa dê à população de Minas Gerais a sensação de que os radares são colocados em defesa da vida da população. Não concordo em que façamos uma guerra aberta contra os radares, pois têm servido para salvar vidas. Precisamos apurar se há algum favorecimento ou superfaturamento, enfim, os erros existentes, mas não podemos prescindir dos radares. Vejamos a situação da BR-381, em direção a João Monlevade, uma via totalmente abandonada. Para alguns pontos conhecidos, não há previsão de obra, como no Km 30, onde recentemente houve mais de seis mortes. É importante que ali seja colocado um radar, pois é um final de rampa. Para o trevo de Bom Jesus do Amparo também não há previsão de obra, e infelizmente poderão acontecer mais mortes ali. Já sabemos que, a partir de São Gonçalo do Rio Abaixo até João Monlevade, há 62 curvas que trazem insegurança muito grande para quem utiliza a via. Se, lamentavelmente, não temos as obras do governo federal, precisamos de uma defesa para o cidadão que utiliza as vias. A única coisa que temos nas rodovias federais de Minas é a possibilidade de haver radares. São eles que estão coibindo a velocidade e mostrando ao motorista que aquele é um trecho perigoso.

Tenho uma relação de pontos em Minas Gerais em que são necessárias obras de proteção à vida. Na BR-040, há a curva do Ribeirão do Eixo, com 3km em rampa e uma curva no final. Não há previsão de obras para esse trecho, então deve haver um radar ali. A parte da Assembleia Legislativa é cuidar para que não haja, na licitação para instalação de radares, benefício para qualquer empresa. Mas abrir mão dos radares é colocar em risco a população de Minas Gerais e do Brasil.

Outro trecho é a descida do trevo do Bairro Betânia para o Anel Rodoviário de Belo Horizonte, onde deve haver um radar, mas o governo federal se nega a fazer a obra. Em uma reunião conjunta da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Segurança Pública, trouxemos a proposta da rampa de escape com brita e areia, que o governo paulista colocou na Via Anchieta. Se o caminhão perder os freios, ao sair para essa rampa de escape, atola na brita e na areia. O DNIT se nega a colocar essa rampa de escape, e a população está sendo colocada permanentemente em risco no Anel Rodoviário. Então temos de tratar esse assunto com muito cuidado. Não dá para jogar todos os radares fora. Tenho aqui os dados do Carnaval, e os números são assustadores. Houve uma carnificina nas estradas federais durante o Carnaval, quando ocorreram 143 mortes. Isso é uma guerra, Deputado Vanderlei Miranda. O que aconteceu durante o Carnaval no Brasil foi uma guerra. Morreram 143 pessoas nas estradas federais. O que aconteceu em Minas Gerais é impressionante: a nossa Polícia Militar prendeu 160 condutores com sinais de embriaguez. A Polícia Rodoviária Federal prendeu, deteve 146 condutores embriagados nas estradas federais. Ao entrarmos nessas estradas, temos como adversário a construção delas. A BR-381, dos Deputados Luiz Carlos Miranda e Rosângela Reis, que utilizamos para ir ao Leste de Minas Gerais, é uma estrada construída por JK na década de 50, época em que um caminhão carregava 7t. Hoje há caminhões de 60t na mesma estrada construída por JK. Nada foi feito para que isso fosse mudado. O que está salvando nas estradas, Presidente Deputado Inácio Franco, são os radares. Por isso temos de ter muito cuidado com essa questão. Temos também vários requerimentos aguardando para serem votados. Queremos votar esse, mas espero também, Presidente Deputado Inácio, que os meus requerimentos sejam colocados



em votação. O PT e o PMDB, que são da Oposição, são também do governo. Eles têm de saber que são governo e que Minas Gerais sofre com o governo federal, que abandonou o nosso Estado. Fizemos requerimentos para que o Ministro dos Transportes do governo federal venha aqui explicar onde estão as obras das BRs-381 e 040 e do Anel Rodoviário. Fizemos essa solicitação. Há também aguardando requerimentos de que o Presidente da Petrobras venha explicar por que levou para a Bahia o Polo Acrílico de Ibitaré e por que o Presidente Lula, durante seu governo, deu R\$4.500.000.000,00 para a Fiat instalar-se em Pernambuco.

Queremos ainda saber sobre o metrô. Os requerimentos também estão aí aguardando, e quero que sejam votados. Fiz também requerimento em que solicito que o governo federal venha explicar sobre a esplanada oculta. Gastam-se R\$100.000.000,00 apenas com andares fora do Palácio do Planalto, na Esplanada dos Ministérios, e queremos explicação sobre isso. O PT tem de saber que ele também é governo. Vamos cobrar neste Plenário os nossos requerimentos para que os Ministros venham à Assembleia Legislativa prestar explicações sobre essas questões, pois Minas Gerais é um dos grandes contribuidores da arrecadação do governo federal. Nas próximas semanas demonstrarei neste Plenário quanto Minas Gerais envia para Brasília e quanto volta. Informarei os números relativos ao valor arrecadado em Minas e quanto está voltando. Os números já estão...

Quero continuar dizendo, no minuto que me falta, que sou favorável a que se adie. Entretanto, sou especialmente favorável a que tudo seja apurado. É fundamental que apuremos para a população de Minas a questão que envolve os radares. Também defendo que seja apurado, mas não podemos abrir mão dos radares. Não há obras previstas nesses locais que matam as pessoas. Os radares coíbem a velocidade. Precisamos defender nossa população, precisamos dar segurança a todos de que os contratos estão feitos corretamente. Entretanto, não podemos hoje decidir que retiraremos os radares. Retiraremos o radar da curva do Ponteio, na BR-356, que liga Belo Horizonte a Ouro Preto, uma BR abandonada? Ouro Preto é patrimônio mundial, por lá passa uma estrada federal totalmente abandonada. É impossível fazermos isso. Apuraremos se há irregularidades, ilegalidades, puniremos. Os contratos serão feitos corretamente, mas Minas Gerais não pode abrir mão, nesses lugares de risco para sua população, de que seja coibida a alta velocidade. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Lamac - Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente ao requerimento do Deputado Célio Moreira. Gostaria de deixar registrado que assinamos o pedido de CPI, encabeçado pelo Deputado Délio Malheiros, pela Deputada Liza Prado e por outros colegas da Casa, porque julgamos que o assunto é importante, as denúncias são graves e precisam ser rigorosamente apuradas. Mas não poderia deixar de dizer, Sr. Presidente, que me causou certa surpresa que o requerimento do Deputado Délio Malheiros diga respeito tão somente a pedido de informação à BHTRANS em Belo Horizonte. O Deputado Délio Malheiros é meu amigo, foi meu colega na Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas parece que ele retornou aos tempos de Vereador, lembrando que é atribuição da Câmara Municipal fazer avaliação desse documento. Recentemente, menos de um ano atrás, Belo Horizonte realizou licitação ampla, aberta, todos os contratos são publicizados no "site" de transparência da Prefeitura de Belo Horizonte. Quero deixar aqui uma coisa muito clara: em Belo Horizonte não há que falar em indústria da multa. Tenho alguns dados, Sr. Presidente, que acho interessante deixar registrados, para deixar claro para os telespectadores que acompanham a TV Assembleia. Em Belo Horizonte, no ano passado, cerca de 33% da frota foi multada. Menos da metade disso, cerca de 15% dos veículos apenas, tem uma única multa. A parte maior dos veículos multados tem um número maior das multas. Esses dados são muito inferiores, por exemplo, aos de São Paulo, onde a empresa que organiza o trânsito é de capital misto, como a BHTRANS. É por isso que essa questão ainda está sendo discutida na Justiça Federal; não há decisão terminativa. Caso a BHTRANS fique terminantemente proibida de fazer a fiscalização e a multa no trânsito de Belo Horizonte, outros Municípios, como São Paulo, por exemplo, terão o mesmo problema. Nossa Capital não está inovando, não há aberração jurídica. Várias capitais fazem essa discussão hoje, e existem pontos de vista divergentes. A decisão do nosso Tribunal de Justiça está sendo questionada em Brasília; aguardamos esse posicionamento.

Concordo em boa medida com o pronunciamento do Deputado João Leite, porque não podemos simplesmente combater os radares, equipamentos que defendem a vida de várias pessoas. Acho que desrespeito é ignorarmos o sofrimento de famílias que perdem entes e até crianças perto de escolas, porque existe um volume significativo de irresponsabilidade dos motoristas. É preciso deixarmos isso muito claro. Não venho aqui e não aceito defesa de motorista contraventor, porque ele está colocando em risco minha vida, da minha família, dos nossos amigos, dos nossos munícipes. A discussão precisa ser feita com muito critério. Não basta dizer que se é contra o radar, que o radar está multando a todos e que há muita reclamação. Reclama quem é multado porque transgrediu a lei, porque usou o veículo de maneira indevida, colocando em risco a vida das pessoas. Se existem licitações com problemas, se há radares em locais indevidos, é outra história. É isto que temos de combater: a utilização indevida do radar, como a de outros equipamentos. Não devemos combater simplesmente o radar porque o pessoal está sendo multado, mas, sim, combater o excesso de velocidade e os maus motoristas, que colocam em risco a vida da população. É preciso que façamos essa discussão com muita clareza.

Concordo com o Deputado, quando ele fala isso, apesar de aparentemente lhe faltarem algumas informações. O Bloco Minas sem Censura foi recebido pelo Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. Durante o encontro, foram anunciadas intervenções importantes no Anel Rodoviário, que serão licitadas ainda este ano, até o mês de setembro. Foi anunciado também, pelo Ministro, o cumprimento da promessa de campanha da Presidente quanto à intervenção relativa à primeira etapa da BR-381. Serão licitados, neste semestre, os primeiros 100km do trecho que liga Belo Horizonte a João Monlevade. Em que pese faltarem algumas informações, temos de concordar com a relevância e com a importância dos radares.

Digo mais sobre as estradas estaduais: tivemos, no último sábado, manifestações na MG-262, que faz a principal ligação entre Belo Horizonte e Sabará. Existe um radar instalado nessa rodovia estadual, que, Sr. Presidente, em três meses de funcionamento, já registrou 110 mil multas, 110 mil ocorrências. O Ministério Público já pediu a suspensão das multas. Não parece surpresa o fato de a empresa ser a mesma que foi denunciada em matéria do "Fantástico", no domingo anterior.

Por essas e outras razões, acreditamos que o instrumento correto é a instalação da CPI, que foi assinada por tantos colegas. Alguns retiraram suas assinaturas, mas me parece que esse é o instrumento adequado para sabermos, no âmbito estadual, o que está ocorrendo



em nossas rodovias, sejam federais, sejam estaduais. Neste caso de Sabará, na rodovia estadual, que, aliás, está abandonada, parecemos que há necessidade de trabalharmos para resolver a questão.

Não cabe solicitar a BHTRANS somente estudos técnicos relativos a uma Capital que apresenta um índice de multa muito aquém, se comparado a outras Capitais. Temos, em Belo Horizonte, uma frota da ordem de 1 milhão de veículos e registramos, no último ano, 650 mil autuações, incluindo veículos de fora da Capital. É um índice bastante baixo, comparativamente a outras Capitais. Gostaria de compreender a exclusão das rodovias estaduais, foco de uma Capital que tem dados muito corretos. Parece-me que perdemos o objeto e o princípio maior que nos faz estar aqui, que é a discussão das principais questões relativas ao nosso Estado.

Gostaria, Sr. Presidente, de deixar isso muito claro. Não somos contra os radares, já que eles estão defendendo a vida. O radar pune aquele que, via de regra - exceto em caso de algum erro de alguma empresa de má-fé, o que precisa ser apurado - está cometendo um ilícito. Não estou aqui, e acredito que nenhum Deputado esteja, para defender contraventor.

Esse não é nosso papel. Se um cidadão está andando acima da velocidade, se está na Raja Gabaglia a 100km por hora, tem de ser multado mesmo, porque há pessoas que são atropeladas e mortas por conta disso. Em Belo Horizonte, temos um número bastante grande de radares. Mas se compararmos o número de equipamentos existentes em nossa Capital e o de outras Capitais, perceberemos que Belo Horizonte tem um número razoável, mas modesto, desses equipamentos licitados. Aliás, licitação ampla, que conta com a participação de empresas do País inteiro. Recentemente foi feita a substituição dos equipamentos; todos foram aferidos, conferidos.

Talvez alguns dos senhores ou das senhoras tenham percebido a substituição dos radares da Capital. Alguns ficaram desativados por alguns dias até que chegassem as novas unidades, e já estão sendo colocados os novos radares de maneira muito clara, cristalina e transparente.

Nesse sentido, venho encaminhar pela aprovação do requerimento do Deputado Célio Moreira, a discussão e a votação. Que essa discussão possa ser feita de maneira ampla, levando realmente em conta o que importa - a segurança da nossa população.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, o meu encaminhamento procede de uma questão de ordem, porque até agora não entendi o fato de o Deputado Délio apresentar um requerimento pedindo esclarecimento e a Comissão ter apresentado um também. Até agora não entendi esse posicionamento. Penso que não tem nada a ver uma coisa com a outra. É óbvio que, em se tratando dos radares, concordo plenamente com o Deputado João Leite quando afirma que temos que preservar a vida, resolver os problemas. Temos que nos posicionar e averiguar se existem projetos ou não.

Além dessa questão, existem outras que também estão em jogo. Não é apenas no trânsito que pessoas estão morrendo. Hoje, em matéria vinculada pela Record, vimos que na UPA de Venda Nova não há médico para atender a população, pessoas saindo chorando por mau atendimento, pessoas se queixando da saúde pública. Milhares de pessoas estão morrendo nos postos, nas UPAs de Belo Horizonte, de Santa Luzia, de Minas Gerais. Então, não temos que ver apenas a questão do trânsito, os radares; temos que tomar cuidado e olhar com carinho para a saúde pública. Esse é um assunto que traremos amanhã.

Fora isso, não sei se o Deputado Célio Moreira vai querer retirar o requerimento pedindo adiamento, uma vez que não tem nada a ver uma coisa com a outra.

* - Sem revisão do orador.

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 23/3/2011

O Deputado João Vítor Xavier* - Sr. Presidente, caros colegas presentes no Plenário da Assembleia Legislativa, boa tarde. Gostaria, primeiramente, de cumprimentar todos. É a primeira vez que faço uso da palavra nesta tribuna. Já tive a oportunidade de apartear diversos colegas, mas esta é a primeira vez que faço um pronunciamento. Gostaria, primeiramente, de me apresentar aos cidadãos mineiros, que não me conhecem e que me acompanham de suas casas. Fui Vereador por Belo Horizonte, pelo PRP, com 6.504 votos; na Câmara Municipal de Belo Horizonte, fui Vice-Líder do Prefeito Márcio Lacerda; fui eleito Deputado Estadual com 56.956 votos, pela coligação PRP-PTdoB.

Quero agradecer à população das cidades que mais nos apoiaram e cumprimentá-la, a exemplo de Belo Horizonte, onde obtive 32 mil votos, e Caeté, minha terra natal, onde fui majoritário, com 5.500 votos, bem como Contagem, Ribeirão das Neves, Nova Lima, São José da Lapa, Barão de Cocais e Alvinópolis. Enfim, agradeço a todas as cidades. Minha base está na Região Metropolitana, onde obtive 98% dos meus votos. Sou radialista e trabalho na Rádio Itatiaia há 11 anos, onde apresento o “Bastidores”, um programa esportivo apresentado todas as noites, às 8 horas. Quero deixar aqui também o meu agradecimento à família Itatiaia e à família Carneiro, que dirige a emissora, bem como a todos os meus colegas, que muito colaboraram comigo nesses 11 anos. Dentro da Rádio Itatiaia pude acompanhar algumas das bandeiras históricas da emissora, a exemplo da luta pelo Anel Rodoviário de Belo Horizonte e pela BR-381, uma luta de vida, uma luta que faz parte de toda a minha história.

Sou natural de Caeté e tive a oportunidade de acompanhar a dificuldade enfrentada pela nossa região com a falta de infraestrutura e de uma estrada adequada. Aliás, refiro-me a uma estrada que mata tanta gente, que já matou tantos amigos, companheiros, pessoas que nos são caras e queridas.

Outra luta da Rádio Itatiaia, que é o assunto principal da minha fala hoje, é a batalha pela valorização daquilo que temos de mais precioso no Estado de Minas Gerais: a nossa reserva mineral. Somos um Estado que tem a mineração na sua essência, na sua origem, na sua história e no seu nome. Durante toda esta semana, a Rádio Itatiaia tem destacado a importância da revisão e da rediscussão dos “royalties” do minério aqui em Minas Gerais. Nesta semana, tivemos a alegria de ouvir ecoar essa discussão, que se faz fundamental para todo o povo de Minas Gerais, em Brasília e no governo do Estado; e tivemos a alegria de ver o Governador Antonio Augusto Anastasia e a Presidente Dilma Rousseff finalmente colocarem o dedo na ferida da redistribuição dos “royalties”. Somos o Estado que mais produz minério no Brasil. Se o minério sobe, a nossa exportação - o PIB do Brasil - também sobe; se o minério diminui, a nossa



exportação diminui. Infelizmente, nos últimos anos, não temos visto empenho do governo federal para valorizar o nosso minério, o nosso bem maior, o nosso produto maior.

Tive a oportunidade de ser votado em boa parte dos Municípios mineradores da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Caeté, Nova Lima, Sabará, Barão de Cocais - um pouquinho mais distante -, Santa Bárbara, Catas Altas. Todas as cidades em que tive expressiva votação dependem visceralmente da extração mineral, o que infelizmente não dá o retorno que o povo de Minas Gerais merece. Para fazer uma comparação, na Austrália, outro grande país extrator de minério, o “royalty” do minério gira em torno de 7,5%, e aqui no Brasil recebemos 2% do faturamento líquido. O Brasil é o único país que cobra “royalties” com base no faturamento líquido, o que não passa de uma mera esmola para as cidades que têm a sua natureza degradada e as suas nascentes completamente extintas, para entregar o minério para a China e o Japão, deixando um buraco nas cidades, sem uma contrapartida adequada. Enquanto as cidades que extraem petróleo têm o “royalty” de 10%, nós, mineradores, temos o “royalty” de apenas 2%. Só a título de exemplo, Deputado Fred Costa, Macaé recebeu, ano passado, R\$1.000.000.000,00 de “royalties” do petróleo, enquanto todo o Estado de Minas Gerais recebeu pouco mais de R\$500.000.000,00 de “royalties” de minério.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado. Quero parabenizá-lo. Acompanho de perto seu trabalho na Rádio Itatiaia e tenho elogios a ele. Vejo que V. Exa. veio com posição firme. Seu pronunciamento reflete o aparte que V. Exa. fez à minha fala há alguns dias, quando apresentamos aqui a necessidade imperiosa de o governo federal tomar uma atitude digna, uma atitude maior, para rever o aumento dos índices dos fundos de participação para os Municípios e os Estados. Em efeito cascata, os Estados também devem rever a distribuição do ICMS para os Municípios, para que possamos eliminar os problemas locais.

V. Exa. disse que é um municipalista, e parabenizo-o por isso. Na condição de ex-Prefeito, todos sabemos que os problemas na área da saúde, da educação e da infraestrutura são locais. É preciso rever esse pacto federativo, uma bandeira do nosso grande líder, Senador Aécio Neves, que realmente pensa no futuro, pensa grande, pensa no desenvolvimento. Fico mais feliz ainda, Deputado, por V. Exa. estar honrando as nossas fileiras, integrando conosco o Bloco Transparência e Resultado, porque sabe que Aécio Neves e Anastasia transformaram Minas Gerais, levando o nosso Estado a um desenvolvimento amplo. Muitas coisas ainda têm que ser feitas, e V. Exa. será uma voz no Parlamento, defendendo seus eleitores, sua cidade e sua querida Belo Horizonte. Parabéns e muito obrigado.

O Deputado João Vítor Xavier* - Muito obrigado, Deputado Rômulo. Agradeço-lhe o aparte.

É nisso que acreditamos: na liderança do Governador Aécio Neves, que é um municipalista, que tem levado esse discurso ao Brasil. Como municipalista que sou, compartilho da preocupação de V. Exa. O problema final está na cidade. Temos a oportunidade de vê-los nos Municípios mineradores. As grandes empresas vão para as cidades e exploram o minério de ferro. Com isso, levam milhares e milhares de trabalhadores para essas cidades e acabam modificando a relação com os moradores dessas localidades.

Quero deixar muito claro que não sou contra a exploração mineral, nem contra o fato de o Brasil ter essa pujança na exportação do minério de ferro. Quero apenas que tenhamos um retorno maior para os nossos Municípios, extremamente penalizados nessa relação custo-benefício muito alta, principalmente o custo para a natureza e para o morador da cidade. Muitas vezes a arrecadação aumenta para o Município, mas aumentam também os problemas, como vimos em Barão de Cocais, que se tornou uma das cidades com maior índice de incidentes de violência contra a mulher, vítima de estupro e de agressão por milhares de habitantes. São pessoas que não são da cidade e lá foram morar pela necessidade de emprego, não encontrando a infraestrutura adequada, que deveria ter sido proporcionada por essas empresas que vão para a exploração mineral.

Concedo aparte ao Deputado Fred Costa, meu amigo, ex-colega de Câmara Municipal.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Agradeço por me conceder o aparte. Já admirava V. Exa. como jornalista esportivo. A partir do momento em que comecei a exercer mandato eletivo ao seu lado na Câmara dos Vereadores, também passei a admirá-lo como homem público. Desejo-lhe sucesso no exercício das suas funções como Deputado.

Parabenizo-o pelo pronunciamento. V. Exa. faz uma discussão importante sobre os “royalties” do minério. Por analogia, entendo eu e, acredito, todos os mineiros e todas as pessoas justas, que deveria haver o mesmo tratamento dispensado aos “royalties” do petróleo. V. Exa., que é um conhecedor do futebol, vê, como nós, que os clubes que fazem parte da primeira divisão do Rio de Janeiro, não à toa, são de Municípios beneficiados pelos “royalties” do petróleo. Isso demonstra que, com o recurso gerado por essa atividade importante para o País, consegue-se investir em educação, que é fundamental, e em outras tantas políticas públicas.

Aqui em Minas Gerais não nos deparamos com o mesmo quadro, infelizmente. No domingo passado, o jornal “Estado de Minas” publicou reportagem demonstrando o quanto alguns Municípios mineradores de Minas Gerais vão submeter-se a mudanças. Cito o Município de São Brás do Suaçuí, com aproximadamente 10 mil habitantes. Nos próximos 10 anos, há uma perspectiva de que chegue a 20 mil habitantes. Como acompanhar isso com os investimentos que se fazem necessários em educação, saúde e outras áreas? Portanto, a preocupação que V. Exa. expressa é extremamente pertinente e terá da minha parte mais uma voz caminhando com V. Exa., cerrando fileira em favor dessa justa reivindicação. Parabéns, Deputado João Vítor Xavier.

O Deputado João Vítor Xavier* - Deputado Fred Costa, obrigado pelas palavras. Gostaria de dizer que essa é a realidade que vivemos em Minas. Felizmente, temos hoje essa sintonia, que é suprapartidária, que é o espírito que gostaria de trazer para a Casa. Os problemas de Minas Gerais, do Brasil estão acima das nossas questões pessoais ou partidárias.

Cumprimento o Governador Antonio Anastasia, que está colocando o dedo na ferida na questão dos “royalties”. Teve uma postura muito firme esta semana. Ontem ele dizia ao meu colega Eduardo Costa, que é outro grande defensor dessa questão, que lutará pela revisão da tabela dos “royalties” do minério em Minas Gerais. Nosso líder maior, o Senador Aécio Neves, está levando essa questão ao Senado Federal. Com isso, o governo federal está dando eco à voz de Minas, que são o nosso Senador Aécio Neves e o nosso Governador Antonio Anastasia. A Presidente Dilma, de maneira muito feliz, ouviu a voz de Minas e está-se colocando à disposição para discutir esse assunto.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado João Vítor Xavier, é bastante rápido o que tenho a falar. Primeiro, gostaria de parabenizá-lo pelo assunto e, segundo, fazer coro com as suas reivindicações, que são de Minas Gerais.



No ano passado, fizemos um levantamento para a CFEM e constatamos que Minas Gerais arrecadou em torno de R\$115.000.000,00, valor que veio da CFEM para o Estado. Esse recurso vai para o chamado Fundo de Equalização, para que os Municípios limítrofes de outros Estados o utilizem na compensação de produtos em que, às vezes, o ICMS é mais caro. Dos R\$115.000.000,00, apenas R\$70.000,00 foram usados no Fundo de Equalização, ou seja, o dinheiro da CFEM é pouco e não está sendo utilizado no que deveria. No Fundo de Equalização, apenas R\$70.000,00 estão sendo usados. É muito pouco. Apenas uma empresa foi beneficiada com esse fundo. Como V. Exa. disse muito bem, há o movimento nacional de passar de 2% para 4% o valor da CFEM, o que já conta com a simpatia até mesmo da Presidenta Dilma, e o Governador está discutindo o assunto.

Apresentei projeto de lei nesta Assembleia criando o fundo social em relação à CFEM. Com esse valor sendo bastante ampliado, discutiremos sua utilização nas questões sociais do Estado, a exemplo do que foi feito com o pré-sal. Alguns não gostaram da proposta, mas foi fundamental estabelecer o que será destinado ao desenvolvimento social do pré-sal. Nessa parte, priorizamos os Municípios produtores de minério para que ali, em especial, a questão ambiental seja atendida. A outra parte seria destinada à UEMG para sua viabilização. Evidentemente, é um projeto inicial nesta Casa, mas levantará discussão para somarmos forças para ampliar o valor da alíquota da CFEM para Minas e, ao mesmo tempo, utilizar o recurso no fundo social para que não aconteça como agora: a grande maioria do recurso vai para o caixa único do Estado e não para um benefício social específico. Muito obrigado.

O Deputado João Vítor Xavier* - Parabênico V. Exa. pelo projeto e gostaria de completar seu comentário, já que falou sobre o pré-sal. Com as mais de 250 jazidas descobertas no Brasil, temos também o pré-sal do minério. Devemos parar de conceder cortesias às grandes empresas e cobrar o que é devido ao povo de Minas Gerais.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Agradeço V. Exa. pelo aparte. Dada a exiguidade do tempo, tentarei, nestes segundos que me restam, apresentar minhas palavras de solidariedade ao que V. Exa. traz a esta Tribuna, que é de suma importância. Ao mesmo tempo, gostaria de parabenizá-lo pela grande votação e pela alegria de o termos como companheiro nesta Casa.

Deputado João Vítor Xavier, Minas Gerais está correndo o risco de ter seu nome mudado de Minas Gerais para buracos gerais, dado o estrago que a mineração faz no Estado. Como alguém bem disse, minério só dá uma safra. Hoje, R\$4.000.000.000,00 estão sendo discutidos na justiça, no que se refere aos "royalties" por parte das indústrias mineradoras. Além disso, há outro sério problema que a Lei Kandir acabou produzindo: a falta do recolhimento do ICMS na exportação do minério. Claro que tudo isso só redundará em prejuízos para nós, mineiros, considerando que Minas Gerais produz 60%, 70% de todo o minério do País. Parabéns a V. Exa.

O Deputado João Vítor Xavier* - Deputado Vanderlei Miranda, muito obrigado. Sr. Presidente, já encerrando, gostaria de dizer que finalmente a voz de Minas tem sido ouvida por meio do nosso Senador Aécio Neves, que terá o papel nacional de levar grandes assuntos como o da redivisão e do pacto dos "royalties" no Brasil. O Governador Antonio Augusto Anastasia prometeu, em sua campanha política, rediscutir o assunto e está cumprindo sua palavra.

Teríamos muito mais a falar do assunto, mas trataremos disso em outras oportunidades. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira* - Sr. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia e pessoal da tribuna, esta Casa não poderia ficar à margem das discussões que ocorreram ontem em todo o mundo, em comemoração do Dia da Água. Meu propósito era pronunciar-me ontem. No entanto, as discussões em torno de outras questões, neste Plenário, impediram-me de fazê-lo. Aqui estou na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, assim como de parlamentar, cidadão e pai de família. É incorporando todas essas condições que venho expressar a minha preocupação com o destino do planeta, de seu potencial hídrico, que, como bem sabemos, é finito e pode ter seu tempo abreviado, se não agirmos com responsabilidade e firmeza.

Desde 1993, por iniciativa da assembleia da ONU, comemora-se o Dia da Água, com o intuito de levar o mundo inteiro a refletir sobre os descaminhos e as agressões sofridas pelos rios e nascentes desse precioso líquido, o mais importante da Terra. Aliás, tesouro que vai escasseando com o aumento da demanda e com as ações decorrentes de seu manejo. A data é propícia para repensarmos nossa relação com a água e avaliarmos o que, de fato, os organismos políticos, a sociedade civil organizada e nós, individualmente, estamos fazendo para preservar os nossos recursos hídricos e garantir assim a perenidade da espécie humana no planeta.

O dia 22 de março é, sobretudo, um marco no calendário para agirmos no intuito de evitar os tradicionais desperdícios, esses que estão arraigados em nossa cultura. O manejo racional da água, assim como o das florestas, não era parte da preocupação do mundo até pouco tempo, quando a natureza começou a manifestar seu esgotamento. Países culturalmente mais evoluídos despertaram mais cedo para a necessidade de harmonizar as suas necessidades básicas com a saúde de seu potencial hídrico. Austrália, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos e Japão já sofreram com a falta de água. Fatores como mudanças climáticas, poluição e má gerência de recursos hídricos são apontados como os principais responsáveis pelo problema.

Hoje, no mundo, mais de 1 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável, aproximadamente 3 bilhões não possuem saneamento básico e 10 milhões morrem por ano em decorrência de doenças transmitidas por água contaminada, conforme denúncia do programa Água para a Vida, do WWF Brasil. Nos primeiros anos de escola, aprendemos que aproximadamente 70% da superfície terrestre é coberta por água, levando-nos ao falso conceito de que tão abundante recurso seria inesgotável. Esse pensamento não levou em conta, no entanto, que apenas 0,6% desse potencial hídrico pode ser utilizado pelo homem para o seu consumo. Acrescente-se ainda que, desses 0,6%, 70% são destinados ao uso na agricultura, 22%, na indústria e apenas 8% são efetivamente para o consumo. Então, são 8% de 0,6%.

Deputado João Vítor Xavier, mais de 17 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável, apesar de o Brasil concentrar em torno de 12% da água doce do mundo disponível em rios. Boa parte da água no Brasil, principalmente nas áreas densamente povoadas, sofre com os processos de urbanização, industrialização e produção agrícola, que são incentivados, mas pouco estruturados.

Nossa Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída em 1997, por meio da Lei Federal nº 9.433, que inovou ao adotar o conceito de bacia hidrográfica como unidade de gestão dos recursos hídricos, ao valorizar os múltiplos usos da água e ao reconhecer a água enquanto bem econômico, baseando-se na experiência internacional sobre o tema.



O Deputado João Vítor Xavier (em aparte) - Serei breve, Deputado, até porque reconheço a importância da fala de V. Exa. Quero cumprimentá-lo, Deputado Célio Moreira, pelo assunto que tem abordado da tribuna. Ontem à tarde V. Exa. tentou falar sobre tal assunto, porém não foi possível devido a circunstâncias naturais do Parlamento, mas certamente se trata de um dos assuntos mais importantes para a humanidade. Vivemos sem quase tudo, mas sem água não conseguimos viver. Gostaria também de prestar uma homenagem, neste aparte concedido a mim por V. Exa, ao Deputado Federal e Secretário de Ciência e Tecnologia, Deputado Nárcio Rodrigues, um dos grandes entendedores, no mundo, sobre o assunto, e um dos grandes incentivadores do Instituto Hidroex, criador das Cidades das Águas, em Frutal, no Triângulo Mineiro. É ele uma das grandes sumidades sobre o assunto e esteve representando Minas Gerais e o Brasil neste último final de semana na África do Sul como palestrante principal no Fórum Mundial da Água, na cidade do Cabo, na África do Sul. É um dos grandes conhecedores do assunto no mundo, sendo referência para a ONU e Unesco. É ele mineiro e companheiro nosso, especialmente de partido, e foi Presidente do PSDB, partido de V. Exa. Muito obrigado. Parabéns pelo assunto e pelo tema.

O Deputado Célio Moreira* - Muito obrigado, Deputado João Vítor Xavier. Mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. Precisamos ter em mente que a água não é um bem estático, mas sim um recurso natural que não conhece as fronteiras dos Estados, e, se não houver também uma mobilização mundial, com integração de políticas, será difícil a reversão desse quadro preocupante já configurado. Os brasileiros em geral não utilizam a água com moderação. Pesquisas revelam que gastamos cinco vezes mais que o volume indicado como suficiente pela OMS. A recomendação da OMS é de um consumo de 40 litros diários por pessoa. Medidas simples ajudam a economizar, mas infelizmente a maioria das pessoas continua a utilizar a água de maneira exagerada, sem a consciência de que se trata de um bem finito. Nossa condição mineira de termos um grande potencial hídrico, com várias nascentes e rios, aumenta nossa responsabilidade diante do País, como bem frisou o Governador Antonio Anastasia, por ocasião da entrega da Medalha da Água - eu, ontem à noite, fiz referência a esse encontro realizado no dia 20 em São Lourenço, Sul de Minas -, em que tive a honra de ser também homenageado. O Governador destacou que o Estado tem uma grande responsabilidade para com o Brasil, que é a manutenção de nossos mananciais em boa qualidade, lembrando que em Minas nascem os principais rios do Brasil, fora os da bacia amazônica. Anastasia alertou ainda, naquela ocasião, que sem água não podemos nada e exortou a sociedade civil, os empresários, todos enfim a se empenharem à exaustão para ter essa qualidade de vida garantida no futuro.

De fato, senhoras e senhores, este Estado dispõe de um território riquíssimo em recursos naturais - o Deputado João Vítor Xavier fez referência a nossa querida Caeté, e digo que estamos juntos nessa luta, Deputado -, com rios de grande importância para o Brasil, do porte do São Francisco, além de flora e fauna diversificadas, bem como solo muito fértil. Os investimentos de Minas em ações voltadas para o meio ambiente cresceram 618%, entre 2003 e 2008. Áreas verdes protegidas, mais saneamento e lixo tratado. Com as políticas públicas ambientais em execução nos últimos seis anos em Minas, os resultados são muito relevantes: foram criadas 138 unidades de conservação desde 2003 em Minas Gerais, totalizando 237 unidades e 2.000.000ha protegidos. Em 2009, 52% da população urbana já contava com um sistema adequado para o tratamento do lixo, quando em 2003 o percentual era de apenas 19%. O volume de esgoto tratado pela Copasa saltou de 22.000.000m³, em 2003, para 150.000.000m³, em 2009.

Uma ação que merece destaque neste conjunto é a revitalização da Bacia do Rio das Velhas, principal afluente do São Francisco, em que o governo do Estado investiu R\$1.300.000.000,00 em ações de saneamento básico e recuperação ambiental, para permitir que o rio volte a ter navegação, pesca e nado na área mais poluída, que é o trecho da RMBH. Segundo dados da Copasa, os resultados já são visíveis. Em 2002, apenas 2,24% do esgoto coletado na Bacia do Rio das Velhas eram tratados. No ano passado, o percentual chegou a 57,33%. Peixes que, como eu disse ontem, subiam somente 250km na Bacia, em 2000, hoje já são identificados ao longo de 580km.

Esse trabalho iniciado no governo Aécio Neves tem sequência no Executivo atual. Durante a cerimônia no Sul de Minas, o Governador Anastasia reafirmou seu compromisso com a gestão das águas, ao assinar decretos criando novas unidades de conservação no Estado e instituindo o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Esse documento estabelece novas ações para a preservação das águas em Minas. Foram também assinados convênios com Municípios para implantação de usinas de triagem e compostagem de lixo. Esses decretos visam a dotar o Estado de instrumentos formais de políticas públicas para a preservação ambiental. O Governador lembrou que nos últimos anos Minas já adota uma boa política em relação aos recursos hídricos, alertando, no entanto, para a necessidade de essa política ser permanentemente atualizada.

Outros três decretos, Deputado Paraca, referem-se à criação de três unidades de conservação ambiental: Parque Estadual de Paracatu, que inclui a área de proteção especial de Santa Isabel e Espalha; Parque Estadual da Mata do Limoeiro, situado em Ipoema, no Município de Itabira, região da Cordilheira do Espinhaço; e Refúgio de Vida Silvestre Estadual dos Rios Tijuco e da Prata, segunda unidade de conservação criada no Triângulo Mineiro, que protegerá grande parte do Rio Tijuco.

Apesar dos esforços de Estados e Municípios, ficou evidente nas discussões eleitorais que se travaram nos meios de comunicação que o País investiu pouco ou muito aquém do necessário no saneamento, retardando uma iniciativa que deveria figurar no início de uma lista de prioridades.

O Deputado Fabiano Tolentino (em aparte) - Parabéns, Deputado Célio Moreira, por seu discurso nesta tarde, pois é muito importante tratarmos das águas. Em Divinópolis, quando Vereador, fizemos um projeto sobre o uso racional da água, que ficou muito bom e abrange todo o meio rural. Fizemos também o projeto do produtor de água, muito bacana, que propõe que o produtor rural receba por produzir água, ao invés de pagar por isso. Estou com V. Exa. nessa demanda, que acho importantíssima.

Aproveito a oportunidade para mandar um abraço para o Divinews, um grande "site" de Divinópolis, que hoje, com o Geraldo e o Luiz, está fazendo também a cobertura da nossa Assembleia Legislativa. Muito obrigado, Deputado Célio Moreira, e parabéns por seu discurso magnífico.

O Deputado Célio Moreira* - Muito obrigado. Sr. Presidente, já estou concluindo o meu discurso.

Na verdade, somos reféns de uma cultura que vem ainda do período imperial, em que se priorizou a eletrificação, mas não o tratamento do esgoto e do lixo. Em Minas temos 385 lixões em torno de 50% dos Municípios e 227 aterros controlados, segundo dados da Gerência de Saneamento Ambiental da Feam. Um número grande de Municípios necessitam desse aterro para dar um salto



de qualidade, e, para isso, é necessário planejamento. De um lado temos uma grande massa de catadores que se desespera com o fim dos lixões, onde muitos buscam seu sustento.

Mas a existência de lixões é uma ameaça à saúde e ao meio ambiente. Sabemos que o chorume dos resíduos escorre até nossos lençóis freáticos, contaminando as águas.

Sr. Presidente, tenho mais duas folhas para concluir o meu pronunciamento. Gostaria que V. Exa. me concedesse mais um tempo, em razão da importância do assunto.

Outro aspecto a ser avaliado na questão do meio ambiente é a situação dos esgotos em todo o Estado. A Decisão Normativa nº 96/2006 estabelece que até 2017 todos os Municípios mineiros deverão ter esgotos tratados. Com isso, o peixe voltará e será possível nadar em todos os rios. Essa deve ser a nossa meta para as Olimpíadas de 2016.

Quero aproveitar a ocasião para reiterar o alerta já feito pelo jornal “Hoje em Dia”, que, em recente matéria, denunciou que muitas nascentes urbanas estão contaminadas por bactérias e coliformes fecais, indicando, assim, que as águas de bicas espalhadas pelo espaço público não são indicadas para beber. É importante que esse alerta seja levado a sério, uma vez que a ingestão dessa água pode trazer grandes danos à saúde.

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras. Farei a conclusão depois. Agradeço a V. Exa. por me conceder mais 1 minuto. Acredito que V. Exa. será um parceiro na Comissão de Meio Ambiente para tratarmos desses assuntos, como o bem tão precioso que é a água. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco; a Deputada Luzia Ferreira; os Srs. Deputados; os cidadãos mineiros que acompanham a reunião da Assembleia Legislativa e todos os telespectadores da TV Assembleia.

Sr. Presidente, entre vários nomes de que fui tachado ontem, alguns foram mais graves, outros menos. Aliás, quero agradecer o apoio e as mensagens de tantas pessoas queridas. Estou há muitos anos em Belo Horizonte, neste Estado, e Deus me deu o privilégio de ter muitos amigos, tantos irmãos e pessoas amorosas que me acompanham. Muitos deles se manifestaram com o seu apoio após o embate de ontem à noite neste Plenário. Na verdade, nem foi um debate propriamente dito, pois somente um lado falava, e as palavras utilizadas não são, de verdade, as melhores para o Parlamento. Portanto gostaria de agradecer às diversas pessoas que se manifestaram, que mandaram mensagem pelo Facebook e pelo Twitter. Fiquei muito agradecido pela manifestação de todos eles.

Assumo que não me calarei. Continuarei a falar sobre o Anel Rodoviário. Nas mensagens, foi recorrente o pedido para continuar a falar. As pessoas estão com muito medo. Não posso parar de falar da BR-381. Enquanto falamos agora, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais faz o resgate de algumas vítimas perto de Jaguaráçu. Foram mais quatro mortes na BR-381, Deputado Miranda. Não me calarei. Então, digo às pessoas que enviaram mensagens que fiquem tranquilas. Continuarei a falar sobre o metrô. Não tenho medo. Deus me treinou na vida muito sozinho em uma carreira de 25 anos. Quem tiver medo não fica ali. Nunca tive medo, sempre senti uma grande força de Deus em minha vida.

Também não ficam mágoas. O que quero guardar em minha lembrança são essas manifestações de pessoas tão amigas. Agradeço a vários Deputados que se manifestaram. Agradeço ao Deputado João Vítor Xavier, que fez manifestação a meu favor, assim como ao Deputado Zé Maia e a outros.

De tantas coisas de que fui chamado ontem, uma delas me impressionou, até mesmo pela minha formação. Desde criança sonhava ser professor de História, e a minha carreira de atleta, de alguma forma, atrapalhou. Encerrada a minha carreira, fui então estudar História, e um estudante de História, meu irmão Deputado Durval Ângelo, é rigoroso em relação à documentação. Normalmente faço como V. Exa., que carrega uma parafernália, não anda sem documentos. Está sempre documentado para falar. Mas ontem fui chamado de mal-informado. Meus professores não aceitariam isso nunca, porque aprendi que devemos ler um texto no mínimo oito vezes. Foi isso que minha escola ensinou. É preciso estudar sempre para falar sobre algo.

Há mais de 30 anos entreguei meu coração a Jesus. Leio a Bíblia todas as manhãs. Sei algumas coisas sobre ela. Devo tê-la lido completa uma dezena de vezes, estudando e anotando. Sei muitas coisas sobre a palavra de Deus também. Não sei tudo. Sou um esforçado, um estudioso da palavra de Deus, mas mal-informado não.

Deputado Gustavo Valadares, fiz então um levantamento de todas as coisas sobre as quais falei aqui ontem. Por exemplo: alguns querem que a população de Minas Gerais fique, de alguma forma, pensando que a Assembleia Legislativa só pode discutir questões do governo do Estado. Não é verdade. O povo de Minas Gerais não quer que fiquemos calados. Quando o governo federal arrecada em Minas bilhões de reais a cada mês, esses recursos devem voltar para o Estado para serem investidos em estruturas e infraestruturas para o povo mineiro. Portanto, é obrigação nossa expor os problemas.

Não sabemos ainda o resultado da reunião do Governador Anastasia com o Presidente da Petrobras, mas é inaceitável o que a Petrobras fez com Betim e Ibirité. Não podemos aceitar isso. Aqui, debaixo da nossa barba, o governo federal vem e faz política tirando o polo acrílico da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

E a Fiat? São R\$4.500.000.000,00 de renúncia fiscal para levar a nova fábrica para Pernambuco. Não serei descortês como alguns aqui. Não serei, mas querem dar o título de cidadão honorário ao ex-Presidente Lula. Não farei o que alguns já fizeram quando alguém do PSDB vinha receber algum prêmio em Minas Gerais, ou como ocorreu em Ouro Preto, quando abaixaram a roupa. Mas, se o Presidente Lula vier, tenho uma faixa pronta para ele, dizendo: “Devolve a Fiat para Minas Gerais, Lula!”. Seriam R\$4.500.000.000,00 de renúncia. Isso interessaria a todos nós, representaria geração de empregos e recursos para o nosso povo. Ninguém engoliu isso. Também é inaceitável a situação do metrô, a respeito da qual fiz um levantamento desde 1967.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Agradeço a V. Exa. pela oportunidade e serei breve. De todos os Deputados da base de governo desta Casa, V. Exa. é quem sempre caminha mais bem embasado, seja pelos estudos que faz em casa e em seu gabinete, seja pelos documentos que sempre porta. Tudo que V. Exa. fala em Plenário pode ser comprovado por meio de documentos. Como Líder da Maioria, o bloco de sustentação do governo nesta Casa está solidário com V. Exa. E, mais do que isso, queremos dizer a V. Exa. que não se importe com esses ataques, pois são frutos de uma oposição que está perdida e sem rumo. Primeiramente, porque



temos um governo do Estado que tem cumprido bem o seu papel e correspondido aos anseios da população de Minas Gerais, tanto durante os últimos oito anos, quanto nos últimos três meses de segundo mandato do Governador Anastasia. Todos os anseios da população, em quaisquer setores, estão sendo muito bem atendidos pelo governo. É claro que ainda temos coisas por fazer, e, à medida que resolvermos esses problemas, outros aparecerão. A Oposição sente-se incomodada porque não tem argumentos. Fica ainda mais incomodada porque, hoje, os principais clamores da população mineira são decorrentes da inércia e da omissão do governo federal com Minas Gerais. V. Exa. citou o metrô de Belo Horizonte, e podemos citar a BR-381 no sentido de João Monlevade ou o Anel Rodoviário de Belo Horizonte, cujas obras já ficaram para outro ano. Enfim, tenho certeza de que todos os ataques dirigidos a V. Exa. ontem não foram feitos com frieza. Se os Deputados de Oposição estivessem com a cabeça no lugar, não o fariam, pois conhecem o seu caráter e a sua forma de trabalhar no Parlamento. Fizeram-no porque estavam com a cabeça quente, como estão, e ficarão durante os próximos anos porque estão completamente sem rumo. Tenho dito que, daqui a pouco, a BHTRANS começará a multar os Deputados Sávio Souza Cruz, Carlin Moura e Rogério Correia, porque estão todos na contramão da história, querendo ir contra um governo que a população apoia maciçamente. Parabéns. Esta Casa está solidária com seu trabalho.

O Deputado João Leite - Obrigado pelo seu apoio e de todos os Deputados que V. Exa. lidera nesta Casa. Durante anos venho trazendo, com muita preocupação, essa questão do metrô. Sou do tempo do subúrbio, e os Deputados Carlin Moura e Sargento Rodrigues conhecem essa história. O subúrbio saía do centro de Belo Horizonte, ia até Betim, e, pelo outro lado, passava por General Carneiro, indo a Raposos, Rio Acima e Nova Lima. Esse era o transporte coletivo que tínhamos na nossa Região Metropolitana. O metrô de Belo Horizonte atende menos do que o subúrbio atendia no meu tempo de criança. Isso é uma lástima. Tenho documentos de 1967, quando começamos a falar sobre o metrô em Belo Horizonte. No governo do Presidente Itamar Franco, o metrô avançou até a Av. José Cândido da Silveira. Depois, no governo Fernando Henrique Cardoso, foram construídas as Estações Minas Shopping, São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo, indo até a Estação Floramar e, depois, a Vilarinho. Então, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, a Linha 1 do metrô foi praticamente entregue. Na Assembleia Legislativa, havia uma frente, SOS Metrô de Belo Horizonte. Os Deputados do PT criticavam diuturnamente o governo federal por causa da falta de avanço da linha do metrô em Belo Horizonte. Então o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso fez a desapropriação do Calafate ao Barreiro. No entanto a crítica continua, pois, depois do governo Lula, não houve sequer 1m de avanço da linha do metrô. Aliás, mais grave ainda, estamos perdendo as obras de arte, as passagens, a desapropriação feita do Calafate ao Barreiro. Vou continuar o meu pronunciamento, mas antes concedo aparte ao meu companheiro, Deputado Luiz Henrique.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - É um prazer apartear-lo nessa brilhante fala. Quero dizer que participei, na parte da manhã, da reunião com o Sérgio Gabrielli, no Palácio Tiradentes. Foi uma brilhante apresentação, mas confesso que estou preocupado com Minas Gerais. Primeiramente, ele afirmou que, no território mineiro, não existe petróleo. Entretanto o gás natural, com certeza, existe na Bacia do São Francisco. Nós, desta Casa, Deputado Carlin Moura, Oposição e Situação, temos de cobrar da Petrobras que faça as pesquisas e dê a alta suficiência do gás em território mineiro para o Brasil. Não fiquei animado em relação ao polo acrílico, que com certeza irá para a Bahia. Hoje temos uma Presidenta mineira. Nesta Casa, o Deputado Rogério Correia, a Oposição, todos temos de trabalhar em um sentido: o Triângulo de Minas Gerais. Tenho prazer, Deputado João Leite, de apartear sua fala. Admiro-o muito pela retidão. Mais uma vez, conclamo todos os Deputados desta Casa que estão com um pensamento maior, que estão pensando em Minas Gerais, para que levantem a bandeira do Estado e procurem trabalhar em conjunto pelos interesses do Estado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Luiz Henrique. V. Exa. traz uma informação importante sobre a reunião do Presidente da Petrobras com o Governador Anastasia. O sentimento que o Deputado Luiz Henrique nos apresenta, Deputado Bosco, é que perdemos o polo acrílico. Isso é uma derrota para Minas Gerais. Ficaremos calados? Somos Deputados Estaduais e não podemos dizer que Minas Gerais perdeu o polo acrílico?

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado João Leite, quero reafirmar que sempre tivemos uma convivência muito civilizada no Plenário desta Casa, a qual será mantida em nome do processo democrático. V. Exa. é uma pessoa extremamente respeitosa, e nós também o respeitamos. O debate é fundamental até mesmo para compreender as informações. Às vezes, talvez pelo curto espaço de tempo, as informações ficam meio atravessadas e causam certa confusão. Por exemplo, os R\$4.500.000.000,00 relativos à instalação da Fiat em Pernambuco não se referem à renúncia fiscal de Minas. A Fiat fez um novo investimento de R\$10.000.000.000,00. A opção da Fiat por Pernambuco é em virtude do processo de renúncia fiscal do Estado, porque, se não fosse para lá com esse investimento novo, iria para o México. O que precisamos entender é que também houve um novo investimento na fábrica de Betim de R\$7.000.000.000,00 com a ampliação da produção anual de veículos e a geração de novos postos de trabalho. De repente nos é passada a impressão de que perderemos a Fiat, e os trabalhadores de Betim ficam apavorados. Não é isso.

Há um problema estrutural no Brasil, a guerra fiscal entre os Estados, o qual precisa ser resolvido. Há duas formas de fazê-lo: ou Minas reduz a sua taxa de ICMS, porque a média dos outros Estados é de 12% e a nossa é de 18%, ou os nossos Senadores, Itamar Franco e Aécio Neves, compram a briga no Senado Federal, pois isso é papel do Senado, e acabam com a guerra fiscal entre os Estados. Sobre os investimentos do Estado, para concluir, Deputado João Leite, precisamos entender que ficamos por oito anos economicamente estagnados neste país. O Presidente Lula começou a reestruturar o País, a fazer novos investimentos em infraestrutura. Ele já fez muito, mas muito ainda há que ser feito. Temos certeza de que juntos traremos ainda mais investimentos para o Brasil, e nisso V. Exa., mesmo com opiniões divergentes, contrárias, é fundamental. Todos por Minas Gerais em defesa de maiores investimentos. V. Exa. está de parabéns.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria de ter a fé do Deputado Carlin Moura quando o Deputado Luiz Henrique chega a este Plenário e diz que perdemos o polo acrílico. O polo já foi perdido. Gostaria de ter a fé dele depois de o Presidente Lula, no apagar das luzes, fazer uma medida provisória que trouxe renúncia fiscal para que a Fiat fosse para Pernambuco. Não consigo entender. Minas Gerais teria uma nova fábrica, mas não tem mais.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Primeiramente, quero dizer, Deputado João Leite, que também, subjacente a essa perda de investimento, o que circula é que o Sr. Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, é potencial candidato ao governo da Bahia em 2014.



Creio que a decisão tem esse forte componente político, rompendo até com um compromisso já assumido em Minas Gerais, há mais de cinco anos, de trazer esse investimento para cá. Gostaria de agregar essa informação.

Quero também dizer, sobre o metrô, que esta Casa precisa fazer essa cobrança. Há um movimento pró-metrô na cidade. Hoje, meio-dia, fizeram uma manifestação em frente ao Cefet. Paralisaram o trânsito para sensibilizar o governo federal, as autoridades responsáveis por essa decisão. Precisamos expandir o metrô como medida fundamental para a mobilidade não só de Belo Horizonte, mas da Região Metropolitana. Agrego também essa informação do Movimento Pró-Metrô de Belo Horizonte, que reúne entidades da sociedade civil e lideranças comunitárias que também não querem deixar parada essa questão em nossa cidade. Muito obrigada.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputada Luzia Ferreira. Sr. Presidente, muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tive oportunidade, nesta semana, a convite do Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão Extraordinária de Acompanhamento da Reforma Política desta Casa, de participar de uma reunião em que a Assembleia começou a traçar seu cronograma de debates sobre a reforma política com a finalidade de apresentar sugestões ao Congresso Nacional. Queria estabelecer hoje uma espécie de agenda, de tópicos, sobre a reforma política. Pelo tempo exíguo nesta tribuna, pretendo, na medida em que o Regimento permitir, tratar de cada tópico ao longo desse período em que o Congresso analisa a proposta da reforma política.

Primeiro, ao se fazer uma reforma política, deve haver uma intencionalidade. Fazer a reforma por quê, para quê? E aí, de antemão, precisamos deixar claro que a reforma política deve ser feita para democratizar e consolidar nosso sistema político, para aperfeiçoar os mecanismos de controle da sociedade sobre esse próprio sistema e, principalmente, para melhorar o resultado das ações dos mandatos legislativos e executivos na sociedade inteira. Listarei aqui, e sairei de qualquer tipo de muro, porque precisamos ter posição nessa hora da reforma política. Tudo, obviamente, sujeito a convencimento fácil, a argumentos.

Estabelecerei alguns pontos. O primeiro deles é que a reforma política tem de ser feita com participação popular. Não pode ser uma reforma política feita por meia dúzia de caciques partidários que se inspirem mais na conveniência política pragmática que no aperfeiçoamento do sistema político. Espero que o Congresso crie canais de escuta da população organizada, e não simplesmente dos representantes, ainda que eleitos democraticamente. Segundo ponto: defendo o financiamento público de campanha. Chega de financiamento privado! Financiamento privado não é democrático e restringe potencialidades. É um estímulo a esse conluio, a essa cumplicidade muitas vezes existente entre quem financia as campanhas eleitorais e um possível e provável retorno, feito na forma de procedimentos administrativos condenáveis. O financiamento público pode ser um antídoto contra a corrupção.

Gostaria de atenção. Estou listando os pontos, mas depois, no dia a dia, vou entrar em cada um deles especificamente. Terceiro ponto: o sistema eleitoral. Sou contra o distritão, pois o considero uma aberração. Só existem quatro países no mundo que têm o distritão. Optar pelo distritão é dar um tiro no peito do fortalecimento partidário; é personalizar ainda mais a campanha e criar um sistema individualista, onde o poder econômico - aí sim - nadará de braçada. Sou contra o distritão.

Sou contra o voto distrital, visto que ele transformará o Parlamento em um balcão, onde o parlamentar será um despachante de luxo, será bem remunerado. Daí vem, então, a indagação: "O que V. Exa. defende, Sr. Deputado, lista fechada ou lista aberta, como é hoje?" Defendo a lista flexível, que é adotada principalmente em países nórdicos, onde se tem o ordenamento pelo partido para que a pessoa tenha o compromisso partidário, o que também não mata a possibilidade de o eleitor votar no candidato da sua preferência na lista. Vota-se na lista; e, na lista, vota-se no candidato. O resultado final é como a diferença de peso entre o lugar do parlamentar na lista e o número de votos que ele tem na sociedade.

Por que defendo esse modelo? Por um lado, porque não ficaremos reféns dos caciques partidários; por outro, guardaremos também um componente de valorização do partido. Só a lista fechada pode gerar também uma acomodação parlamentar. Imagine um cacique partidário que foi eleito em primeiro ou segundo lugar. Ele ficará durante quatro anos com a vaga garantida e com a cadeira cativa, perdendo, assim, relação com a sociedade. Se temos a lista flexível, faremos com que o parlamentar se comprometa com o seu partido, se politize no debate, fazendo campanha para o partido. Por outro lado, isso não mata a necessária atitude do parlamentar em relação à sociedade. Sinto falta desse debate, de um jeito ou de outro, porque ninguém defende a lista flexível. Defendo a lista flexível e estou aberto para apresentar os países que têm esse mecanismo a quem se interessar. Antes de listar o restante, com prazer concedo aparte ao Deputado João Vítor Xavier.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Rapidamente, Deputado André Quintão, primeiro quero parabenizá-lo. Esse é o assunto do momento, com o qual todos temos de nos preocupar, especialmente a sociedade. E gostaria de trazer um destaque dentro desse tema tão importante. Para que tudo aconteça num país, numa democracia, são necessárias grandes lideranças, e gostaria de destacar a liderança do ex-Governador e Senador Aécio Neves nesse processo. Enquanto muitos acusavam o Senador Aécio Neves de, num determinado momento, tentar uma conspiração para conquistar a Presidência do Senado, de maneira muito democrática, ele veio a público dizendo que respeitava a proporcionalidade, que já o levou ao comando da Câmara dos Deputados. Nesse momento, ele puxou para si o grande debate do Brasil nos últimos anos - a reforma política. A primeira medida do Aécio Neves como Senador foi dizer que estaria na Casa para debater profundamente e ajudar na construção da reforma política. O senhor, que gosta de futebol, sabe que os grandes craques têm jogadas diferenciadas, e o Senador Aécio Neves tem sido o grande propulsor, no Senado e no Congresso Nacional, para a reforma política. Durante muitos anos, ela ficou parada, engavetada. Tenho 28 anos, ainda nasci nos terríveis anos da ditadura militar, mas, desde a redemocratização do Brasil, fala-se em reforma política, e apenas com grandes líderes é possível que ela seja construída. Gostaria de fazer justiça ao grande mentor intelectual atual da reforma política no Brasil, o Senador Aécio Neves, e parabenizar V. Exa. por trazer esse debate ao Plenário da Casa.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado João Vítor Xavier.

Listaria os planos seguintes: fim das coligações proporcionais, com relativização da cláusula de barreira. É importante cada partido caminhar com suas próprias pernas, mas não podemos ser muito rígidos na cláusula de barreiras para não haver somente o comando dos grandes partidos e evitar a pluralidade de opinião, que partidos importantes hoje cumprem no País. Fidelidade partidária, mas com



uma pequena janela, para também não impedir que os parlamentares sejam condenados a nascer e morrer no mesmo partido. Pode ser uma janela pequenininha, não pode ser aquele janelão, senão volta ao que era. Temos de ter essa possibilidade, mas com ênfase na fidelidade partidária.

Uma coisa polêmica, mas que defendo, é a limitação do número de mandatos no mesmo cargo. Quem sabe três ou quatro no máximo por cargo. Hoje há acomodação, não há grande renovação. É bom haver rodízio de mandatos. Quem está hoje no plano federal é quase incontestável que continue lá o resto da vida, se quiser. Temos de gerar movimento na sociedade. Vamos limitar para gerar uma maior oxigenação no Parlamento.

Defendo o voto obrigatório para, cada vez mais, fortalecermos a democracia brasileira. E outra coisa: coincidência de eleições. Ninguém aguenta mais eleição de dois em dois anos. Saímos de uma eleição e já estamos pensando em outra. Quem te apoiou já está pensando na outra. E há limitações jurídico-eleitorais: não se pode fazer convênio, não se pode falar na TV, não se pode fazer isso, não se pode fazer aquilo. Dispendio financeiro. Sem casuismo, para não beneficiar ninguém que votar agora a reforma, temos de acertar o calendário eleitoral. Esse é um ponto importante até para que haja condição de o parlamentar que queira disputar vaga no Executivo, ou de o que está no Executivo Municipal disputar o mandato parlamentar, fazê-lo sem drama de consciência por ter de abandonar o mandato no meio do seu exercício.

Sr. Presidente, antes de conceder aparte ao Deputado Ulysses Gomes, queria listar os pontos: reforma política com participação popular; financiamento público; lista flexível, diga “não” ao distritão - distritão é no Afeganistão, e não tenho nada contra, mas não é o modelo democrático que queremos defender para o Brasil -; fim das coligações proporcionais - vamos discutir cláusula de barreira, mas sem sufocar os pequenos partidos -; fidelidade partidária; limitação de mandatos no mesmo cargo; voto obrigatório; coincidência de eleições.

O Deputado Ulysses Gomes (em aparte)* - Deputado André, parabeno-o pela iniciativa de ampliar nesta Casa o debate, que é extremamente importante para a sociedade hoje. Diga-se de passagem, a Assembleia Legislativa tem tomado iniciativas importantes. Uma das primeiras leis a ser aprovada este ano talvez seja o corte dos benefícios de aposentadoria a ex-Governadores. Acabo de participar de uma reunião que elegeu a Presidente e o relator de uma proposta de emenda à Constituição de minha autoria para acabar com o “mandato-tampão” na Assembleia Legislativa. Esse tema teve repercussão em todo o País, com gastos que as assembleias legislativas de todos os Estados e o Congresso tiveram. É o que a população cobra de todos nós, agentes públicos, ou seja, moralidade em relação a gastos com dinheiro público. A reforma política traz a discussão dessa importante questão para nós e de tantos pontos levantados por V. Exa.

Pedi aparte a V. Exa. também para dizer que tenho recebido de alguns Prefeitos da nossa região questionamento sobre um problema que ainda permanece nas nossas cidades, caro Deputado e Sr. Presidente. Refiro-me às consequências dos problemas relativos às cidades prejudicadas com as enchentes do início deste ano, sobretudo as cidades do Sul de Minas.

O Governador do Estado anunciou, já no início de fevereiro, repasse de recursos a cerca de 85 Municípios mineiros, dos quais 32 são do Sul de Minas, região a que pertencem. O governo federal, a nossa Presidente Dilma, sensibilizada com essa questão, liberou R\$50.000.000,00, nobre Deputado, para atender a esses Municípios. O Governador, atendendo a essa demanda, alocou mais R\$22.000.000,00, perfazendo um montante de R\$72.000.000,00. Infelizmente, acompanhando a execução orçamentária do governo, até o momento nenhum centavo foi liberado. Na execução orçamentária do governo do Estado, na Setop, não havia previsão de nenhum recurso. Já estão depositados os R\$50.000.000,00 do governo federal e até agora nenhum centavo foi liberado para os Municípios. Além desse valor, os R\$22.000.000,00 estão previstos, há crédito autorizado na Secretaria, mas não há nenhum convênio, nenhum centavo liberado para os Municípios.

O governo do Estado dispôs-se a liberar esses recursos. Há aqui uma matéria do “Estado de Minas” do dia 20 de janeiro tratando claramente da intenção do governo, falando do interesse do Estado, que havia anunciado, aliás, a criação de um escritório de projetos que iria começar a funcionar na Cidade Administrativa para facilitar para os Prefeitos.

Não faço uma crítica direta, faço um alerta. Solicito ao Líder do Governo, da Maioria que somemos força aqui na Assembleia a fim de que esses recursos sejam, de fato, liberados. Há interesse do Estado em criar um espaço na Cidade Administrativa para atender aos Prefeitos. Então, solicitamos que ajudemos a articular e a fazer esses projetos. Que esse dinheiro liberado pelo governo federal, já depositado na conta do governo do Estado, seja destinado aos Municípios, que não aguentam mais esperar. As consequências das enchentes estão, cada dia mais, agravando-se nos Municípios. Precisamos de que esse dinheiro, já liberado, seja repassado.

Conclamo, assim, todos os Deputados da base e da Oposição a somarmos força e solicitarmos ao governo do Estado que faça com que esse dinheiro encaminhado e liberado pelo governo federal, da nossa Presidenta Dilma, assim como também o dinheiro liberado pelo Governador, somando R\$72.000.000,00, seja investido e chegue à vida dos cidadãos, para as obras que precisam ser realizadas, em função dos grandes prejuízos que as enchentes nos deixaram. Parabéns, Deputado, pela iniciativa. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Cherem (em aparte)*- Deputado André Quintão, obrigado pelo aparte. Saúdo V. Exa. pela coragem de externar posições sobre essa questão tão delicada que é a reforma política. Percebemos uma confusão generalizada entre eleitores, a própria mídia e a própria classe política.

É importante que a reforma seja feita para que se legitime, ainda mais, os parlamentares estaduais e federais. Oitenta por cento dos eleitores não se recordam de para qual parlamentar foi o seu voto na última eleição. É preciso afinar esses vínculos para atuarmos com maior legitimidade. Por isso entendemos que a reforma, como a do voto distrital misto, coordenará essa identidade com o eleitor e, ao mesmo tempo, fortalecerá o programa partidário, a ação programática dos partidos, que é de muita importância.

Estamos discutindo esses assuntos delicados na comissão extraordinária desta Casa, no entanto, assumindo a mesma postura corajosa de V. Exa., devemos realmente atuar de forma a contribuir, mais uma vez, para que Minas subsidie essa reforma tão importante apresentando opções. Hoje, quando se discute a reforma política na mídia, simplesmente o assunto se esvazia, porque todos demonstram várias opções, mas não existe nenhuma proposta que abrace o entendimento de um país de dimensões continentais como o Brasil.



Estamos aí para estudar o assunto. Apoio a importância que V. Exa. deu ao tema. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Obrigado, Deputado Fábio Cherem. Agradeço ao Deputado Inácio, dizendo que é importante fazermos nosso papel nesta Assembleia, chamando a sociedade, o movimento Ficha Limpa e o fórum da reforma política com participação popular para que nossa proposta chegue ao Congresso com a marca da participação popular. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz aqui, hoje, e tinha de ser hoje, não poderia ser amanhã, porque há certas atitudes, ações ou notícias que, se deixar para amanhã, ficam velhas. Já diziam alguns jornalistas que não há nada mais velho do que notícia de ontem. Hoje fiquei bastante preocupado. Sabemos que a censura aqui na Casa e fora dela está correndo solta. Acho até que o Governador Anastasia não está acompanhando o que está acontecendo. Não acredito que ele vai manter, ainda com mais ênfase, a mordaca e a censura da imprensa e a censura das nossas atitudes nesta Casa. Apresentei, Deputado Adelmo Carneiro Leão, o requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na semana passada. E não pode ser analisado, porque, quando se pedem algumas informações, são necessárias várias coisas. São coisas novas que estamos aceitando pacificamente, até para ver até onde chegam.

O Presidente que assumiu agora, do PSDB, disse que nada ficará sem resposta neste governo. Eu creio que nada tem resposta, é o contrário, não terá resposta. Eu e o Deputado Sávio Souza Cruz apresentamos requerimento solicitando apenas informações sobre a licitação do prédio do Ipsemg - apenas isso. Creio que seja um direito constitucional do parlamentar pedir informações. Eu disse na minha explanação que eu queria informações até para eu ter segurança do que vou falar, porque não quero levantar suspeita em cima daquilo que não conheço. E o requerimento foi amplamente rejeitado sem nenhuma explicação. Aí deixou-se dúvida. Eu disse para o Presidente Deputado Zé Maia: Presidente, aí deixam dúvidas porque não querem dar informações. Cadê a proposta do governo de transparência e resultado? O que custa apresentar a nós, pois isso vai se tornar público. De uma forma ou de outra chegará ao público, e por que nós não podemos ter conhecimento? Até para elogiar se tiver de elogiar a proposta; ou criticar, se for o caso, Deputado Adelmo Carneiro Leão, a quem concedo aparte, que conhece bem o Ipsemg.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Gostaria de dizer ao Deputado Antônio Júlio que é até bom deixarmos as coisas como estão para vermos o que acontecerá, mas já estão indo longe demais. Não se trata aqui de questão de direito. Essa questão de dar informações ao Deputado, como representante do povo de Minas, com a obrigação de fiscalizar os atos do poder público, é um dever constitucional. Temos o direito de dispor das informações em nossas mãos. Assim, quero aqui manifestar também a minha indignação e dizer que esse ato não poderia nem ser votado, Deputado Antônio Júlio, em qualquer comissão. Não um pedido, mas uma solicitação de informação de atos governamentais deve ser garantida para qualquer Deputado, em todas as circunstâncias. Temos que ter informações sobre as licitações e os gastos públicos, de maneira didática, com a matemática clara, sem qualquer fator de obscuridade que dificulte o entendimento na interpretação dos dados. Temos de saber claramente o que se gasta na educação e na saúde e o custo dessas licitações.

O que quero aqui é me unir a V. Exa., ao Sávio e aos outros colegas Deputados, para conversarmos com o Presidente da Assembleia. Até porque essa não é uma questão de governo. Há aqui um limite: trata-se da soberania, da autonomia da Assembleia de Minas. Se ao Deputado não forem garantidas as informações necessárias para que ele possa cumprir o seu papel, perde-se todo o sentido da existência do Parlamento. Então, quero registrar a necessidade de cobrança efetiva e imediata das informações necessárias para o cumprimento do nosso papel.

O Deputado Antônio Júlio - Deputado Adelmo, tomamos uma atitude um pouco diferente. O edital foi publicado ontem, com o resultado da licitação - aliás, já estava definido e claro quem iria ganhar. Assim, ligamos para lá, hoje e amanhã vamos encaminhar a nossa consultoria jurídica, dos blocos da Maioria e da Minoria, para ter acesso aos documentos, que são públicos. Veja que absurdo: os documentos são públicos e foram publicados hoje, no "Minas", mas a Assembleia não nos dá o direito de obter essa informação por meio do Parlamento, em cumprimento àquilo que de mais claro a Constituição nos garante, que é o direito de fiscalizar e de olhar. Como disse ao Deputado Zé Maia, queríamos apenas informações, e afirmo que, se considerasse o projeto bem feito - coisa em que não acredito -, teria a humildade de dizer que o projeto foi bom para o governo e para o Ipsemg e que realmente Minas - Belo Horizonte, principalmente - precisa expandir o mercado hoteleiro.

Sabemos de tudo isso, que acompanhamos atentamente, e acho que o governo tem de facilitar, sim, mas tudo tem limite. Ora, o fato de eles não nos quererem dar essas informações por meio da Comissão de Fiscalização deixa-nos na dúvida. O Presidente do PSDB disse ontem que nada ficará sem resposta, mas onde está a resposta? Acho que, ao contrário, nada terá resposta. Da mesma forma, começamos a duvidar se alguma coisa terá transparência e resultado. Estou aproveitando para falar agora porque isso aconteceu hoje, pela manhã e fiquei altamente indignado com a forma como tudo foi feito. Já vi coisas assim; estou há 22 anos na Assembleia e já participei de tudo quanto é manobra para se empurrar com a barriga. Poderiam muito bem ter aprovado o requerimento, Deputado Sávio, e não ter dado a informação - é uma prática comum. Podem dizer: "vamos encaminhar; está com o Presidente ou com o 1º-Secretário ou com não sei quem, para assinar; está não sei onde" e outras coisas. Assim, o tempo vai passando, e as informações não chegam; às vezes o ofício que as solicita nem é enviado. Mas nem isso eles tiveram coragem de fazer. Já tentaram matar no nascedouro a nossa pretensão de obter a informação a que teremos acesso amanhã, porque foi publicada hoje e durante cinco dias o processo licitatório está aberto para quem se interessar. Ou seja, vamos tomar conhecimento disso de outras formas - no caso, por nossa assessoria jurídica. Mas não concordo com isso. Acho que essa é uma decisão do Parlamento. E isso está me assustando, Deputado Sávio: se tivermos que enfrentar uma ditadura implantada também nesta Casa, vamos ficar pelo resto do tempo batendo boca, enquanto algumas informações poderiam e deveriam chegar a nós. Até porque isso é bom para o governo: quanto mais transparência o governo tiver em suas ações, melhor para ele, porque, se as coisas estiverem corretas, isso tira da Oposição até o discurso. Como disse, fico na dúvida: se não podemos ter acesso à informação, é porque tem algo obscuro no procedimento licitatório.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Quero cumprimentar o Deputado Antônio Júlio, lembrando que sou coautor desse requerimento. Todos sabemos da sua coragem: um homem que enfrentou a ditadura, os canhões, os cães e o regime militar não vai-se



calar com a tirania implantada em Minas Gerais desde o primeiro governo Aécio Neves. O Deputado Gustavo Valadares disse que estamos andando na contramão, que estamos contra um governo que tem aprovação popular. Porém, não me lembro, Deputado Antônio Júlio, de termos tratado aqui de nenhuma ação de governo, pelo menos por enquanto. O que está nos afrontando e afrontando a liberdade - um dos valores mais caros aos mineiros - é essa censura que não pode perdurar.

Só nesta semana estamos vivendo dois atos graves: primeiro, a rejeição desse requerimento de nossa autoria que visava ter acesso ao documento público. É preciso que informemos aos Deputados da base que o patrimônio do povo de Minas não é do Sr. Aécio Neves, não é do Governador, qualquer que seja ele, mas, sim, do povo de Minas, que nos elegeu para vigiar como está sendo gerida a coisa do povo de Minas. O prédio do Ipsemg é patrimônio público, e não do Sr. Aécio Neves. Se o Sr. Fasano é amigo dele e se eles se encontram no Rio, não interessa. Aliás, Aécio Neves chegou a ter um entevero no Rio com uma moça. Foi algo meio ruidoso, mas não estamos perguntando nada disso, queremos saber é da coisa pública: como o prédio está sendo passado para essa empresa privada. Isso está sendo ou não vantajoso para o povo de Minas? Essa é a nossa obrigação constitucional, mas, pelo visto, nem perguntar mais se pode.

Um outro caso grave desta semana é a CPI dos radares que, com 38 assinaturas, foi vitimada por uma ação do governo para mandar tirar essas assinaturas. Parece aquela canção “Escravos de Jó”: “tira, bota, CPI não pode implantar”. Estamos vivendo essa censura em Minas Gerais, e é isso que estamos debatendo aqui, Deputado Antônio Júlio. Ressalto que é muito bom contar ao nosso lado com um homem com sua história e com sua coragem, tão conhecida por todos nós.

Portanto é fundamental dizer que andar contra a maré, quando a maré é a censura, para mim, é muito confortável. Tivemos outros regimes na história que foram populares. Por exemplo, o III Reich na Alemanha levou 12 anos, mas tinha popularidade e usava o mesmo critério da censura. O Goebbels da época hoje está em nossa Casa querendo assumir essa vocação, e temos no governo a mesma ação exercida a partir do Servas. É preciso quebrarmos essa censura em Minas Gerais a favor do povo de Minas. E, se tivermos de pagar um preço por andar contra a maré, pagaremos o preço em nome do povo de Minas.

O Deputado Romel Anízio (em aparte)* - Com todo respeito ao ilustre e modelo de parlamentar que é, Deputado Antônio Júlio, gostaria de dizer que hoje participei da reunião, mas o Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão, entendeu que se a matéria está publicada no diário oficial, seria desnecessário qualquer argumento para que ela fosse remetida a esta Casa. Às vezes, seria até uma falta de respeito com o diário oficial, que publica a matéria na íntegra.

No que se refere ao Deputado Sávio Souza Cruz, contumaz adversário do governo Aécio Neves e, em especial, do Aécio Neves, se fôssemos impedir que venham para Minas Gerais empresas com que o ex-Governador Aécio Neves tem relacionamento, com toda certeza Minas não estaria no patamar em que está. O relacionamento do ex-Governador Aécio Neves tem trazido para Minas grandes empresas, as quais tem dado ao nosso processo de desenvolvimento uma contribuição extraordinária. Acredito que seria desnecessário citar uma, pois são milhares que estão sendo implantadas em Minas. A prova disso é o nosso PIB atual, que está ultrapassando o do Japão e o da China. Isso é o modelo e exemplo de gestão, de administração, de competência e capacidade instalada em Minas Gerais no governo Aécio Neves, complementado no governo Anastasia.

Deputado Antônio Júlio, a V. Exa. todo o meu respeito, a minha amizade e o meu carinho.

O Deputado Antônio Júlio - Realmente, foi publicado, mas só sabe disso quem procurou, pois as letras são tão miúdas. Isso é uma característica do diário oficial, não só o de Minas, mas também o de Brasília é assim. Mas temos essa dúvida. Se está publicado, por que eu, que tenho o direito constitucional de receber essas informações, pois fui eleito para isso e não para outra coisa, não posso recebê-las? Então foi essa a questão que levantei, mas não quero falar sobre dúvidas, e sim sobre certezas. E, para isso, Deputado Rômulo Viegas, estamos enviando amanhã, porque está lá publicado, nossos assessores jurídicos para fazerem um levantamento. Se concluirmos que o processo está “o.k.”, voltarei aqui para dizer que o governo fez um bom negócio e que vai funcionar. Mas, Rômulo, lancei alguns desafios. Minas não recebeu investimentos nos últimos anos. Há muitas falácias. O que temos são empresas que se expandiram. Quando se fala do PIB, é porque o Brasil está dando de graça o minério para a China para fazer uma vantagem na balança comercial. Mas estamos cometendo um equívoco, pois Minas está sendo altamente sacrificada com essa questão, porque não recebemos nem os “royalties”. E isso não é culpa do governo atual, mas vem do governo passado, do PSDB, quando o Governador Eduardo Azeredo desonerou as exportações. Então Minas exporta, mas não recebe.

Mas isso faz parte do PIB, e fico feliz por isso, e não pela ira demonstrada pelo Deputado João Leite ontem, dizendo que o governo federal arrecadou o superávit. Que bom que Minas também tem um superávit. Isso é sinal de que a economia vai bem, e então o Brasil vai bem, assim como Minas e o povo. Queremos que o PIB seja mais bem esclarecido, porque, em 2007, quando ele foi negativo, nada foi falado. E não foi culpa do governo, mas da economia internacional. Infelizmente Minas Gerais foi o Estado mais afetado porque temos essa dificuldade, essa dependência para fazer superávit. As “commodities” e o minério não trazem lucro nenhum para Minas Gerais.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Antônio Júlio e não entrarei no mérito do seu pronunciamento neste instante, mesmo porque o tempo está curto, mas há algumas coisas interessantes no pronunciamento dos membros do Bloco Minas sem Censura, em especial do Deputado Sávio Souza Cruz. Ele fala claramente que há muita censura aqui, mas me admira muito, Sr. Presidente Inácio Franco, ele proferir frases soltas de forma vaga, censurando o comportamento do ex-Governador Aécio Neves. Isso vai além, extrapola a censura. Vamos trazer os debates das questões realmente políticas e administrativas, deixando a vida pessoal, como o nome bem diz, de lado. Evidentemente, concordaremos com alguns posicionamentos de V. Exa., mas, outro dia, ouvi aqui um Parlamentar dizer que não podemos discutir as questões do governo federal. A censura está muito rigorosa, ela está muito interessante quando nos questionam, mas nós, como cidadãos do País, temos o direito de falar sobre as três esferas do governo. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Antônio Júlio - Obrigado. Só para terminar, Sr. Presidente, devemos ter a obrigação de questionar Brasília, sim. Na semana que vem, vou levantar a questão dos juros no Brasil. O cartão de crédito cobra 782% de juros ao ano. Quando o governo faz a taxa Selic de 11,75% é apenas para beneficiar o sistema financeiro do País, que está fazendo a dívida rolar. Para isso, o governo está



pagando 11,75%, enquanto os Estados Unidos pagam 0,25% ao ano. Então, Presidente, encerrando, precisamos discutir essas questões de Minas, do Brasil. O que incomoda é que, às vezes, queremos discutir Minas e querem discutir Brasília. Lá já temos o Governador Aécio Neves discutindo em nosso nome. Ele se coloca como oposição e, dessa forma, poderá servir de espelho para nós, mineiros.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem já havia anunciado o assunto que tratarei desta tribuna, que tem afinidade com o assunto trazido pelo Deputado Antônio Júlio. Ontem, ouvi na Rádio Itatiaia e li nos jornais que o Deputado Federal Marcus Pestana, que assumiu a Presidência do PSDB, disse à Oposição, em especial ao Bloco Minas sem Censura, que nenhum questionamento ao governo de Minas Gerais ficará sem resposta. Senti-me incentivado a fazer uma série de perguntas a respeito de demandas que estão sem respostas para o povo de Minas Gerais, as quais venho cobrando há algum tempo da tribuna.

Essa questão levantada pelo Deputado Antônio Júlio me deixa com a pulga atrás da orelha. Será que, de fato, a intenção do governo é responder? Afinal, na Comissão de Fiscalização Financeira, um simples requerimento solicitando informação “toma bomba”, não se permite sequer perguntar ao governo. Aconselho ao Deputado Antônio Júlio que remeta isso ao Presidente do PSDB, Marcus Pestana, pois ele disse que nada ficará sem resposta, e essa já é uma pergunta a lhe ser feita.

No jornal “Minas Gerais” foi publicada uma informação da Secretária de Planejamento e Gestão a respeito de convênio de cooperação técnica feito entre o Escritório de Prioridades Estratégicas e a Prodemege, com objetivo de fornecer servidores públicos para ali trabalhar. Já dei a minha opinião a respeito desse Escritório de Prioridades Estratégicas, que é mais um ninho de tucanos de recrutamento amplo do que uma necessidade do Estado, pois já existem as Secretarias. A Secretária não conseguiu responder por que é necessário fazer um adendo no gabinete do Governador com vários funcionários de recrutamento amplo para substituir as Secretarias. Pelo visto, esse Escritório está ganhando mais corpo e inchando mais, substituindo ou sendo uma máquina paralela às Secretarias. Esse Escritório é, no mínimo, estranho, e precisaremos fazer uma audiência pública para saber se não é apenas um Escritório político. A Assembleia Legislativa deverá fazer esse debate, e, como nada ficará sem resposta, tenho a esperança de que esta virá.

Quero falar também a respeito de dois termos aditivos para aumento da verba de publicidade do governo. Um é no valor de R\$37.500.000,00 com a MPM Populus, e o outro é no valor de R\$8.750.000,00 com a Publicidade e Comunicação Integrada, somando cerca de R\$45.000.000,00 a mais com verba de publicidade no início do governo. O Bloco Minas sem Censura tem denunciado diversas vezes que temos um problema em Minas Gerais, que é a ausência de outra opinião que não seja a oficial do governo para o povo. Talvez aqui esteja uma resposta: é início de governo, com três meses, e já existe um termo aditivo com cerca de R\$45.000.000,00 a mais de verba com publicidade. Pergunto - e espero que nada fique sem resposta - qual foi a utilização até os dias de hoje, por que essas duas empresas e os termos aditivos em relação a elas.

Um outro questionamento que faço diz respeito às ONGs. Assistimos na Câmara Federal, no Congresso Nacional, no governo do ex-Presidente Lula, um verdadeiro escarcéu feito pelo PSDB, pelo DEM e pelo PPS, em relação às ONGs. Diziam que o governo federal colocava dinheiro à disposição das ONGs. O Governador Aécio Neves, como forma de debochar do PT e do ex-Presidente Lula, dizia que era a “companheirada”. Aliás, o ex-Governador demonstra ser, nesse sentido, uma figura muito desrespeitosa, pois desrespeitava o ex-Presidente Lula dizendo que era a “companheirada”, e insinuava que os recursos iam para o MST, para sustentar a “companheirada”. Esse era o discurso que os tucanos faziam. Instalaram três CPIs das ONGs, mas não descobriram absolutamente nada, não detectaram nenhum ato ilícito em relação ao MST. Não vi ninguém do governo do PSDB pedir desculpas ao MST e às ONGs, nas quais o governo investiu recursos. Todos os recursos eram necessários, e não houve nenhuma reprovação nas três CPIs das ONGs.

Deputado Sávio Souza Cruz, aqui diz R\$1.497.842,26 para a Oscip Ambiente Brasil Centro de Estudos, no Município de Viçosa. Quero saber se esse valor tem uma justificativa real, qual o programa que essa Oscip está realizando e se esse valor é justo. De repente isso pode me levar a solicitar uma CPI real. Para a “companheirada”, sei que não é, mas pode ser para a “tucanada”, usando uma expressão que o ex-Governador gostava de usar para fazer os deboches que gosta de fazer ao ex-Presidente Lula. Há outro valor de R\$1.364.000,00 para a Associação Preparatória de Cidadãos do Amanhã - Aprecia -, de Lagoa Santa. Também quero saber que ONG é essa e qual o investimento desse recurso. São quase R\$3.000.000,00 para duas Oscips. São apenas perguntas que estão sendo feitas, e espero que não fiquem sem resposta, como disse o Deputado Federal Marcus Pestana, Presidente do PSDB.

Por fim, há um outro requerimento que diz respeito à licitação, na forma de pregão presencial, sobre prestação de serviço de reforma e adaptação de três edificações da instalação da Cidade Administrativa. Essa é uma questão que sempre levanto, Deputado Délio, pois há sempre reforma na Cidade administrativa. O que foi respondido ao Ministério Público é que essas reformas eram feitas pelas próprias empreiteiras que iniciaram a obra. Sabemos que entregaram às pressas, de forma malfeita, para o processo eleitoral. Agora há licitação com pregão para que três edifícios sejam reformados, para ser preciso, a palavra empregada foi “revisados”. Para a reforma e a ampliação de três edificações. Isso é algo extremamente recente. Quero também saber o que é isso.

Fiz um breve olhar nas publicações do “Minas Gerais”, as quais precisam de respostas. Espero que a posição do governo não seja a de não responder nem de impedir que os requerimentos sejam aprovados. Já os apresentei à Mesa e espero que sejam encaminhados e que tenhamos resposta. Caso contrário, eu os enviarei ao gabinete do Deputado Federal Marcus Pestana, em Brasília, solicitando resposta, porque, segundo ele, nada ficará sem ser respondido.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Gostaria de cumprimentá-lo, Deputado Rogério Correia. V. Exa., como Líder do nosso Bloco Minas sem Censura, está dando novo dinamismo à ação da Oposição nesta Casa. Gostaria ainda de dizer que me estranha o fato de estar sendo licitada uma reforma na Cidade Administrativa. Até poderia ser a ampliação. Parece-me que a reforma está no prazo de responsabilidade das construtoras. Não sei se não há disponibilidade do governo para fazer valer os seus interesses, em detrimento dos interesses das empreiteiras. Não sei se o governo está defendendo os interesses das empreiteiras. Precisamos saber sobre essa questão.



Sobre as ONGs, V. Exa. cometeu um ato falho. Disse que, se não conseguir as informações, pedirei uma CPI. Pedir nós podemos, mas é preciso registrar, para que os mineiros saibam, que, em toda a história desta Casa, incluídos os períodos do Estado Novo e do regime militar, não houve nenhum período em que a Assembleia Legislativa tenha implantado menos CPIs do que no governo Aécio Neves. Nenhum, em tempo algum. Assim como não há também outra Assembleia Legislativa que não tenha podido exercer seu direito constitucional de apurar o que ocorre por meio desse instrumento constitucional que são as CPIs. É contra essa tutela, essa ditadura, essa censura que nos insurgimos com a criação do Bloco Minas sem Censura, que tem como missão precípua denunciar, para os mineiros e para o Brasil, o estado de exceção em que vivemos em nosso Estado.

A fala do Deputado Rômulo Viegas traduz, na verdade, essa confusão. Ora, de que trata o requerimento de minha autoria e do Deputado Antônio Júlio? Trata do pedido de informações sobre como o prédio do Ipsemg está sendo passado para o Hotel Fasano. Ele, em seu aparte, diz que estamos tratando da vida particular do ex-Governador. Na cabeça dele, o Ipsemg é patrimônio particular do ex-Governador. As coisas de Minas Gerais fazem parte da vida pessoal do ex-Governador Aécio Neves? Isso não traduz um ato falho? Não diz que eles estão, de fato, considerando que Minas pertence a Aécio Neves, que nós todos, mineiros, fomos condenados a uma condição de meros espectadores e coadjuvantes de um grande movimento de culto à personalidade, de uma campanha pessoal permanente, não se sabe direito para quê? É isso que precisamos levantar e levar ao conhecimento dos mineiros, denunciando, para o Brasil, o que ocorre em Minas Gerais.

Agradeço o aparte e cumprimento-o pela lucidez.

O Deputado Ulysses Gomes (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, serei breve. Quero parabenizá-lo e quero falar da minha satisfação porque acabou de ser lido o texto da minha nomeação para fazer parte da Vice-Liderança do nosso bloco. Agradeço aos companheiros do partido e do bloco por essa escolha. Quero manifestar também meu entusiasmo em compor esse bloco da Oposição, o Minas sem Censura. Coloco-me à disposição para o diálogo e para o debate mais amplo possíveis.

Também quero compartilhar dessa angústia e lamentar por tudo isso que vem acontecendo. O governo, e obviamente sua base aqui, não têm disposição para o debate, não se abre minimamente para deixar que os questionamentos sejam expostos na Casa e não se abre para, de alguma forma, respondê-los. Percebo, no pouco tempo que estou aqui, nossa dificuldade em tentar o diálogo, em buscar informações para contribuir com o desenvolvimento de Minas e até mesmo para uma boa execução, a fim de que esse governo, de fato, atenda as demandas da nossa população.

Acabo de fazer um questionamento em relação aos recursos que o governo federal liberou para Minas Gerais a fim de atender as cidades mineiras e sul-mineiras prejudicadas pela enchente. Até agora esse dinheiro não foi liberado. Então, não falta apenas informação, Deputado Rogério Correia, falta também execução. Esse dinheiro foi depositado em conta, mas, infelizmente, não vimos sua liberação.

Estamos recebendo os companheiros da cidade de Camanducaia; nosso Secretário Chicão quer dar boas-vindas, assim como os Secretários de Turismo e de Governo. Todos eles e principalmente os moradores da cidade turística, do Distrito de Monte Verde estão passando uma dificuldade enorme no acesso para a cidade. Estive lá no período de carnaval, no período de chuvas. Os turistas só chegavam lá com trator puxando os carros.

É lamentável. Não temos acesso a informação, a investimento e sobretudo não temos acesso ao governo do Estado, aos repasses que o governo deve fazer ao dinheiro que o governo federal já alocou no governo de Minas. Deixo aqui nosso registro e nosso questionamento sobre essas questões pontuais e importantes, que precisamos levantar nesta Casa.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Ulysses Gomes. Gostaria também de parabenizar e agradecer a V. Exa. por aceitar o convite do bloco para ser nosso Vice-Líder, na certeza de que V. Exa. nos ajudará muito no trabalho legislativo.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Rogério Correia, aparteá-lo, mais uma vez, é um prazer muito grande. V. Exa. tem contribuído para a elevação dos debates nesta Casa. Na medida em que se elevam os debates, esta Casa, evidentemente, se projeta cada vez mais no cenário para toda a população de Minas Gerais.

Queria, em razão do pronunciamento de V. Exa., dizer que entendo, assim como todos os que assistiram ao debate com a Secretária de Planejamento, Renata Vilhena, que ficou muito bem esclarecida a questão do Escritório de Prioridades, assim como ficaram todas as outras. O Escritório de Prioridades é absolutamente necessário por quê? Porque foi criado para dar um equilíbrio nas prioridades para o governo do Estado. O que realmente é prioritário? É o local onde o governo precisa trabalhar para atender melhor e mais rápido a população do Estado de Minas Gerais. O Escritório de Prioridades procura cumprir a meta do governo Anastasia e chegar cada vez mais próximo do cidadão. V. Exa. sabe que, desde o início do governo Aécio Neves-Anastasia, começamos com o Choque de Gestão, que passou a ser referência para o Brasil inteiro. Depois veio o Estado para Resultados, e os inúmeros resultados estão presentes. O povo mineiro consagrou a eleição de Anastasia como um povo que, evidentemente, confiou no governo Aécio-Anastasia, haja vista a vitória com quase 3 milhões de votos sobre o candidato Hélio Costa. O Escritório de Prioridades está buscando, agora, a gestão para a cidadania, isto é, aproximando cada vez mais o cidadão do Estado e o Estado, do cidadão, elegendo as prioridades para isso.

V. Exa. sabe muito bem, Deputado Rogério Correia, que governar é sobretudo eleger prioridades e, sobretudo, elegê-las bem. É o que o governo está fazendo.

Com referência a informações sobre recursos para ONGs, com certeza elas serão prestadas. V. Exa. tem razão: é preciso que haja a maior transparência possível, mas esperamos que elas sejam efetivamente prestadas.

Sempre tive o tratamento do Governador Aécio Neves, hoje Senador, para com o ex-Presidente Lula como de respeito. Aliás, é do perfil do Senador Aécio Neves o tratamento respeitoso. O Senador Aécio Neves nunca foi homem de radicalismo nem de agressão. Não é a esta altura da vida, depois do seu brilhante governo em Minas Gerais, que ele se tornará um homem agressivo. Tanto que ele e o ex-Presidente Lula são grandes amigos. Todos nós sabemos disso.

Com referência às CPIs federais, às quais V. Exa. se referiu, não deram em nada. V. Exa. bem sabe que o mensalão não deu em nada, o dinheiro na cueca não deu em nada, e sabemos que até hoje essas coisas nada produziram. A maioria delas demora muito, e sabemos que boa parte está parada, mas o povo brasileiro merece, de fato, uma resposta.



Com referência à reforma da Cidade Administrativa, é preciso registrar a grandeza daquela construção. O que significa a Cidade Administrativa para o Estado e para a Região Norte de Belo Horizonte? Qual é o avanço e a concentração de todas as atividades do poder público de Minas Gerais naquele local? Precisamos reconhecer isso aqui e também na tribuna da Assembleia.

Gostaria de comentar o aparte do Deputado Ulysses Gomes e as verbas para os recursos para os Municípios vítimas das enchentes. Com certeza, essas verbas serão liberadas. Trabalhei como Subsecretário de Obras Públicas e sei que há uma burocracia que não depende muitas vezes do Estado. Na maioria das vezes, depende dos Municípios. Um documento pode faltar, mas, quando a documentação estiver completa, o Município terá condições de realizar as obras e prestar contas com mais facilidade. Com certeza, serão liberadas. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado. Meu tempo já se esgotou, porém gostaria apenas de dizer que a Cidade Administrativa será pauta de outro debate que farei. Inclusive, apresentei requerimento para discutirmos o caso da Cidade Administrativa, porque são muitas as reclamações a serem feitas. Já apresentei o requerimento a respeito e teremos oportunidade de discutir o assunto.

Em relação ao caso do mensalão, espero que ele dê em alguma coisa. O primeiro da fila é aquele que inaugurou o mensalão, o hoje Deputado Federal Eduardo Azeredo. Provavelmente, ele pagará pela culpa da criação dessa história do mensalão. Há outras histórias, que deverão ser contadas aqui.

Agradeço a V. Exa. pelo aparte e o respeito. Como disse o Deputado Marcus Pestana, espero que nada fique sem resposta. Teremos outras perguntas a fazer. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 28/3/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

nomeando Luiz Roberto de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Aníbal Soares Pires do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando José Alberto da Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Pollyanna Rodrigues Batista da Silva do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Aníbal Soares Pires para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Carlos Alberto Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Expedito Pereira Lima Neto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Felipe Gustavo Campos Nogueira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando José Alberto da Silva para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Maria da Conceição Soares Viana para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Paulo José da Silva Filho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Pollyanna Rodrigues Batista da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Rodrigo Chiodi da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Município de Visconde do Rio Branco. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar de 18/4/2011. Dotação orçamentária: 02.008.000.04.122.0402.2007.3390.39.



TERMO DE CONVÊNIO

1ª Convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Convenente: Município de Passa-Quatro. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar de 18/4/2011. Dotação orçamentária: 15.452.0010.4.052.3390.39.00.

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Convenente: Município de Pedro Leopoldo. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar de 18/4/2011. Dotação orçamentária: 02.09.01.15.452.0019.2091.3.3.90.39.00.



ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 770/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 26/3/2011, na pág. 50, col. 4, onde se lê:

“Declara de utilidade pública o Instituto Pedra Viva.”, leia-se:

“Declara de utilidade pública o Instituto Pedra Viva, com sede no Município de Belo Horizonte.”.